



DEPARTAMENTO DE ARTE E DESIGN

**O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E
O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO
EM SANTA CRUZ**

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ARTE E PATRIMÓNIO NO CONTEMPORÂNEO E ACTUAL**

Discente: Filipa Alexandra Correia de Freitas Morna
Orientador: Prof. Doutor Rui Alexandre Carita Silvestre

2008

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ARTE E PATRIMÓNIO NO CONTEMPORÂNEO E ACTUAL

**O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E
O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO
EM SANTA CRUZ**

O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E
O DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO
EM SANTA CRUZ

**DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
EM ARTE E PATRIMÓNIO NO CONTEMPORÂNEO E ACTUAL**

Orientador

Professor Doutor Rui Alexandre Carita Silvestre

Filipa Alexandra Correia de Freitas Morna

Setembro 2008

RESUMO

Santa Cruz é uma das freguesias mais antigas da Ilha da Madeira, cresceu em importância e desenvolveu-se com notável rapidez, rivalizando senão mesmo, opondo-se com a sede da capitania, Machico, na qual estava integrada.

Situado na costa sul da Ilha da Madeira, com uma área de 95,9 Km², o Concelho de Santa Cruz, constitui, após o Concelho do Funchal um dos concelhos que mais pressão urbanística tem registado nos últimos anos. É também neste concelho que se situam alguns dos principais equipamentos estruturantes da Ilha da Madeira: o Aeroporto da Madeira, as Estações de Tratamento e de Triagem, o Terminal Marítimo do Porto Novo, o Matadouro Regional.

O grande crescimento demográfico, a densidade de construção, as novas infra-estruturas, os equipamentos, estão na origem de grandes problemáticas, que se reflectem sobretudo na área do património, facto pelo qual, é pertinente reunir informação nesta área e tornar possível a sua divulgação. Com o presente trabalho pretende-se não só reunir a informação sobre o património edificado como também analisar o papel que o mesmo desempenhou no crescimento e desenvolvimento da malha urbana e quais as marcas que ainda restam no território.

O Património de uma cidade é o testemunho do modo de viver e de estar de uma sociedade, o qual interessa preservar e divulgar. Uma herança cultural que no caso de Santa Cruz tende a desaparecer.



Imagem 1. 1 – Vista de Santa Cruz (São Fernando)
(fotografia pertença de Ezequiel Vieira)

ÍNDICE GERAL

RESUMO	4
ÍNDICE GERAL	5
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	9
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	10
1.1. Enquadramento do Tema	11
1.2. Delimitação de estudo	11
1.3. Localização no tempo.....	11
1.4. Justificação da escolha	11
1.5. Objectivos da investigação	12
1.6. Metodologia de Investigação	12
1.7. Organização do trabalho	13
CAPÍTULO II – O PATRIMÓNIO CULTURAL	14
2.1. Introdução	15
2.2. Enquadramento histórico da Legislação Portuguesa	15
2.3. A política de protecção e valorização do património cultural e as Cartas de Património	17
2.4. Evolução do conceito de Património.....	19
2.5. Património cultural.....	20
2.6. O Património Imóvel	21
2.6.1. Património imóvel classificado e em vias de classificação em Santa Cruz	21
CAPÍTULO III – O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	29
3.1. Introdução	30
3.2. O conceito de cidade.....	30
3.3. A Morfologia urbana	37
3.4. Ocupação e urbanização.....	38
CAPÍTULO IV - O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E AS MARCAS NO TERRITÓRIO	42
4.1. Introdução	43
4.2. Método	43
CAPÍTULO V- LEVANTAMENTO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO NA CIDADE DE SANTA CRUZ	46
5.1. ARQUITECTURA PÚBLICA CIVIL	47

5.1.1. Paços de Concelho	47
5.1.2. Alfândega de Santa Cruz	49
5.1.3. Antigo edifício dos Paços de concelho / actual Tribunal da Comarca de Santa Cruz	50
5.1.4. Praça de Peixe	51
5.1.5. Mercado Municipal	52
5.1.6. Matadouro Municipal	55
5.1.7. Lavadouros Públicos	55
5.2. ARQUITECTURA RELIGIOSA	57
5.2.1. Igreja Matriz de Santa Cruz / Igreja do Salvador	57
5.2.2. Capelas	59
5.2.2.1. Capela de São Pedro	59
5.2.2.2. Capela de Santo Amaro	61
5.2.2.3. Edifício da Santa Casa Misericórdia e Capela de Santa Isabel	62
5.2.2.4. Capela de Nossa Senhora da Conceição.....	64
5.2.2.5. Capela Nossa Senhora da Piedade (Cemitério).....	64
5.2.2.6. Capela dos Remédios e Solar do Moreno	65
5.2.3. Edifícios religiosos e as marcas no território.....	67
5.2.3.1. Convento Franciscano de Nossa Senhora da Piedade	67
5.2.3.2. Capela de Santa Cruz	69
5.2.3.3. Capela do Bom Jesus	70
5.2.3.4. Capela de São José.....	70
5.2.3.5. Capela da Graça	71
5.2.3.6. Capela de São Sebastião.....	72
5.2.3.7. Capela Nossa Senhora da Conceição.....	73
5.3. ARQUITECTURA MILITAR	73
5.3.1. Fortes.....	74
5.3.1.1. Forte São Francisco	74
5.3.1.2. Forte São Fernando	75
5.3.1.3. Forte de Nossa Sr. ^a da Graça	77
5.4. ARQUITECTURA CIVIL	77
5.4.1. Solar da Calçada (ver Capela de Nossa Senhora da Conceição).....	78
5.4.2. Solar do Bom Jesus ou e Gil Eannes	78
5.4.3. Quinta do Revoredo	79
5.4.4. Quinta Grant (Escuna).....	82
5.5. ARQUITECTURA INDUSTRIAL	84
5.5.1. Engenho de Santa Cruz	84

5.5.2. Fábrica de lacticínios Burnay (ver Capela Santa Cruz).....	85
5.5.3. Moinhos.....	85
5.5.3.1. Moinho da Rochinha	86
5.5.3.2. Moinho do Entrudo.....	87
5.5.3.3. Moinho do Bom Jesus.....	87
5.6. ESPAÇO PÚBLICO.....	88
5.6.1. Praça João de Freitas	88
5.6.2. Jardim Municipal	89
5.6.3. Pelourinho	90
5.6.4. Fonte pública.....	91
CAPITULO VI OS MEIOS DE TRANSPORTE E AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO	92
6. Introdução	93
6.1. Os meios de transporte (as deslocações por mar e por terra)	93
6.2. A Junta Geral de Distrito e a nova redes de estradas.....	93
6.3. O Visconde da Ribeira Brava e o Plano de Turismo.....	94
6.3.1. Percursos pedonais mais importantes.....	94
6.4. Portos.....	96
6.5. Empresas de cabotagem em Santa Cruz	98
6.6. Os transportes.....	99
6.7. Meios de transporte e as transformações na paisagem.....	100
CAPITULO VII ANÁLISE	103
7. Introdução	104
7.1. Levantamento fotográfico dos prédios existentes	104
7.2. Análise do povoamento com base na planta de Paulo Dias de Almeida 1805-27	109
7.3. Análise da evolução da malha urbana.....	110
7.4. Considerações finais da análise da malha urbana.....	114
CAPITULO VIII CONCLUSÃO	116
APÊNDICES FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO.....	120
PLANTA DE SANTA CRUZ Localização das Fichas de Identificação.....	121

5.1.3 ANTIGO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DE CONCELHO / TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ	125
5.1.5. MERCADO MUNICIPAL	127
5.1.7. LAVADOUROS PÚBLICOS	130
5.2.3.3 EDIFÍCIO DA SANTA CASA MISERICÓRDIA E CAPELA DE SANTA ISABEL	134
5.2.2.5 CAPELA NOSSA SENHORA DA PIEDADE (CEMITÉRIO).....	137
5.2.2.6 CAPELA DOS REMÉDIOS E SOLAR DO MORENO.....	138
5.2.3. CAPELA DE SANTA CRUZ	141
5.2.3.3 CAPELA DO BOM JESUS	142
5.2.3.4 CAPELA DE SÃO JOSÉ	143
5.2.3.5 CAPELA DA GRAÇA	144
5.2.3.6 CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO.....	145
5.2.3.8 CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	147
5.4.1 SOLAR DA CALÇADA	151
5.4.2. SOLAR DO BOM JESUS OU E GIL EANNES	152
5.4.3. QUINTA DO REVOREDO.....	153
5.4.4. QUINTA GRANT (ESCUNA).....	154
5.5.1 ENGENHO DE SANTA CRUZ	155
5.5.3.1 MOINHO DA ROCHINHA	156
5.5.3.2 MOINHO DO ENTRUDO	157
5.5.3.3 MOINHO DO BOM JESUS	158
5.6.1 PRAÇA JOÃO DE FREITAS.....	159
5.6.2 JARDIM MUNICIPAL	160
5.6.4 FONTE PÚBLICA	162
ANEXOS.....	168
INDICE DE ANEXOS.....	181
INDICE DE IMAGENS	182
INDICE DE FIGURAS.....	185

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A.N.T.T.	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
A.R.M.	Arquivo Regional da Madeira
Ap. (apud)	segundo; citado por
C.E.H.A	Centro de Estudos de História do Atlântico
C.M.F.	Câmara Municipal do Funchal
C.M.S.C.	Câmara Municipal de Santa Cruz
Col.	Colecção
Consult.	Consultado
Dir.	Direcção
Doc.	Documento
Dr.	Doutor
D.R.A.C.	Direcção Regional dos Assuntos Culturais
Ed.	Edição
Fig.	Figura
Id., Ibid.	Ibidem
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites
ICCROM	International Center for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM	The International Council of Museums
J.R.P.C.	Juízo de Resíduos e provedoria das Capelas
Jul.	Julho
L.º	Livro
Op. Cit.	Obra citada
p.	Página
pp.	Páginas
Ref.	Referência
S/d	Sem data
Séc.(s).	Século (s)
Trans.	Transcrição
UNESCO	United Nations Educational Scientific and Cultural Organization
V.º	Verso
Vol.	Volume

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento do Tema

Pretende-se com o presente estudo a realização do levantamento e caracterização do património arquitectónico da cidade de Santa Cruz e, analisar de que forma este conjunto de elementos influenciou e determinou, ao longo do tempo o desenvolvimento e o ordenamento do território em Santa Cruz e que marcas ainda restam na paisagem. Para o presente estudo serão abordados os conceitos e temáticas, ligados ao estudo do património, das políticas de protecção do património, do ordenamento e desenvolvimento do território.

1.2. Delimitação de estudo

O presente estudo restringe-se ao centro da cidade de Santa Cruz, da Ilha da Madeira. A inexistência de cartografia antiga do concelho e a dimensão que um estudo dessa natureza implica limitam um estudo mais abrangente no concelho. Iremos abordar de forma sintética a organização urbana e histórica do território e as relações e ligações entre os povoados, quer por terra, quer por mar e de que forma estas marcas se traduziram no património edificado da cidade.

1.3. Localização no tempo

A delimitação no tempo é realizada através de duas peças de cartografia importantes, e que tornam possível esta abordagem:

- O ano de 1805-27 (data que corresponde ao primeiro levantamento que se conhece da então Vila de Santa Cruz, realizado pelo Eng. Paulo Dias de Almeida);
- O estudo terminará nos anos 90 do século XX, data da mais recente base cartográfica da Ilha da Madeira, à data da realização deste estudo (Base Geometral).

1.4. Justificação da escolha

A escolha pelo tema prende-se com questões de natureza profissional e pessoal. Com formação na área da arquitectura e integrada profissionalmente no Serviço de Gestão e Urbanismo do Município de Santa Cruz, para além do facto de ter possibilidade de acesso directo a algumas fontes necessárias à elaboração do estudo, é de todo o interesse a realização um estudo englobe a Arquitectura, o Urbanismo e a História,

factores estreitamente relacionados e preponderantes no desenvolvimento do território. É também importante reunir a informação num concelho que se encontra em constante mutação, com a realização de obras de grande impacto territorial.

1.5. Objectivos da investigação

- Levantamento do património imóvel da cidade de Santa Cruz e do seu estado de conservação;
- Elaboração peças cartográficas por épocas e com identificação do património existente e dos principais eixos de desenvolvimento do território;
- Levantamento fotográfico dos edifícios mais antigos (com base cartografia do Eng. Paulo Dias de Almeida);
- Análise da estrutura urbana e das relações que se estabeleceram ao longo dos tempos com os principais edifícios da cidade;
- Reunir a informação necessária relativamente ao Património para a futura criação de uma página Web, a anexar ao site do Município de Santa Cruz;

Factores determinantes para o conhecimento e consciencialização do património existente no Concelho, os quais contribuem para a valorização e preservação do mesmo, como factor de desenvolvimento e de dinamização da própria cidade.

1.6. Metodologia de Investigação

- Levantamento de Dados
- Documentação Directa:
- Pesquisa de campo (deslocações aos sítios), recorrendo à técnica de observação directa;
 - Elaboração de fichas de identificação como para uso de uma base de dados, como suporte da informação a disponibilizar na internet;
- Documentação Indirecta:
- Fontes primárias e secundárias:
 - Fotografias;
 - Desenhos;
 - Documentos colhidos em arquivos públicos (Sobretudo Cartografia);
 - Livros;
 - Periódicos, em particular o Diário Notícias;
 - Fontes de Internet;

- Selecção e Análise de dados;
- Criação de uma base cartográfica, com identificação do património arquitectónico – possibilidade de consulta por identificação de zona ou de uma tipologia arquitectónica, utilizando a cor para diferenciação dos diversos “tipos” arquitectónicos;
- Análise dos resultados;
- Conclusão.

1.7. Organização do trabalho

O trabalho apresenta-se em 8 capítulos, cujos conteúdos são os seguintes:

- No primeiro capítulo e em forma de Introdução é feita uma exposição do enquadramento geral e específico do trabalho, dos métodos de abordagem, dos objectivos do estudo.
- Os dois capítulos seguintes são dedicados às problemáticas e conceitos ligados ao património e ao ordenamento do território.
- O capítulo IV expõe a metodologia utilizada na organização do trabalho.
- Nos capítulos V é realizado um levantamento do património edificado e a da sua contextualização na cidade.
- No capítulo é feita uma reflexão sobre as problemáticas e implicações que os meios de transporte tiveram na organização do território.
- No capítulo VII é realizado o levantamento fotográfico dos edifícios mais antigos e dos dados referentes à cartografia e a análise dos mesmos na malha urbana.
- Uma reflexão sobre as questões mais pertinentes e das temáticas abordadas ao longo do trabalho relativamente na preservação e divulgação do património encerra o trabalho.

CAPÍTULO II O PATRIMÓNIO CULTURAL

2. O PATRIMÓNIO CULTURAL

2.1. Introdução

A questão do património tem sido largamente debatida a nível internacional. A consciencialização das populações para a salvaguarda e protecção dos seus bens culturais tem sido uma preocupação crescente ao nível mundial. A preservação da herança patrimonial edificada (a arquitectura do nosso tempo), e a importância dos itinerários culturais, têm sido dois aspectos fundamentais abordados por Organizações Internacionais. Neste capítulo abordamos de uma forma sintética os conceitos, as normas e o enquadramento jurídico das leis do património.

2.2. Enquadramento histórico da Legislação Portuguesa

Em Portugal a primeira referência à protecção do património é feita pelo Alvará Régio de D. João V, datado de 20 Agosto de 1721, onde são atribuídas à Real Academia de História a tarefa pela qual: *“daqui em diante nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade e condição que seja, [possa] desfazer ou destruir em todo nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos ainda que em parte esteja arruinado e da mesma sorte as estátuas, mármores e cipos.”*¹. Infelizmente o Sistema Português de protecção do Património, nunca chegou a ser implementado.

No início do século XX, são lançados por Decreto as *“bases para a classificação dos imóveis que devem ser considerados monumentos nacionais”* (24 Outubro de 1901). A 27 Setembro de 1906, o Decreto então publicado vem promover a primeira classificação de bens imóveis.

Mais tarde, a 7 Março de 1932, o Decreto n.º 20 985, introduz a noção de *“Monumento Nacional”* e a figura de *“Imóvel de Interesse Público”*, conceito que é alargado em 1949 através da Lei n.º 2032, que acrescenta o conceito de imóvel ou móvel de *“Valor Concelhio”*. Denota-se assim um alargamento do conceito de património.

O conceito do Património Cultural surge pela primeira vez em Portugal de forma expressa, em 1976, com a Constituição da República Portuguesa. Mas só com a

¹ www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_legislacao.html

publicação da Lei 13/85 de 6 de Julho, é que se consolidou o quadro jurídico de salvaguarda do património português.

Esta Lei reúne e dá continuidade ao enquadramento Jurídico da legislação anterior, assim como permite a actualização de conceitos e critérios que pontificavam a legislação internacional, nomeadamente da UNESCO e do Conselho da Europa.

Estabelece-se um novo esquema nas relações entre os Órgãos Governamentais, entre o Estado, as Regiões Autónomas, as Associações, e demais agentes culturais, de forma a co-responsabilizar e proteger o património cultural. Deu-se particular relevo à necessidade de formação e qualificação técnica do pessoal que integra os organismos do Estado e à necessidade de aproximar os bens culturais da população.

Pretendeu-se sobretudo o reforço do papel do Estado, numa lógica de prevenção, através do estudo, inventário, registo e classificação dos bens com valor cultural. A supremacia do interesse público em detrimento do interesse privado e o apelo à consciência cívica dos cidadãos, no sentido de proteger o património cultural colectivo. Por nunca ter sido regulamentada, foi fortemente criticada pois não contribuiu para a preservação e salvaguarda do património edificado, em parte pela ausência de um inventário do património, levando a que surgissem dificuldades por parte do Estado na salvaguarda e valorização do mesmo.

Esta Lei foi revogada pela Lei 107/2001 de 8 Abril, a qual vem revogar também a anterior Lei n.º 2032 de 11 de Junho de 1949.

Esta nova legislação Estabelece as Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património e vem reforçar o papel do Estado, pois cabe ao Estado assegurar e coordenar a existência e manutenção de um Inventário do Património Cultural.

O Regime Jurídico da Edificação e Urbanização (Decreto-lei 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção que lhe foi conferida pela Lei 60/2007 em vigor de 3 de Março de 2008, artigo 119.º) vem também reforçar o conceito, de que os Municípios devem manter actualizados os Instrumentos de Gestão Territorial e as Servidões Administrativas na área do Município, assim como os imóveis ou elementos naturais de Interesse Municipal a que se refere a Lei 107/2001. Este diploma acrescenta ainda que toda esta informação deverá estar disponibilizada na Internet para consulta.

2.3. A política de protecção e valorização do património cultural e as Cartas de Património

Ao nível internacional existem quatro organizações que se têm destacado na defesa e preservação do património: a ICOMOS², a UNESCO³, a ICCROM⁴ e a ICOM⁵.

As cartas, resoluções, decisões e normas publicadas mundialmente nesta matéria são da responsabilidade da UNESCO e da ICOMOS.

A ICOMOS tem debruçado particular atenção à questão dos itinerários culturais como um conceito dinâmico e plural da história e propiciador de uma cultura de Paz.

No âmbito deste trabalho vamos apenas focar os principais e mais importantes documentos internacionais de salvaguarda do património, e que achamos mais relevantes para o desenvolvimento do trabalho.

A Carta de Atenas é um documento elaborado por Le Corbusier durante o Congresso Internacional de Arquitectura Moderna de 1933 (CIAM) em Atenas, e que defende a tese funcionalista do urbanismo e da arquitectura. Os Arquitectos reflectem pela primeira vez, de forma conjunta, as linhas orientadoras defendidas pela classe, quanto à protecção do património, nomeadamente:

- O património edificado (edifícios e conjuntos) deverá ser salvaguardado, desde que represente a expressão da cultura de um povo;
- Não se deverá conservar se isso implicar uma sobreposição da pedra sobre o homem, isto é, se implicar a sacrifício das populações mantidas em condições insalubres;
- Deve ainda ser abolida a prática do *pastiche*, ou seja, da utilização de estilos estéticos do passado com o argumento que facilita a integração em zonas históricas.

Em 1964 foi elaborada a Carta de Veneza também designada por Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios, após o 2.º Congresso

² ICOMOS, Organização Internacional não governamental de profissionais dedicados à conservação mundial dos monumentos dos e sítios históricos.

³ UNESCO, Organização internacional fundada a 16 Novembro de 1945.

⁴ ICCROM, Organização Internacional composta por 125 países. Portugal é membro desde 14 de Setembro de 1967;

⁵ ICOM, Organização Internacional de museus e profissionais de museus criada em 1946, a qual mantém relações formais com a UNESCO.

internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos. Esta consagra as seguintes noções:

- O conceito de monumento histórico passa a englobar, não só a criação arquitectónica isolada, mas também o sítio urbano ou rural que traduza o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa, ou de um acontecimento histórico;
- A conservação dos monumentos implica a sua utilização de forma socialmente útil. Esta utilização não deverá descaracterizar o bem a conservar, quer em termos de disposição ou decoração dos edifícios, quer em alterações á sua envolvente, a qual deverá ser protegida;
- Os restauros só deverão ser empreendidos por necessidade imperiosa, não se devendo reconstruir, mas antes respeitar a estrutura e a autenticidade dos materiais. Deste modo, a introdução de todo o elemento novo deve ser facilmente reconhecível, assim como a utilização de técnicas modernas apenas será tolerada quando as técnicas tradicionais se mostrarem inadequadas.

A Carta Europeia do Património Cultural ou Declaração de Amesterdão, é uma declaração de princípios aprovada pelo Conselho da Europa e pelo Congresso de Amesterdão no encerramento do ano Europeu do Património Arquitectónico em 1975, e na qual se destacam as seguintes conclusões:

- O património arquitectónico é formado não apenas pelos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as cidades e as aldeias antigas no seu ambiente natural ou construído.
- A conservação integrada do património arquitectónico deverá resultar da acção conjunta das técnicas e a procura de funções mais apropriadas.
- A recuperação dos conjuntos antigos deve ser feita sempre que possível sem alteração importante da composição social dos residentes.
- Deverá procurar-se garantir uma arquitectura contemporânea de alta qualidade, porquanto ela será o património do amanhã.
- O interesse público pelo património é fundamental para a sua salvaguarda,
- Os poderes locais são particularmente responsáveis pela protecção do património arquitectónico.

Nos anos 80, os “*centros históricos*” foram considerados um dos problemas mais importantes das cidades, pela degradação dos edifícios e das infra-estruturas, aliadas

à dificuldade de integração de novos edifícios com novos programas, os quais se tornam incomportáveis nas estruturas tradicionais.

Em 1986 surge a Carta para a Salvaguarda das Cidades Históricas, que reúne o conceito de património assim como os conceitos de morfologia urbana, tipologia, aspecto das edificações, e as relações e funções que a cidade estabelece como centro urbano. Esta carta aplica-se *“às cidades e aos centros ou bairros históricos com o seu enquadramento natural ou construído que, para além da sua qualidade de documento histórico, exprimam valores próprios das civilizações urbanas tradicionais (...) os valores a preservar são o carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que exprimem a sua imagem”*.⁶

2.4. Evolução do conceito de Património

O conceito de património é um conceito muito vasto que inclui o ambiente natural bem como o ambiente cultural. De acordo com a Convenção para a Protecção do Património Natural e Cultural, UNESCO, 1972, são considerados como património cultural:

Os monumentos, obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais.

A Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa Outubro, 1990)⁷, declara que o património arquitectónico constitui uma expressão insubstituível da riqueza e do património cultural da Europa, um testemunho inestimável do nosso passado e um bem comum a todos os europeus. Fazem parte do património arquitectónico os monumentos, os conjuntos arquitectónicos e os sítios.

O Comité de Ministros do Conselho da Europa adopta na sua Recomendação n.º R(95) 9 de 11 de Setembro, relativa à Conservação dos Sítios Culturais integrada nas Políticas da Paisagem, recomenda que os Estados-membros adaptem as suas políticas para a conservação e evolução orientação de áreas de Paisagem Cultural, com a finalidade de desenvolvimento económico sustentável. Com um triplo significado cultural, o conceito de Paisagem é *“definido e caracterizado da maneira pela qual determinado território é percebido por um indivíduo ou comunidade; dá*

⁶ Monjardino, Álvaro, *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. XLIV, 1986, apud SALGUEIRO, Teresa Barata, *Op. cit.*, p.388.

⁷ Resolução da Assembleia da Republica n.º 5 /91 de 23 Janeiro, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 5/91 de 23 de Janeiro.

testemunho do passado e ao presente do relacionamento existente entre indivíduos e seu meio ambiente; ajuda a especificar culturas e locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições.”

Por outro lado, a Carta Internacional do Turismo Cultural (The Charter Ethlos)⁸ define Património como o conjunto das paisagens, sítios históricos, conjuntos construídos, assim como a biodiversidade, grupos de objectos diversos (coleções), tradições passadas e presentes e conhecimentos e experiências de vida. Regista e expressa os processos de evolução histórica, constituindo a essência de diversas identidades nacionais, regionais, locais, indígenas e é parte integrante da vida moderna. O património de cada local, de cada comunidade é insubstituível e fundamental para o desenvolvimento futuro.

2.5. Património cultural

A Política de Bases e o Regime de Protecção do Património Português⁹ em vigor desde 2001 define o conceito de Património Cultural como *“todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.”*

Neste contexto entende-se como de Interesse Cultural relevante os Bens Culturais, os Bens Imóveis e Móveis que representem um *“testemunho material com valor de civilização e cultural”,* designadamente *“histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá a memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.”*

Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio. Os bens podem ainda ser classificados como de Interesse Nacional, Interesse Público ou de Interesse Municipal.

⁸ Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – ICOMOS, México, 1999.

⁹ Lei 107/2001 de 8 Setembro (Estabelece a política e o regime de protecção do património Português) DR I Série (01-09-08) 5808-5829;

Um bem considera-se de Interesse Nacional quando “...represente um valor cultural de significado para a Nação.”. Os bens imóveis classificados como de Interesse Nacional (monumentos, conjuntos ou sítios) são designados por “Monumento Nacional”.

Considera-se um bem de Interesse Público, quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

Interesse Municipal, são bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para um determinado município.

2.6. O Património Imóvel

O conceito de património imóvel tem subjacente o conceito de património arquitectónico. Entende-se por Património Arquitectónico o conjunto dos Bens Imóveis, objecto de intervenção humana, particularmente notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, social e técnico.

Esta designação inclui não só os monumentos mais relevantes e emblemáticos, mas também os seus contextos edificados, os quais contribuem para a caracterização do património envolvente. Inclui os Monumentos, os Conjuntos Arquitectónicos e os Sítios.¹⁰

2.6.1. Património imóvel classificado e em vias de classificação em Santa Cruz

Nesta secção é feito um levantamento dos imóveis classificados e ou em vias de classificação, o qual e sempre que possível, será acompanhado com o registo fotográfico.

- Monumento Nacional (MN):
 - **Edifício dos Paços de Concelho**, em Santa Cruz.
(Decreto 26/499 de 4 de Abril de 1936, DG 1ª série, n.º 79)

¹⁰ Resolução da Assembleia da Republica n.º 5 /91 de 23 Janeiro, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 5/91 de 23 de Janeiro.



Imagem 2. 1 - Antigo Edifício dos Paços de Concelho
(fotografia de Filipa Morna)

- Como Imóvel de Interesse Público (IP):
 - **Igreja de Matriz de Santa Cruz / Igreja do Salvador**, em Santa Cruz.
(Decreto 30/762 de 26 de Setembro de 1940, DG 1ª série, n.º 225);



Imagem 2. 2 – Interior da Igreja de São Salvador (Santa Cruz)
(Fotografia propriedade do Município de Santa Cruz)

- **Edifício da Misericórdia de Santa Cruz**, em Santa Cruz
(Resolução 1560/98 de 2 Dezembro, JO 1ª série, n.º 102);



Imagem 2. 3 – Capela de Santa Isabel e Edifício da Santa Casa Misericórdia
(fotografia de Filipa Morna)

- **Capela da Mãe de Deus**, no sítio da Mãe de Deus, Caniço
(Decreto 30/762 de 26 Setembro de 1940, DG 1ª série, n.º 225);



Imagem 2. 4 – Capela da Madre de Deus ou da Mãe de Deus
(fotografia de Filipa Morna)

- **Capela de Nossa Senhora da Consolação**, no sítio da Quinta, Caniço (Decreto 95/78 de 12 de Setembro, DG 1.ª série, n.º 210);



Imagem 2. 5 – Capela de Nossa Senhora da Consolação
(fotografia de Filipa Morna)

- Como Imóvel de Interesse Municipal (IM):
 - **Tribunal Judicial**, em Santa Cruz (Deliberação Camarária de 5 Março de 2001, OF n.º 2942 de 2001/04/06);



Imagem 2. 6 – Tribunal Judicial (antigos Paços do Concelho – “Casa Milagrosa”
(fotografia de Filipa Morna)

- **Casa de Chá** (Serragolf), sítio dos Casais Próximos, freguesia de Santo António da Serra, Santa Cruz
(Resolução 769/98, JO 1ª série, n.º 35 de 1998/06/30);



Imagem 2. 7 – Casa de Chá (Serragolf), Santo António da Serra
(Fotografia propriedade de Município Santa Cruz)

- **Fonte de Santo António**, sítio dos Casais Próximos, freguesia de Santo António da Serra, Santa Cruz
(Resolução 1650/99, JO 1ª série, n.º 126 de 1999/11/16);



Imagem 2. 8 – Fonte dos Ingleses / Fonte do bispo / Fonte de Santo António
(fotografia de Rui Carita, Fonte DGEMN)

- **Lavadouros de Gaula**, Gaula, Santa Cruz
(Deliberação Camarária de 5 Março de 2001);
- **Fontenários**, Estrada Regional 206, Gaula, Santa Cruz
(Deliberação Camarária de 5 Março de 2001);



Imagem 2. 9 – Imagem de um dos Fontenário da Estrada Regional 206
(fotografia de Tomásia Castro)

- **Conjunto dos Reis Magos**, Reis Magos, Caniço, Santa Cruz
(Resolução 804/00, JO 1ª série, n.º 51 de 2000/06/08)



Imagem 2. 10 – Conjunto Habitacional dos Reis Magos
(fotografia de Filipa Morna)

- **Igreja Matriz da Camacha**, Achada, Camacha, Santa Cruz
(Resolução 242/99, JO 1ª série, n.º 26 de 1999/03/09);



Imagem 2. 11 – Igreja Matriz da Camacha
(fotografia de Rui Carita, Fonte DGEMN)

- **Quinta da Camacha**, Achada, Camacha, Santa Cruz
(Reunião de Câmara de 2004/01/21);



Imagem 2. 12 – Quinta da Camacha
(fotografia de Teresa Brazão, Fonte DGEMN)

No site dos monumentos nacionais, estão também “*identificados*” e a aguardar inventariação e classificação os seguintes imóveis, distribuídos pelas seguintes freguesias:

- Santa Cruz:
 - Capela do Solar de São Gil da Família Barreto, São Gil, Santa Cruz;
 - Solar e Capela de Nossa Senhora dos Remédios, Moreno, Santa Cruz;
 - Capela de São Pedro, São Pedro, Santa Cruz;
 - Forte de São Fernando / Forte de São Lazaro, São Fernando, Santa Cruz;
- Camacha:

- Posto de Consulta e Socorros da Camacha, Camacha;
- Quinta das Almas, Achada, Camacha;
- Caniço:
 - Igreja Paroquial de Santo Antão, Vargem, Caniço;
 - Quinta do Loureiro, Moinhos, Caniço;
 - Solar dos Reis Magos, Reis Magos, Caniço;
 - Forte de São Sebastião do Caniço / Reduto do Portinho, Portinho, Caniço;
 - Forte dos Reis Magos, Reis Magos, Caniço;
 - Forte Porto Novo, Porto Novo, Caniço;
- Gaula:
 - Posto de Consulta e Socorros de Gaula, Levadas, Gaula;
- Santo António da Serra:
 - Igreja Paroquial do Santo da Serra, Casais Próximos, Santo António da Serra;

CAPÍTULO III O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3. O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.1. Introdução

“A cidade clássica nasce de um instinto oposto ao doméstico. Edifica-se a casa para estar nela. Funda-se a cidade para se sair de casa e reunir-se com outros que também saíram de suas casas.”

José Ortega y Gasset

3.2. O conceito de cidade

O conceito de cidade é sem dúvida um conceito muito vasto. A primeira dificuldade é definir o que é uma cidade.

O *“estudo da cidade é um tema tão sugestivo como amplo e difuso”*¹¹ e *“Tudo o que afecta o homem, afecta a cidade”*¹², factor de particular interesse como testemunho histórico de um povo.

A Nova Carta de Atenas, adoptada pelo Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), em Maio de 1998, define Cidade como o *“Estabelecimento Humano com um certo grau de coerência e coesão. Não se considera somente a cidade convencional e compacta, mas também as cidades região e as redes de cidades.”*¹³

Questiona-se se poderá uma cidade ser considerada como uma obra de arte?

Segundo Goitia *“poderíamos dizer em síntese, que a cidade faz parte do espírito artístico, sem chegar a ser no entanto, uma obra de arte. Se fosse em sentido pleno, deixaria de ser o que realmente é: história”*. *“A cidade está mais próxima do processo moral do que do processo artístico. A sua extrema dependência do homem, (...) da sua inquietação que não admite repouso, impedem-na de permanecer nas margens tranquilas onde floresce a arte.”*¹⁴

¹¹ GOITIA, Fernando Chueca, *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, 4.ª edição, 1996, Lisboa, p.7.

¹² Idem, p. 35.

¹³ Conferência Internacional de Atenas, 1998 e Revista em 2003.

¹⁴ GOITIA, Fernando Chueca, *op.cit* p.35.

Ernst Egli considera que os “*elementos estruturais que constituem a cidade são: a casa, a rua, a praça, os edifícios públicos e os limites que a definem dentro da sua localização no espaço*”¹⁵. Estes elementos interagem entre si e são representativos de uma comunidade.

Os estudos dos centros das cidades, o chamado “*coração da cidade*”¹⁶, demonstram que as zonas centrais encontram-se descaracterizadas, desvitalizadas. As cidades contemporâneas caracterizam-se pela sua desintegração. A “*cidade pública*” no sentido clássico deixou de existir, onde quase todas as actividades de carácter social, económico e cultural se organizavam em torno de um núcleo central. As vivências dos espaços são diferentes de época para época, basta só pensar na maneira como hoje comunicamos uns com os outros, em que os espaços cada vez mais têm que ser pensados e adaptados às novas tecnologias.

Segundo Splengler, “*o que distingue a cidade da aldeia não é a extensão, nem o tamanho, mas a presença de uma alma de cidade...*”, “*o verdadeiro milagre acontece quando nasce a alma da cidade.*”¹⁷

As cidades da Idade Média Europeia eram o reflexo de sociedades agrárias rudimentares, como base da economia e do desenvolvimento apoiadas num regime senhorial, o Feudalismo.

As cidades implantam-se como “*uma área de liberdade no meio do mundo rural que o circunda, submetidos a vassalagem quase absoluta.*”¹⁸ É exemplo disto, os fornos e os moinhos que os Senhores controlavam e sobre os quais possuíam o monopólio.

Os monumentos, em geral de cariz religioso, assumem um papel de destaque neste tipo de organização, como base de toda a estrutura da cidade.

A cidade medieval é um espaço homogéneo, onde quase não existem elementos dissonantes, e no entanto nenhuma rua se confunde com outra, as praças assumem a

¹⁵ Ernst Egli, Climate and two Districts, Consequences and Demands 1951,p.18, *apud* GOITIA, Fernando Chueca, *op.cit*, p.13.

¹⁶ The Core (centro, coração) of the City, designação atribuída durante o Congresso do CIAM, dedicado ao Estudo do Centro Cívico das Cidades, em 1933.

¹⁷ SPENGLER,Oswald, *La decadência de Occidente*, Vol. II, p. 131 da Tradução Espanhola, *apud* GOITIA, Fernando Chueca, *op. cit*, p.16.

¹⁸ GOITIA, Fernando Chueca, *op. cit.*, p.86.

sua própria identidade, perfeitamente hierarquizadas, pela escala dos monumentos e pelo seu valor simbólico.

Este tipo de ocupação teve de adaptar-se à topografia irregular. O traçado das ruas tinha de resolver as dificuldades de localização, o que fazia com que estas fossem irregulares e tortuosas. As ruas partem em geral do centro e dirigem-se radialmente para as saídas da cidade. As ruas secundárias são em círculo à volta do centro. Este padrão radioconcêntrico é uma das características das cidades medievais.



Imagem 3. 1 – Plano radioconcêntrico de Évora

Pierre Lavedan refere que na organização das cidades afirma-se duas directrizes importantes: *“o envolvimento e a atracção. Envolvimento com uma série de casas, de um edifício particularmente valioso, seja pelo seu valor moral, seja pela sua solidez e com vista à defesa: em geral a Igreja. Atracção da circulação para este edifício e aparecimento de uma série de vias dirigidas a ele.”*¹⁹

Segundo Luís Piccinato cidades podem classificar-se da seguinte maneira²⁰:

- *“Estruturas lineares”* são as cidades construídas ao longo de um caminho.

¹⁹ LAVEDAN, Pierre, *L'architecture Française*, coll. Arts, Styles et Techniques, Larousse, Paris 1944, p.202, *apud* GOITIA, Fernando Chueca, *Op. cit.*, p. 90.

²⁰ *Idem*, p.91.



Imagem 3. 2 - Stia (Itália)
(fonte: Google Earth 2003)

- “*Estruturas em cruz*” nestas cidades, em vez da rua geratriz e suas paralelas como no caso a anterior, há duas ruas básicas que se atravessam perpendicularmente uma á outra. No cruzamento destes dois eixos há geralmente um espaço, uma praça onde se situam os principais edifícios da cidade;



Imagem 3. 3 – Lõgrono (Focea - Espanha)
(fonte: Google Earth 2003)

- “*Estruturas em esquadria*” são cidades medievais em que predomina a esquadria (as ruas organizam-se perpendicularmente umas em relação às outras, prevalecendo a regularidade e o método). São cidades programadas e com um forte cariz militar na sua organização.

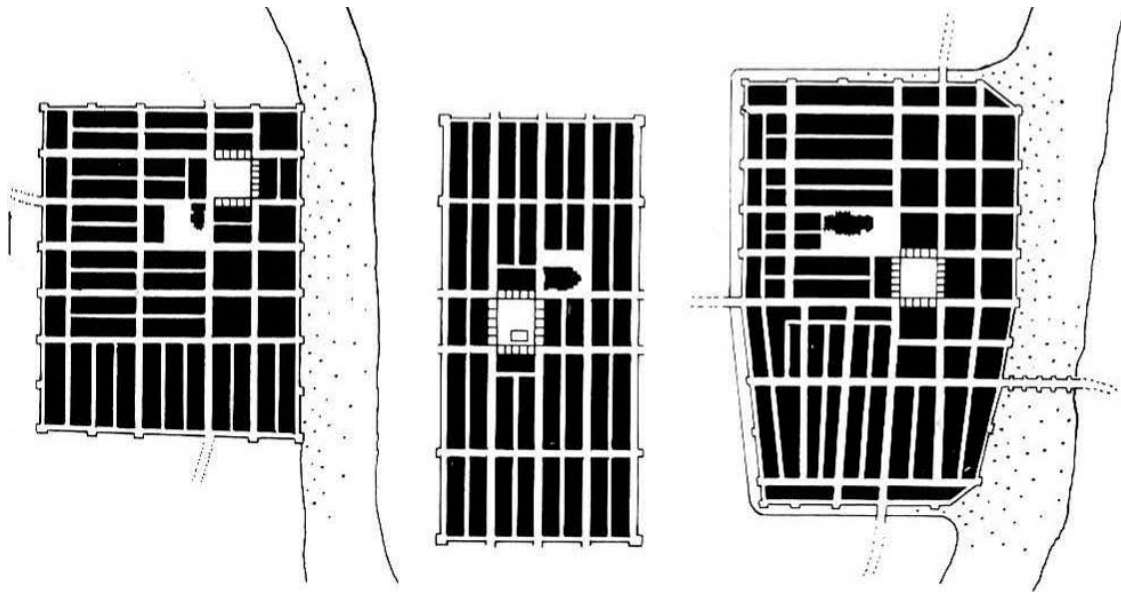


Figura 3. 1 – Plantas das cidades de Villeneuve-sur-Lot, Montpazier e Sainte Foy-la-Grande (século XIII).²¹

- “Estruturas nuclear” característica da maioria das cidades medievais, formadas em torno de um ou mais pontos dominantes (igreja, catedral, etc.). Este núcleo central surge muitas vezes associado a outros tipos de estrutura de organização da cidade.

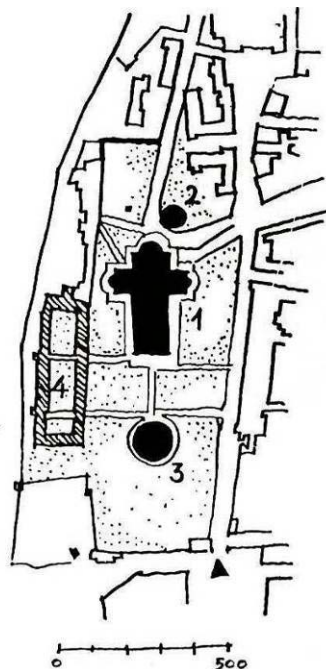


Figura 3. 2 – Pisa, Área da Catedral. Exemplo de agrupamento de edifícios numa área central (1.Catedral; 2.Sineira; 3. Baptistério; 4. Cemitério).²²

²¹ BENEVOLO, Leonardo, *Introducción a la Arquitectura*, Celeste Edificiones, Primera Reimpresión, 1993, Espanha, p.142.

²² GOITIA, Fernando Chueca, *op. cit.*, p.90. (Desenho do Autor).

- “Estruturas Binuclear”, semelhante à anterior mas com dois núcleos dominantes;
- “Estrutura em espinha de peixe”, uma rua principal de onde saem ruas secundárias, paralelas entre si, mas perpendiculares em relação à principal;

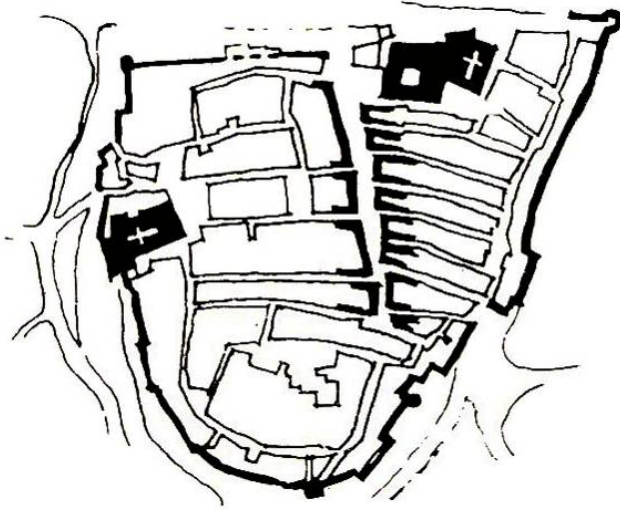


Figura 3. 3 – Francavilla a Mare (Itália).²³

- “Cidades Acrópolis”, não constitui um tipo propriamente dito, mas devem a sua designação à posição topográfica que ocupam;
- “Estruturas radioconcêntricas”, organiza-se a volta de um edifício central, em que as ruas organizam-se em raios e círculos em torno deste centro, como uma teia de aranha;

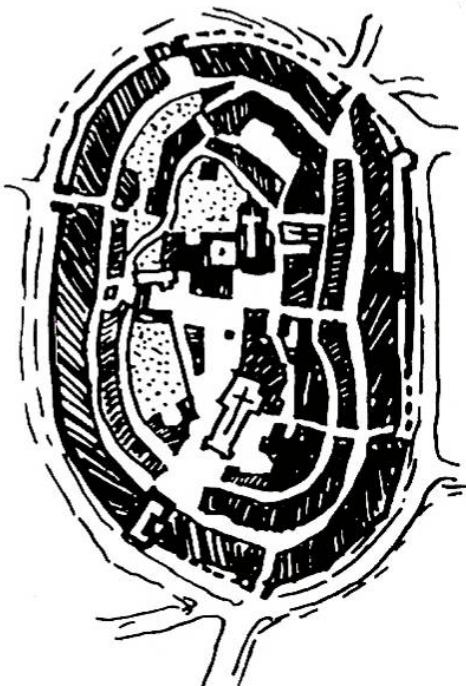


Figura 3. 4 - Lugnignano (Itália).²⁴

²³ Idem, p.92 (Desenho do Autor).

²⁴ Idem, p.92 (Desenho do Autor).

No entanto e em muitos casos as cidades conjugam os diversos tipos de estruturas, muitas vezes sobrepostos, o que dificulta uma leitura linear da questão.

O renascimento e as cidades quinhentistas por outro lado sofrem grande influência do tratado de Vitruvius; texto sagrado para os arquitectos do Renascimento. Uma das principais considerações é proteger-se dos ventos dominantes. A cidade ideal seria uma cidade cuja planta é um octógono rodeado de muralhas. Aqui as razões de natureza militar associam-se às questões climatológicas.

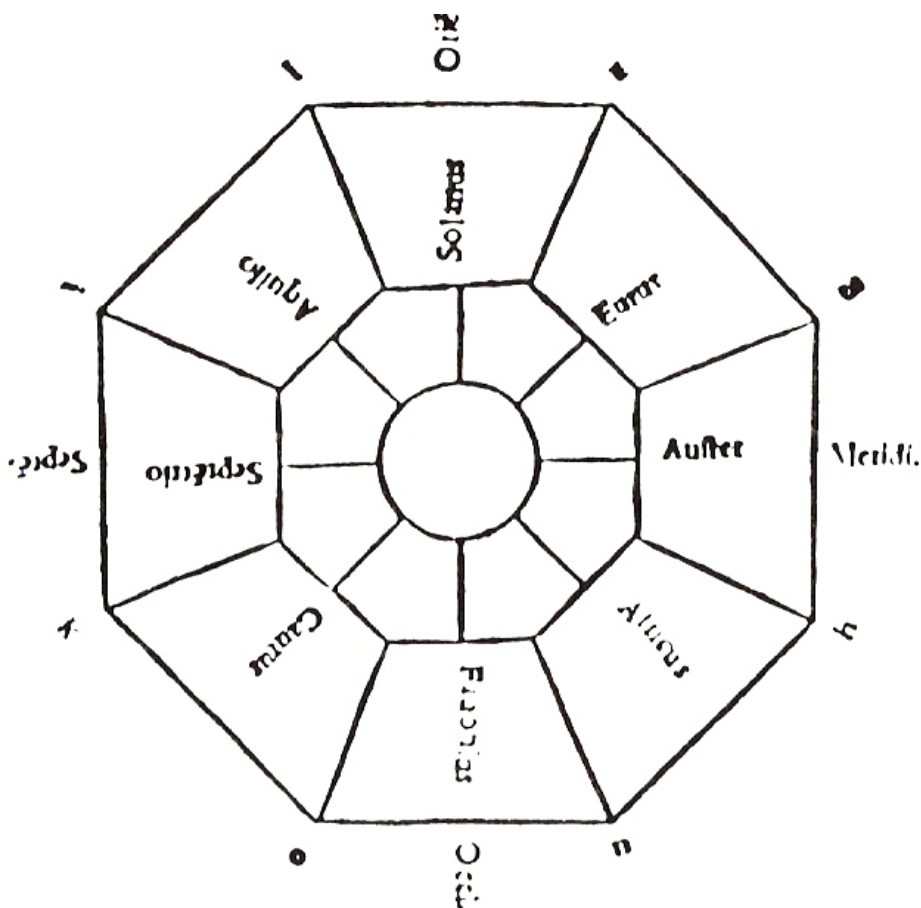


Figura 3. 5 – Planta da Cidade ideal, Vitruvius (edição de 1511)²⁵

Muitos dos ideais urbanísticos do renascimento não passaram de teoria, pelo que acabaram por não ter aplicação prática.

*“Em todas as épocas se fundaram cidades para exercer a administração e controlar os territórios...”*²⁶ A Península Ibérica, na Idade Média assiste ao fenómeno de criação de “vilas novas”, o qual é frequentemente associada à Reconquista, e à necessidade de repovoar terras devastadas pelas guerras ou de assegurar a defesa do território

²⁵ BENEVOLO, Leonardo, *Op. Cit.*, p.181.

²⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata, *op.cit.*, p.19

conquistado. A designação de Vila não correspondia apenas à divisão político-administrativa e está muitas vezes associada a sedes episcopais²⁷.

3.3. A Morfologia urbana

Segundo a definição da DGEMN (2004), morfologia urbana é o estudo da forma urbana através da descrição e inteligência da sua estrutura e dos seus elementos constitutivos, enquanto realidades físicas. Tem como objectivo a interpretação do tecido urbano, entendido como processo resultante de uma evolução histórica, produto da acumulação sucessiva de variações e ou adições à matriz morfológica.

Este conceito foi principalmente desenvolvido pela escola italiana de arquitectura, na década de 60, que estabeleceu o princípio essencial da reciprocidade constante entre o tecido urbano, tipologia e território.

Segundo o geógrafo Robert E. Dickinson²⁸, e no que concerne à morfologia, as cidades da Idade Média, e para uma leitura mais fácil, poderão ser reduzidas a três tipos fundamentais: o irregular, o radioconcêntrico (caracterizado pela falta de rigor geométrico) e o regular (sobretudo quadricular ou em tabuleiro de xadrez). As cidades da Idade Média caracterizam-se pelo seu crescimento natural e orgânico pelo que há segundo o autor um predomínio para as cidades de Tipo Irregular, ou levemente geometrizadas.

*“As cidades, na sua morfologia natural, têm sempre um sentido. Seja pela sua adaptação à natureza topográfica do terreno, seja pela sua adaptação pela nuclearização que promovem os seus edifícios e estruturas fundamentais, seja em virtude das sendas e caminhos que se transformam em ruas, seja pela economia e disposição lógica das suas muralhas, e muitas outras razões, há sempre algo a impedir que predominem o capricho e a falta de sentido.”*²⁹

²⁷ AZEVEDO, Pedro, *As Cartas de criação de cidade concedidas a povoamentos Portugueses*, separata do Boletim da Academia das Ciências de Lisboa, vol.10, Coimbra, *Apud*, SALGUEIRO, Teresa Barata, *Op.cit.* p. 20.

²⁸ DICKINSON, Robert E., *The West European City*, Londres, 1951, pp 268-279, *apud* GOITIA, Fernando Chueca, *Op. cit.*, p.93.

²⁹ GOITIA, Fernando Chueca, *Op.cit.*, p.93.

As cidades-portos localizadas junto ao litoral exibem com frequência a forma de uma faixa ao longo da margem³⁰. Frequentemente este tipo de cidade organiza-se ao longo de um eixo ao longo do qual surgem os núcleos mais importantes da cidade.

Em termos morfológicos, o estudo da cidade implica o estudo da forma em geral, o tipo de planta, as características das edificações e o uso do solo.

Teresa B. Salgueiro, geógrafa, refere quanto à caracterização dos sítios que existem dois conceitos importantes relacionados com a localização, “*o de posição e o de sítio*”. *A posição refere-se à localização à escala regional, portanto, ao posicionamento face a outros núcleos de povoamento ou às vias de comunicação e está intimamente relacionado com a função original da cidade, a sua razão de ser.*”

A escolha de um sítio está normalmente “*relacionada com a defesa da povoação, a facilidade de abastecimento, a disponibilidade de materiais de construção, a melhor exposição solar ou a protecção dos ventos*”.³¹ O sítio compreende as características do local em si, características topográficas e geológicas.

3.4. Ocupação e urbanização

No século XV os portugueses lançaram-se na colonização. Os colonos foram pioneiros neste mundo novo. No povoamento das ilhas foram testados os princípios de urbanização e administração que mais tarde seriam aplicados na colonização do Brasil e da África. A fixação nas ilhas, como refere C. A. Medeiros, prende-se com razões de ordem económica e estratégica, aliadas a questão religiosa.

As Ilhas (Madeira e Açores) desenvolveram um importante papel no apoio às Armadas que seguiam para as Índias “*em conjunto com os portos de escala de importantes no quadro das navegações da expansão portuguesa*”³².

Eram frequentes os contactos comerciais com a Flandres, e a Inglaterra; e o apoio as armadas em direcção ao Brasil e a Índia.

³⁰ SALGUEIRO, Teresa Barata, *Op. Cit.*, p.212.

³¹ Idem, p.149.

³² MEDEIROS, Carlos A., *Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico*, Finisterra, Lisboa, 1969,p.95

As ilhas eram alvo fáceis para os corsários, piratas e esquadras inimigas, de modo que foram dotados de um conjunto de fortificações. Durante muito tempo os sítios defensivos foram principalmente lugares elevados, nas escarpas, junto ao litoral, ao longo dos principais percursos de ligação entre as povoações, e que permitiam o controlo e vigia quer da linha da costa, quer das deslocações que se realizavam por terra.

O povoamento da Ilha procurou sobretudo ocupar o litoral sul, pelas suas condições mais favoráveis. *“Na Ilha da Madeira, a disposição e as características do relevo dificultaram o avanço da ocupação para o interior.”*³³ Os lugares mais importantes, as actuais sedes de concelho *“encontram-se sempre à beira-mar na foz de ribeiras e estão providas de um pequeno cais ou calhau, isto é, uma praia de seixos onde as embarcações podem abordar”*.³⁴

Foram escolhidas as enseadas naturais que facilitavam o encostar das embarcações e os leitos da ribeira que permitiam o aproveitamento das águas para o cultivo e produção de pão.

José Manuel Fernandes³⁵ refere que a ocupação da ilha fez-se em três fases. Uma primeira fase que corresponde ao “sistema colonial” das capitânicas donatárias, em que a colonização era da responsabilidade dos donatários.

Uma segunda fase que coincide com a transição do século XV para o século XVI, em que o povoamento se desloca para as zonas mais rurais. Segundo o autor é reforçado o “Cordão” de Estrutura Aproximadamente Linear, e no caso de Santa Cruz é reforçado o Processo de Hierarquização dos Núcleos Litorais.

Com o desenvolvimento de bons portos e de um comércio crescente, houve necessidade de estruturar as defesas. A terceira fase desenvolve-se durante os séculos XVII e XVIII, em que se denota uma estabilização da população e uma deslocação progressiva da população para o interior, em busca de melhores terrenos agrícolas.

³³ Idem., p.63.

³⁴ RIBEIRO, Orlando, *A Ilha da Madeira até Meados do Século XX*, Estudo Geográfico, Tradução da obra publicada em 1949 por M^a R. Paiva Raposo, Lisboa, ICALP, 1985, p.121.

³⁵ FERNANDES, José Manuel, *Arquitectura e urbanismo nas ilhas atlânticas. Um património comum dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira*, CEHA - História das Ilhas Atlânticas [consult.21. Jul. 2008]. Disponível na www.ceha-madeira.net/canarias/hia_27.html.

Orlando Ribeiro, chama a atenção para a semelhança entre o povoamento das Ilhas Atlânticas e outras fundações portuguesas, “*presente na reprodução dos modelos continentais, através de uma rua equivalente à “Rua Direita”, ou “Directa”, e a adopção de malhas geométricas não necessariamente regulares ou rectangulares*”³⁶

As comunicações eram na sua maioria realizadas por mar, eram nos portos que “*se situavam os armazéns de vinhos, fábricas de açúcar e aguardentes, lojas, uma actividade comercial e um tráfego de passageiros muito mais intensas.*”³⁷

Os melhores portos irão desenvolver-se, e a Estrutura Urbana organiza-se em função dos portos de cabotagem, situação que se mantém até à construção e melhoria da rede viária no século XX.

No mapa com a circulação de 1940, da autoria de Orlando Ribeiro, é notório a relação que existe entre a importância administrativa dos lugares e a navegação.³⁸ Destacam-se os portos de Santa Cruz e Machico (zona Leste da ilha); Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta de Sol e Calheta (na Zona Oeste). Na costa Norte Porto Moniz e Seixal assumem o papel mais importante.

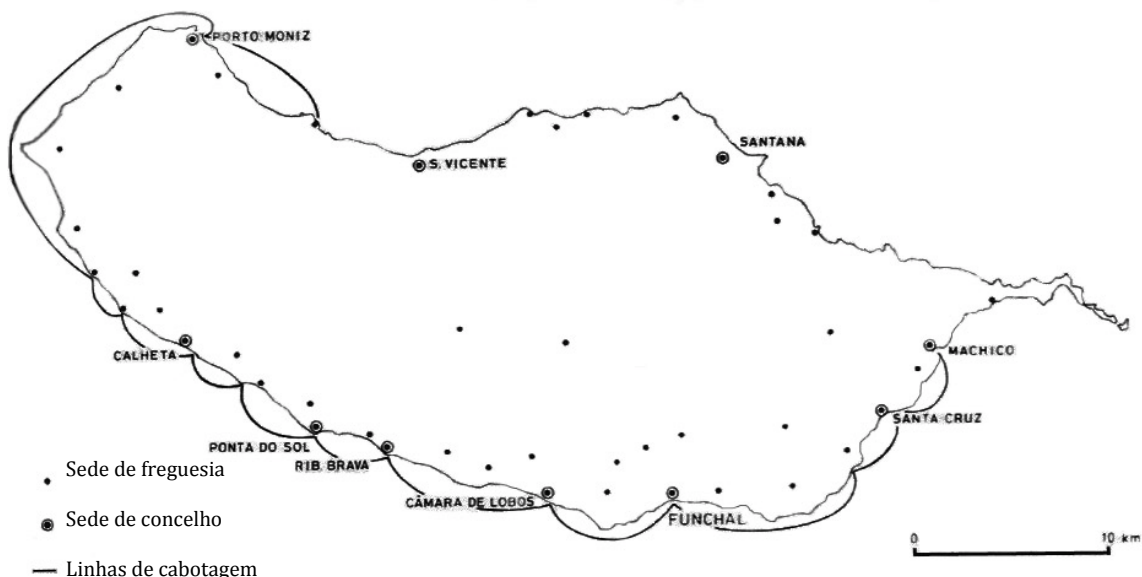


Figura 3. 6 – Os lugares e a cabotagem na Ilha da Madeira (O. Ribeiro, 1985, Mapa IX).

³⁶ SALGUEIRO, Teresa Barata, *op. cit.*, p.162.

³⁷ *Idem.* p.63.

³⁸ *Id.*,*ibid.*.

A melhoria das redes viárias e dos transportes leva à decadência do sistema de ligações por via marítima e posteriormente à extinção das empresas de cabotagem.

Ao nível do povoamento dão-se transformações na paisagem uma vez que as estradas face um relevo acidentado, são construídas a cotas mais altas, *“pelo que as povoações subiram das enseadas para a encosta...”*³⁹

“Embora predominando o povoamento disperso, nota-se uma tendência para a aglomeração, que tende a reforçar-se resultado das alterações verificadas nas acessibilidades, no nível de vida e consumo.”

³⁹ Id.,ibid..

CAPITULO IV O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO
E AS MARCAS NO TERRITÓRIO

4. O PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E AS MARCAS NO TERRITÓRIO

4.1. Introdução

No âmbito desta dissertação, foi necessário realizar a identificação, levantamento e caracterização do Património Imóvel existente em Santa Cruz.

Não foram apenas identificados os bens classificados, mas também os que pelas suas características possuam um significado, valor cultural ou qualidade arquitectónica, paisagística, urbanística, construtiva e que deixaram as marcas na cidade de Santa Cruz.

Neste contexto, foram elaboradas umas “fichas de Identificação” que serão preenchidas, sempre que possível, com anexos gráficos e fotográficos.

As fichas têm como modelo as Normas das Fichas de Inventário do IPPAR, mas de uma foram mais simplificada, uma vez que o objectivo não é proceder à inventariação dos bens (pois muitos dos edifícios já fazem parte do inventário elaborado pela DGEMN), mas identifica-los e perceber a sua função no tecido urbano.

4.2. Método

O trabalho será realizado em três fases. O primeiro passo para a organização deste estudo foi a realização de um levantamento dos edifícios mais importantes, que pelas suas características (culturais, arquitectónicas) marcaram o território onde se inserem:

- Levantamento do Património arquitectónico;
- Levantamento dos registos escritos, no caso dos edifícios inexistentes, mas que deixaram as suas marcas no território, e se possível localizá-los na cartografia;
- Levantamento fotográfico dos edifícios mais antigos do centro da cidade com base na cartografia de Paulo Dias de Almeida;
- Elaborar Fichas de Identificação;

As Fichas de Identificação (Ficha Tipo), foram elaboradas, atendendo à informação que se pretendia com o presente trabalho, e sempre que possível com a seguinte informação:

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO (FICHA-TIPO)

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. DESIGNAÇÃO/ NOME

Identifica a designação e ou o nome por que é conhecido o imóvel.

1.2. LOCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Identifica o distrito, o concelho, a freguesia, o lugar, a avenida, a rua, a praça, o largo, o beco, etc... com o respectivo número de polícia, andar e outras informações, que permitam uma correcta localização.

2. CARACTERIZAÇÃO

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Descrição do enquadramento histórico.

2.1.1. Época de construção

2.1.2. Autor e/ou construtor

2.1.3. Características estilísticas

2.1.4. Reconstruções e Restauro

2.1.5. Eventuais personalidades e organismos ligados à história do edifício

2.1.6. Outros dados considerados importantes

2.2. DESCRIÇÃO GERAL

Descrição das características mais marcantes e significativas do imóvel.

Descrição arquitectónica do edifício

2.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Identifica de acordo com os critérios genéricos (Bom, Razoável, Mau, Ruína);

2.4. FUNÇÃO ORIGEM

Identifica a função inicial para o qual o imóvel foi concebido (habitação, comércio, indústria,

2.5. FUNÇÃO ACTUAL

Identifica a função social do imóvel.

3. PROTECÇÃO:

3.1. Grau /Decreto /ZEP

4. CARACTERIZAÇÃO ARQUITECTÓNICA

4.1. Um breve apontamento para inserir o edifício numa das seguintes tipologias:

- Arquitectura Pública Civil
- Arquitectura Religiosa
- Arquitectura Militar
- Arquitectura Industrial (fábrica, oficina etc.)
- Arquitectura Civil
- Situações Mistas (casa com Capela; Torre de habitação, etc.)
- Espaço Público
- Outras

5. REFERENCIAS CARTOGRÁFICAS/FOTOGRAFIAS/LOCALIZAÇÃO

6. OBSERVAÇÕES:

Transferências e destruições previstas

Pessoas ou instituições que poderão fornecer informações

Para a caracterização arquitectónica, relativamente à tipologia dos edifícios, foi atribuído uma cor correspondente, de forma a facilitar a identificação de cada uma das tipologias:

Classificação dos edifícios por tipologia arquitectónica:

	Arquitectura civil pública
	Arquitectura religiosa
	Arquitectura militar
	Arquitectura civil
	Arquitectura industrial
	Espaço público

Segunda fase: O património arquitectónico e a sua localização no tecido urbano da cidade (cartografia);

- Elaborar plantas por épocas (com base nas cartografias disponíveis) tendo como suporte a Base Geometral (1991) e a fotografia aérea:
 - Elaborar a planta com base na cartografia de Paulo dias de Almeida, datada de 1805-27;
 - Elaborar a planta com base na cartografia de António Pedro de Azevedo, datada de 1865;
 - Elaborar a planta com base no Antepiano de Urbanização da Vila de Santa Cruz (início dos anos 60);
 - Elaborar a planta com o Levantamento do Instituto de Cartografia e Cadastro (1969/70);
 - Elaborar a planta com base na última cartografia (1991);

A localização do Convento de Nossa Senhora da Piedade foi feita com base na planta de Graça Silva (apêndices) e no plano de urbanização dos anos 60 (a construção já não consta da planta mas a cerca é assinalada nas peças desenhadas);

- Em cada uma das plantas elaboradas por época é assinalado os principais edifícios, traçados e ligações, sempre que possível referenciados com as fichas de identificação;

Terceira fase:

- Análise dos resultados;

CAPÍTULO V LEVANTAMENTO DO PATRIMÓNIO
ARQUITECTÓNICO NA CIDADE DE SANTA CRUZ

5. LEVANTAMENTO DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO NA CIDADE DE SANTA CRUZ

Ao longo deste capítulo é feito um levantamento dos edifícios e espaços mais marcantes no desenvolvimento da cidade. De alguns dos edifícios apenas restam registos toponímicos que estão na origem do nome de ruas e de sítios.

Agrupamos por tipo e categoria: arquitectura pública civil, arquitectura religiosa, arquitectura militar, arquitectura civil, arquitectura industrial, e espaço público. Alguns edifícios conjugam usos mistos.

5.1. ARQUITECTURA PÚBLICA CIVIL

5.1.1. Paços de Concelho

Situado junto à Praça João de Freitas, na cidade de Santa Cruz, o edifício dos antigos Paços de Concelho, foi desde sempre um edifício singular e marcante na cidade.

Possui uma localização estratégica, e junto a um dos eixos principais da cidade (a antiga ligação por terra entre Santa Cruz e o Funchal, e entre Santa Cruz e Machico). O quarteirão onde se insere surge no cruzamento deste grande eixo e da antiga Direita (Rua Cónego César Alfredo D' Oliveira) com a Rua da Amargura (Rua do Conselheiro Luís Branco).



Imagem 5. 1 - Edifício dos Paços do Concelho – Alçado Principal (Anos 50?)
Fonte: DGEMN

Imagem 5. 2 - Edifício dos Paços do Concelho – Alçado Nascente (Anos 50?)
Fonte: DGEMN

O edifício dos Paços do Concelho de Santa Cruz está classificado como Monumento Nacional desde 1936⁴⁰. Para este Edifício, a Igreja Matriz e a Misericórdia, foram publicados uma Zona Especial de Protecção (ZEP - Anexo 1).

João de Freitas, fidalgo da confiança de El-Rei e seu recebedor da Fazenda, foi um dos ilustres povoadores de Santa Cruz, e que após ter combatido em África regressa a Santa Cruz em 1511 e *“empregou todos os esforços e influencias para elevar a Freguesia à categoria de Vila, o que conseguiu por Carta Real de 26 de Junho de 1515”*⁴¹, foi também fundador da Igreja Matriz de Santa Cruz.

A nove de Abril de 1516, teria a Vereação de então, elaborado um contrato sobre a casa e a cadeia com Pedro Álvares de Almada (fidalgo e cavaleiro, residente em Santa Cruz), casas estas que haviam sido pertença de João Rodrigues Perada (Contador e Juiz da Alfandega nesta Ilha).

Numa das dependências deste edifício funcionou também a cadeia da vila: *“A cadeia da Vila de Santa Cruz foi criada logo em seguida à instalação do concelho e da própria vila (...) instalada numa (Lojea) do edifício Manuelino, (...) instalados os antigos Paços de Concelho.”* De acordo com os relatos das pessoas locais, os calaboiços situavam-se no piso inferior, junto à fachada poente.

Os Serviços Municipais instalaram-se neste edifício junto à Praça João de Freitas no ano 1516, até que a 25 de Março de 1928, um violento incêndio no edifício contíguo destruiu parcialmente o Tribunal e a Repartição de Finanças (instaladas numa das dependência dos Paços de Concelho). O fogo atingiu o segundo andar, estando em chamas mais de metade do prédio. O fogo parece ter tido origem numa loja de vinho e aguardente que existia nas suas imediações, o qual foi totalmente devorado pelas chamas.

No período que decorre entre 1932 e 1978, os serviços camarários estiveram a funcionar no actual prédio do Tribunal, edifício conhecido como a “Casa Milagrosa” (Imagem 5.3) uma vez que os seus custos foram pagos na totalidade pelo Município.

Também a cadeia foi removida para o antigo forte de São Francisco (Imagem 5.31) quando os Paços de Concelho ficaram instalados no seu novo edifício inaugurado a 29 Dezembro 1932.

O actual edifício Câmara Municipal de Santa Cruz, tal qual como o conhecemos hoje, data de Dezembro de 1978, ano em que foi oficialmente inaugurado. O projecto de

⁴⁰ MN, Decreto n.º 26499, DG 79 de 04 Abril de 1936.

⁴¹ FERREIRA, Padre Pita – *“Das Artes e da História da Madeira”*, n.º17.

5.1.5. Mercado Municipal

O Mercado Agrícola e Praça de Peixe de Santa Cruz, mais vulgarmente conhecido como Mercado da Vila ou Mercado Municipal, fica situado, na marginal junto ao mar, à Rua da Praia, na cidade de Santa Cruz. O novo edifício foi construído no mesmo local onde anteriormente existia a antiga Praça de Peixe, na Rua da Praia, junto ao Ribeiro da Calçada (Imagem 5.5).

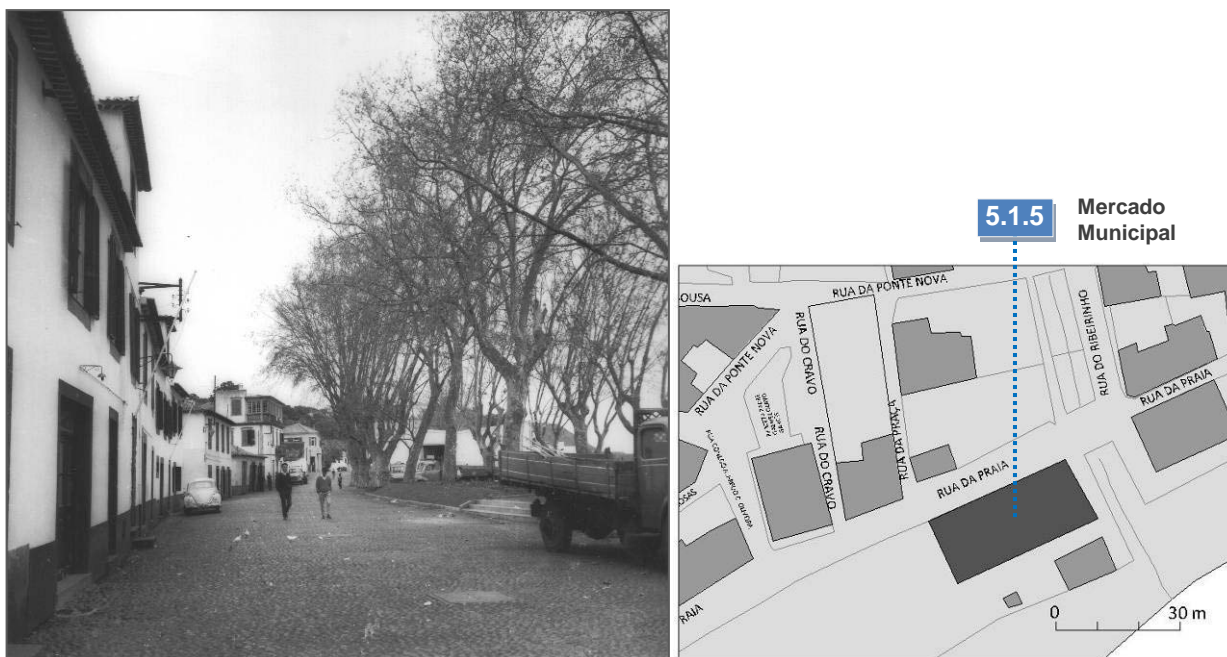


Imagem 5. 6 – Rua Praia (anos 60)
(fotografia de de João Manuel Monteiro)

Em 1955, o Dr. João Militão Rodrigues tomou posse da Presidência da Câmara Municipal de Santa Cruz. Foi durante a sua presidência que foi lançado concurso para a construção de um novo espaço, que albergasse num único edifício, duas funções, a de mercado agrícola e a de praça de peixe.

A elaboração do projecto esteve a cargo do arquitecto Luís Conceição Teixeira. O empreiteiro responsável pela construção foi o Sr. António Pinto Correia⁴⁴.

Do programa do mercado da vila fazia parte uma “*praça de peixe, 3 talhos, locais de venda de produtos hortícolas, frutas e flores e de artigos regionais e ainda de um local de venda de animais de pelo e penas, com respectiva casa de matança*”.⁴⁵

Estas funcionalidades estão divididas em duas zonas distintas: numa das extremidades do edifício (a nascente) está situado a zona de praça de peixe, e no extremo oposto (a poente), a zona de talho e de venda de produtos hortícolas,

⁴⁴ A Visita Presidencial à Madeira, Diário Noticias da Madeira, Funchal, 1962-07-21, p.3.

⁴⁵ Ibedem.

propriamente dita. Estamos perante um edifício de planta rectangular, servido por 4 entradas (uma em cada uma das fachadas).

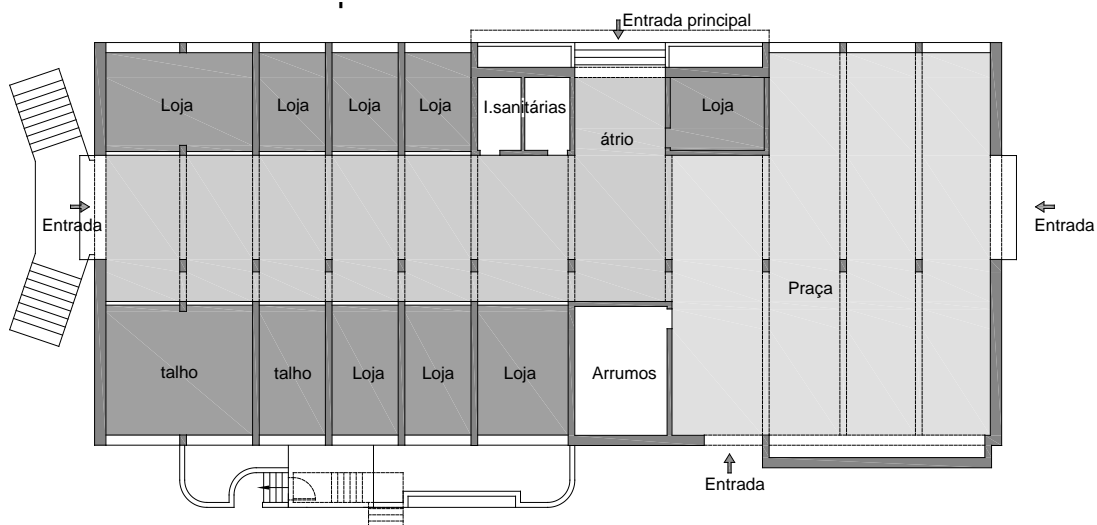


Figura 5. 2- Planta do edifício (sem escala)

A entrada na fachada virada a sul, assegurava uma ligação directa aos barcos varados na praia e facilitava o descarregar do peixe. Actualmente esta leitura já não é tão clara, em virtude de ter sido construído um passeio junto ao mar e que separa o edifício da praia e dos barcos. Junto à entrada virada a norte um pequeno átrio divide e organiza o espaço interior.

A divisão do edifício em duas zonas distintas é também evidenciada na fachada norte, e reforçada com os motivos presentes nos painéis escultóricos na entrada que dá acesso ao átrio. O painel do lado esquerdo é retratado uma cena ligada a faina: à chegada dos barcos, ao arranjar e do transporte do peixe.



Imagem 5. 7 – Painel na fachada principal da autoria de António Aragão (fotografia de Filipa Morna)



Imagem 5. 8 - Painel na fachada principal da autoria de António Aragão
(fotografia de Filipa Morna)

Por outro lado, no painel do lado direito é retratado uma cena do campo, mostrando num primeiro plano, um homem a beber água enquanto outros dois trabalham a terra. Num plano posterior duas mulheres deitam as sementes à terra, com um cenário montanhoso como pano de fundo.

Os painéis na fachada principal são da autoria de António Aragão. Não é possível precisar a data em que foram executados, nem se o projecto do mercado, já contemplava de início a sua execução, podemos no entanto afirmar a sua presença enobrece a fachada principal e que a diferencia de todas as outras fachadas.

As peças foram executadas na Fábrica de Outeiro – Águeda, conforme é possível constatar no canto inferior direito de cada um dos painéis. Não me foi possível constatar assinatura do autor dos painéis, nem a data da sua execução.

Numa fase posterior (1986/87), foram colocados no átrio de entrada duas pinturas da autoria da Pintora Teresa Brazão.

O edifício do mercado da vila foi inaugurado no dia 20 de Julho de 1962: *“...pelo actual e venerado Presidente da República, Sr. Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz, um edifício misto, destinado a mercado agrícola e praça de peixe, obra moderna e atraente, mandada construir pela Vereação Municipal, presidida pelo Dr. João Militão Rodrigues.”*⁴⁶

⁴⁶ PIO, Manuel Ferreira, *Op. cit.*, pp. 127-128.



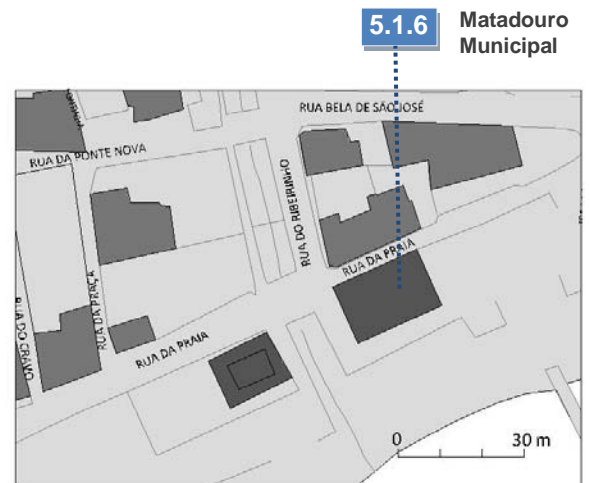
Imagem 5. 9 – Mercado Municipal de Santa Cruz (estado actual)
(Fotografia de Filipa Morna)

5.1.6. Matadouro Municipal

Situava-se na margem esquerda do Ribeiro da Calçada, onde hoje se situa o Restaurante da Praia das Palmeiras. São poucas as referências a este edifício, para além de algumas referências nos livros de actas relativamente ao melhoramento e manutenção deste espaço.



Imagem 5. 10 – Matadouro Municipal
(fotografia pertença de Ezequiel Vieira)



5.1.7. Lavadouros Públicos

Construção utilitária e estandardizada de meados do século XX, da autoria do arquitecto Chorão Ramalho. Fazem parte de um conjunto de construções estandardizadas, espalhadas um pouco por toda a Ilha. A sua construção iniciou-se por volta de 1965, face à proibição da utilização dos lavadouros comunitários.

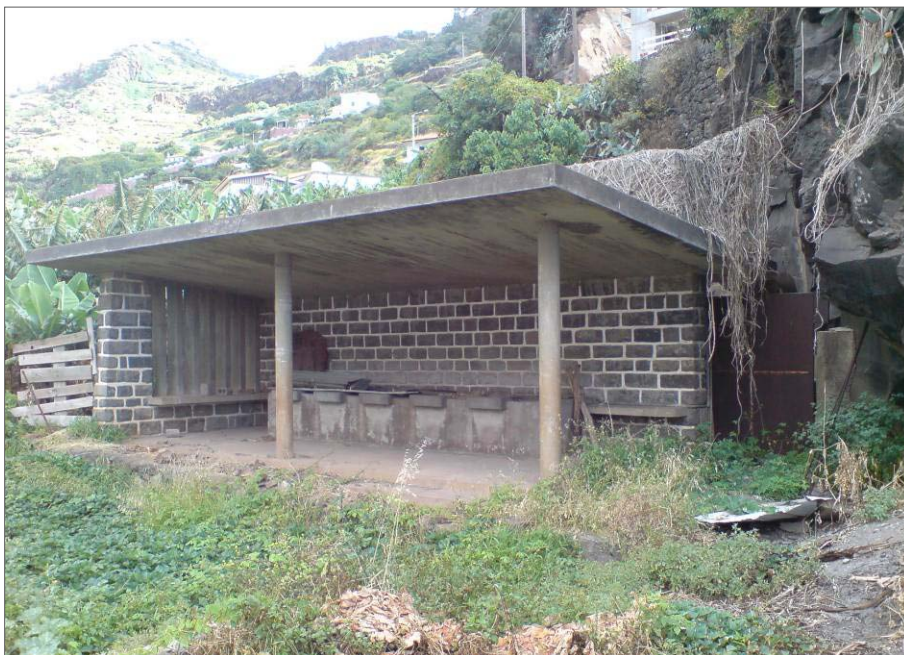
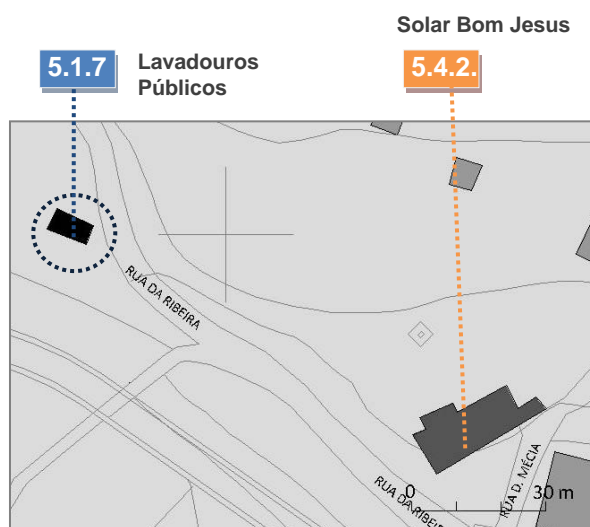


Imagem 5. 11 – Lavadouros municipais (estado actual)
(fotografia de Filipa Morna)

Construção de planta rectangular, coberto por uma só laje de betão armado inclinada. A cobertura assenta em dois pilares circulares e na parede posterior. Uma das laterais é semi-encerrada com pilares verticais.



Imagem 5. 12– Lavadouros Municipais
(fotografia de Filipa Morna)



Na base desta estrutura avança uma pequena laje de betão que forma um banco. Este espaço é composto por cinco lavadouros em pedra de cantaria regional, no qual foram usados os princípios da arquitectura modernista (pilares e cobertura inclinada em betão armado), aqui conjugados com os materiais tradicionais (cantaria regional). Este espaço, assim como os restantes existentes no Concelho (por exemplo, na freguesia de Gaula existiam cinco, mas só subsistem quatro), e apesar de se encontrarem em bom estado, estão voltados ao abandono e cheios de entulho.

5.2. ARQUITECTURA RELIGIOSA

Dentro da arquitectura religiosa, temos a diferenciar três tipos de construções: as Igrejas, as Capelas, os Conventos e a Misericórdia.

5.2.1. Igreja Matriz de Santa Cruz / Igreja do Salvador

A Igreja Matriz de Santa Cruz é um dos monumentos mais importantes da ilha da Madeira, e foi classificada como Imóvel de Interesse Público em 1948⁴⁷.

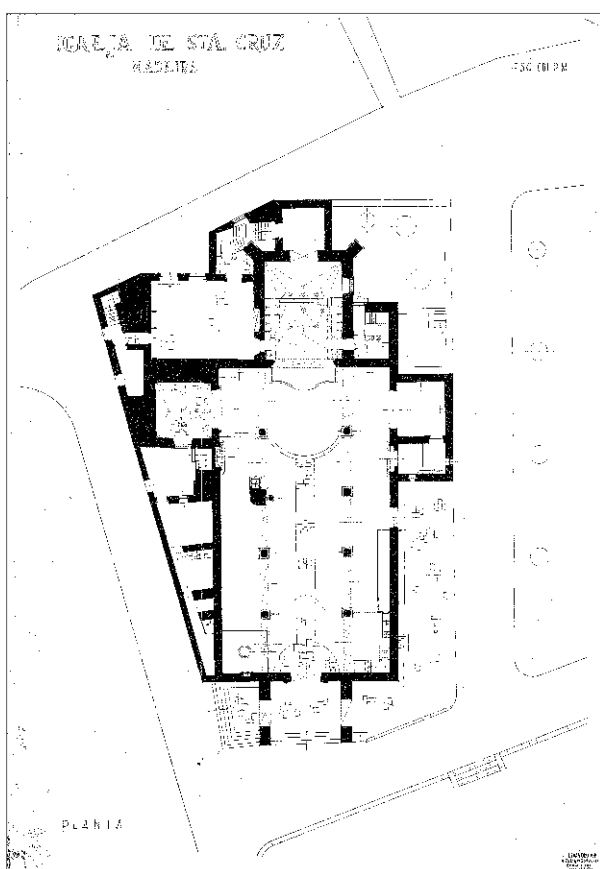
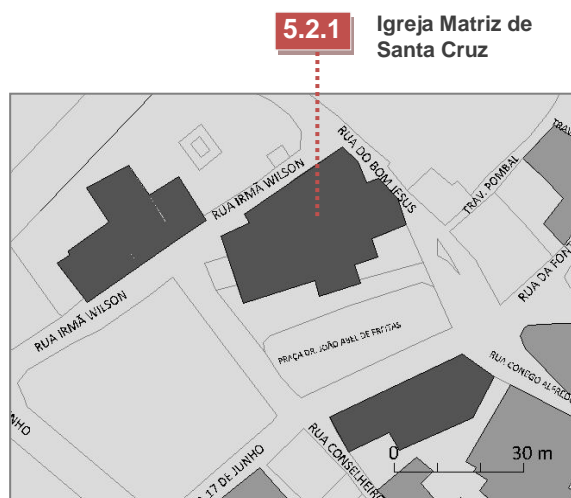


Figura 5. 3 – Planta da Igreja Matriz de Santa Cruz
(fonte: DRAC)



⁴⁷ IIP, Dec. N.º 30762, DG 225 de 26 de Setembro de 1940, Dec. N.º 30838, DG 254 de 1 de Novembro e Dec. N.º 37077, DG 228 de 29 de Setembro 1948, ZEP, DG 154 de 5 Julho de 1946.

A sua construção ter-se-á iniciado nos primeiros anos de quinhentos (sensivelmente 1502). Os trabalhos decorrem até 1663.

A obra esteve a cargo de João de Freitas, nos terrenos doados por Gomes Vaz. É uma igreja de planta longitudinal, composta por três naves, um transepto pouco saliente e uma abside rectangular.

Com uma orientação nascente – poente, a fachada principal foi implantada a poente, e possui uma entrada lateral, virada a sul, que liga o corpo da Igreja directamente à Praça João de Freitas.



Imagem 5. 13– Igreja Matriz de Santa Cruz / Igreja Salvador
(Fotografia de Filipa Morna – Outubro 2008)



Imagem 5. 14 – Igreja São Salvador (vista da Rochinha – 2007)
(Fotografia de Filipa Morna)

5.2.2. Capelas

A colonização e povoamento da Ilha fizeram com que surgisse no território, inúmeras capelas como Instituições Vinculares⁴⁸, umas vezes em casas senhoriais, outras vezes como altares noutras Capelas ou Igrejas já instituídas.

Estas capelas dependiam do Pároco de Santa Cruz, sendo que a nomeação dos Capelões, a realização dos Inventários de bens e de alaias religiosas dependiam da sua aprovação.

No caso de perda do suporte económico, competia à Paróquia a sua “reciclagem”, recolhendo os seus bens à Igreja Matriz, os quais poderiam ou não, vir a ser posteriormente redistribuídos.

5.2.2.1. Capela de São Pedro

A Capela de São Pedro localiza-se no sítio com o mesmo nome, na margem esquerda da Ribeira da Boaventura, em Santa Cruz. A capela de São Pedro foi instituída por João Escórcio, nas margens da Ribeira da Boaventura, no ano de 1500.

⁴⁸ **Instituições Vinculares.** *Tem-se asseverado que o arquipélago madeirense, proporcionalmente á sua área e á sua população, foi a região do país em que existiu maior numero de morgadios ou prazos vinculados. A avaliar o facto pelo número de capelas, que na sua grande maioria eram de instituição vincular, espalhadas por todas as freguesias da ilha, pode assegurar-se que os morgadios abundavam fartamente na Madeira. Afirmou o conselheiro José Silvestre Ribeiro, num documento oficial, que dois terços dos terrenos de todo o arquipélago eram vinculados. A Madeira foi uma terra de morgadios, embora alguns deles arrastassem uma vida miserável, que não abonava as suas prosápias avoengas. Nos tempos primitivos da colonização aportaram a esta ilha muitos fidalgos nacionais e estrangeiros e um número ainda mais avultado de mercadores e aventureiros, que vieram aqui tentar fortuna, atraídos pela fama da notável ferocidade do solo, pelo espírito de aventura e também pela falta de recursos nas terras donde eram oriundos. A estes foram dados em sesmaria grandes tratos de terrenos, que faziam arrotear por escravos negros e mouros importados de África, e por colonos livres vindos do continente do reino. Muitos desses sesmeiros criaram boas casas com avultado rendimento que lhes dava a exuberante fertilidade do solo, sobretudo com a produção do açúcar, que em larga escala se exportava. Depois «o sesmeiro rico, no dizer do anotador das Saudades da Terra, enfastiou-se da vida campesina, ufanou-se da sua originária fidalguia e apeteceu vivenda de mais aparato bulício; desprezou por isso a terra, vinculou-a na mira de assegurar-se dos réditos dela; contratou-lhe a cultura com os colonos livres mediante a demidia, ou, por partes, o terço do frutos, para manter-se em ocioso gáudio abandonou as suas fazendas e veio assentar residência luxuosa e desperdiçada nas povoações, principalmente no Funchal, Machico Santa Cruz, Calheta, Ponta do Sol e Ribeira Brava.» SILVA, Pe. Fernando Augusto da; MENEZES, Carlos Azevedo de – “Elucidário Madeirense”. D.R.A.C. Funchal, 2ª Edição, 1984.*

As chuvas intensas e a grande cheia do dia 7 de Janeiro de 1772 arrastaram a capela e tudo o que continha no seu interior para o mar, pelo que nada restou desta capela inicial.

A capela que hoje existe foi edificada sob orientação do Padre João Martins, através das contribuições do povo, em 1793. A imagem de São Pedro é talvez dos finais do século XVIII.

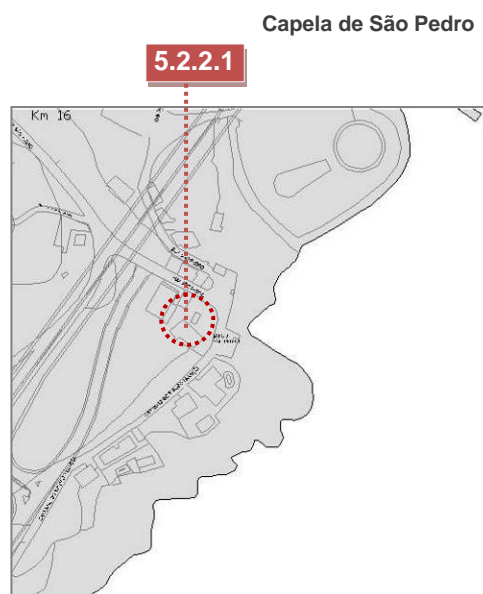
Lamentavelmente, esta capela foi alvo de várias remodelações nos anos 20 do século XX, quer no interior, quer no exterior que levaram a descaracterização deste edifício.

Estamos perante edifício de linhas simples, característica das capelas madeirenses do século XVII e XVIII, de traça Tardo – maneirista, do qual nada se conhece relativamente à autoria do projecto ou do construtor da capela.

Trata-se de um edifício de planta longitudinal composta por nave única e capela-mor (mais estreita que o restante edifício) e actualmente da mesma altura.



Imagem 5. 15 – Capela de São Pedro
(fotografia de Filipa Morna)



A sacristia encontra-se adossada à fachada lateral esquerda. A fachada principal, e voltada a Sul, termina em empena, e é rasgada por um portal de arco e janela de volta perfeita, encimado por uma cornija.

A fachada lateral esquerda é cega, e a fachada lateral direita possui um portal em arco de volta perfeito, na nave, assim como uma janela na capela – mor. De salientar que

quer o portal, quer a janela são de construção recente, assim como as empenas sobre elevadas das fachadas.

O interior da capela é completamente descaracterizado e desprovido de decoração. Do seu interior foram removidos o coro alto de madeira, com acesso por escada de caracol, o púlpito do lado do Evangelho, as pinturas murais e as decorativas da cobertura, assim como o retábulo de talha dourada. A tela da sacristia figurando o “O regresso do filho pródigo” constitui uma cópia de uma de Rembrandt (de 1666 e 1669 e actualmente no Museu de Eremitage, em São Petersburgo).

5.2.2.2. Capela de Santo Amaro

A Capela de Santo Amaro localiza-se ao Caminho do Rei, na parte nascente da cidade, em Santa Cruz.

A Capela de Santo Amaro foi edificada pelo povo nos finais do século XV, princípios do século XVI. Os dados que dispomos referente a capela original é de esta seria uma capela gótica, com um altar do lado nascente e um alpendre do lado poente sobranceiro ao mar. A confraria de Santo Amaro foi instituída nesta capela no ano de 1641, e tornou-se um grande centro de romarias na época.

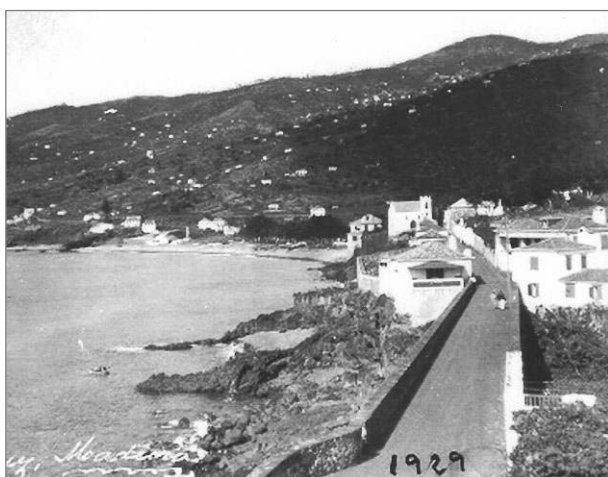
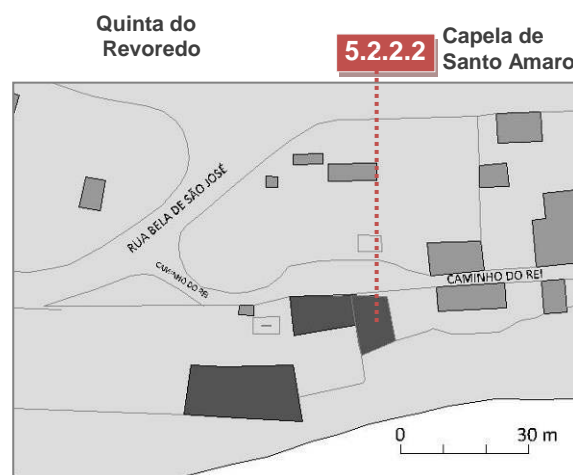


Imagem 5. 16 – Vista de Santa Cruz (Capela de Santo Amaro)
(Fotografia pertença de Ezequiel Vieira)



Em 1656, a capela estava em adiantado estado de ruína, tendo a mesma sido reparada com donativos da população. Com o passar dos anos, a extinção da Confraria e o estado de ruína da capela, levaram a que a devoção a este Santo estivesse quase caída no esquecimento, e que só foi revitalizada pela mão do Padre António de Freitas de Andrade, com gastos avultados na organização da festa dedicada ao Santo nos anos de 1702, 1703 e 1704.



Imagem 5. 17 – Capela de Santo Amaro
(fotografia de Filipa Morna)

O edifício, tal qual como o conhecemos hoje e o qual podemos visitar, foi reedificado em 1922, mais ou menos no mesmo local, possui no entanto uma orientação diferente do original (o altar esta orientado a Sul, ao invés de a Nascente). O alpendre que lhe era característico deixou de fazer parte deste novo edifício.

5.2.2.3. Edifício da Santa Casa Misericórdia e Capela de Santa Isabel

O edifício da Santa Casa da Misericórdia fica situado junto à Igreja de Matriz de Santa Cruz, no enfiamento da Rua da Amargura (Rua Conselheiro Luís Branco).

A capela dedicada a Santa Isabel foi fundada por André Gonçalves, mercador residente na vila de Santa Cruz, em 1562. O corpo de André Gonçalves foi sepultado na Igreja Matriz, junto de Diogo Gonçalves e Beatriz Dias (de quem André havia sido escravo e posteriormente seu herdeiro). Em testamento deixou indicações para a construção da capela: *“a qual se fará no canto da casa do hospital da dita confraria onde está o balcão a qual capela terá um portão fora para o campo e o portal será me arco da maneira que é o portal da capela de João de Moraes que está na Igreja do Salvador e para dentro do hospital se abrirá na parece dele e se fará um arco com grades que os enfermos vejam Deus no altar...”*

Não se sabe ao certo o ano em que a capela ficou concluída, no entanto tanto o hospital como a capela, em 1750 encontravam-se em avançado estado de ruína, pelo que a reconstrução e ampliação dos dois edifícios foi feita com dinheiro da Misericórdia e com um subsídio do Rei D. José I, conservando-se apenas o portal

Gótico que havia sido exigência do seu fundador, André Gonçalves. Em 1765 foi edificada a capela-mor

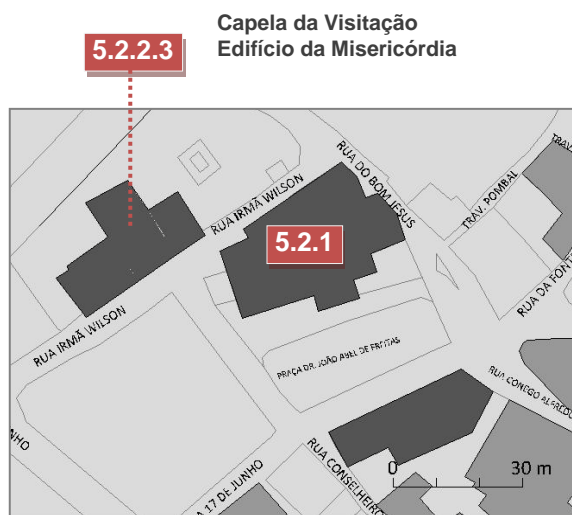


Imagem 5. 18 - Capela da Visitação
(fotografia de Filipa Morna)

Na parte posterior da capela ainda é constatável a existência de uma pequena sineira, na qual está gravada a data de “1753”, onde existia um sino com a seguinte inscrição: “1638. Henryck Ter Horst me fecit”. O sino foi retirado seu local e encontra-se nas arrecadações do hospital, por se encontrar partido.

No lajeado da capela é constatável a existência de algumas inscrições tumulares, no entanto não há registos de que se sepultasse alguma pessoa naquele espaço, pelo que se supõe que estas pedras tumulares sejam provenientes da Igreja Matriz.



Imagem 5. 19 - Edifício da Santa
Casa da Misericórdia
(fotografia de Filipa Morna)

O arquitecto Vítor Mestre foi o responsável pela elaboração do projecto de arquitectura referente à ampliação do edifício, obra concluída em 2007. Actualmente funcionam no mesmo edifício a Misericórdia de Santa Cruz e o Lar de Terceira Idade.

5.2.2.4. Capela de Nossa Senhora da Conceição

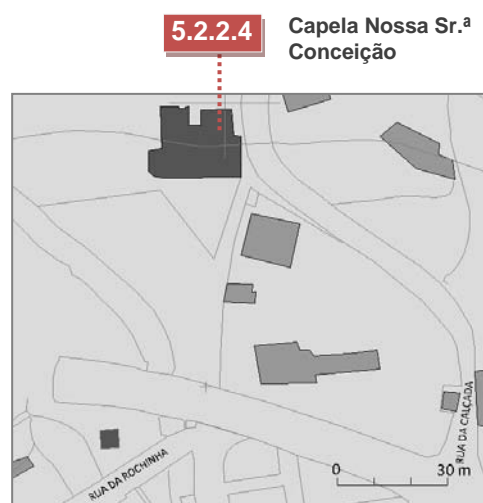
A Capela de Nossa Senhora da Conceição situa-se à Rua da Calçada, e faz parte do Solar de S. Gil ou da Calçada, em Santa Cruz.

Foi fundada junto ao Solar desta família, por Bartolomeu Telles de Meneses, (sargento-mor), em 1710 com base no seu testamento, talvez por ruína ou inexistência da anterior capela deste solar.

A capela e o solar foram reedificados, em 1892 por Luís Pereira de Meneses Agrela, sendo actualmente propriedade do Dr. Remígio Spínola Barreto.



Imagem 5. 20 - Capela de Nossa Senhora da Conceição
(fotografia de Filipa Morna)



5.2.2.5. Capela Nossa Senhora da Piedade (Cemitério)

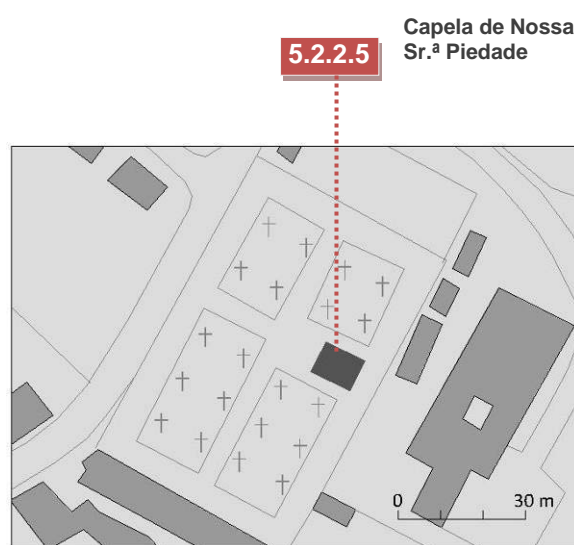
A Capela de Nossa Senhora da Piedade situa-se no sítio de Santa Catarina, junto à saída da Via Rápida, em direcção ao Aeroporto da Madeira (sentido Funchal/Machico). O cemitério foi mandado construir por deliberação Camarária, a 28 de Março de 1892, nos terrenos a Leste do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade e do Forte de S. Francisco, tendo sido edificada uma capela, que em homenagem ao convento existente se chamou de Nossa Senhora da Piedade.

Recentemente a Autarquia procedeu a obras de reparação do tecto e da cobertura da capela, face ao seu mau estado de conservação.

A capela de N.^a S.^a da Piedade caracteriza-se por ser uma capela de gosto simples, de um “gótico” dos finais do século XIX, composta por um corpo com altar-mor, e dois alpendres laterais apoiados por uma estrutura de ferro fundido.



Imagem 5. 21 – Capela de Nossa Senhora da Piedade
(fotografia de Filipa Morna)



A capela encontra-se ligeiramente elevada do piso. O portal é “gótico”. No seu interior, existe um “retábulo ocupado por uma pintura popular, francamente arcaisante”⁴⁹ representando N.^a S.^a da Piedade. Sabe-se que no ano de 1895, ainda a construção da capela ainda não estava concluída.

5.2.2.6. Capela dos Remédios e Solar do Moreno

A Capela de Nossa Senhora dos Remédios localiza-se ao Caminho do Moreno, logo após o Parque de Merendas, em Santa Cruz.

A capela de Nossa Senhora dos Remédios foi edificada em 1690, pelo Cónego Manuel Ferreira Teixeira Caiado, descendente dos Caiados de Estremoz, que povoaram e habitaram a vila, ao sítio do Moreno.

⁴⁹ CARITA, Rui, *A Capela de Nossa Senhora dos Remédios em Santa Cruz*, Edições da Câmara Municipal de Santa Cruz, Santa Cruz, 1990.

Inicialmente esta capela não teria residência anexada, tratava-se de uma ermida isolada. A ampliação do edifício deu-se nos finais do século XVIII, inícios do século XIX, provavelmente para apoiar o feitor do “pomar do moreno”, ou para albergar os festeiros da Senhora dos Remédios.

As obras que se fizeram laterais à capela, primeiro incorporando a Sacristia a Poente, e a criação de uma pequena residência sobradada, a nascente, datam de meados do século XIX.

Com o século XX, o pequeno conjunto transformou-se em solar rural, tendo sido dotado de uma pequena cozinha e arranjo da própria residência. Mais tarde construiu-se um telhado que uniformiza a cobertura.



Imagem 5. 22 – Solar do Moreno e Capela dos Remédios
(fotografia de João Manuel Monteiro)



Imagem 5. 23 - Solar do Moreno e Capela dos Remédios (Setembro 2008)
(fotografia de Filipa Morna)

O portal da capela, é de volta perfeita em cantaria pintada. Ao lado da porta, no exterior existe uma pequena pia de água benta, muito ao gosto do século XVII.

Relativamente a este aspecto poderia ser indicador de um possível adro coberto ou a intenção de o cobrir, entretanto desaparecido devido as obras que se foram realizando ao longo dos tempos.⁵⁰

A evocação da Nossa Senhora dos Remédios está relacionada com a evocação da Saúde e do Perpétuo Socorro, aparecendo com alguma representatividade ao longo dos séculos XVI/XVII, no entanto na ilha da Madeira apenas temos registo desta capela e de uma no Funchal, à Rua das Maravilhas, a qual não chegou aos nossos dias⁵¹. Esta capela tem sido diversas vezes restaurada, encontrando-se ao serviço do culto, sendo propriedade da Casa S. Gil, herdeiros do Dr. Remígio Spínola Barreto. A festa dedicada a Nossa Senhora dos Remédios realiza-se todos os anos a 8 de Setembro.

5.2.3. Edifícios religiosos e as marcas no território

Relativamente a estes edifícios, apenas vamos referir, aqueles que de uma forma ou de outra constituíram um marco ou uma referência na organização da cidade e dos quais ainda existem vestígios da sua existência, sobretudo na toponímia da cidade.

5.2.3.1. Convento Franciscano de Nossa Senhora da Piedade

O Convento Franciscano de Nossa Senhora da Piedade foi instituído por determinação testamentária de Urbano Lomelino, que com João Baptista Lomelino vieram para Santa Cruz em 1456. O Convento situava-se “para além de S. Sebastião, onde chamam Granja”. Os Lomelino eram oriundos de Génova, e dedicavam-se ao comércio de açúcar, vinhos e conservas, e os seus navios exportavam para o todo o reino, para a Flandres, Génova, e Veneza. O Convento encontrava-se construído em 1527, sendo nesse ano entregue à “ Província Franciscana de Portugal”. Joana Lopes e Isabel Correia (mulher e sogra de Urbano Lomelino), mandaram edificar na Igreja do Convento, a Capela de Santa Ana, tendo os restos mortais de Urbano Lomelino sido sepultados em 1548, nessa Capela. O Convento e a Igreja dispunham de um valioso

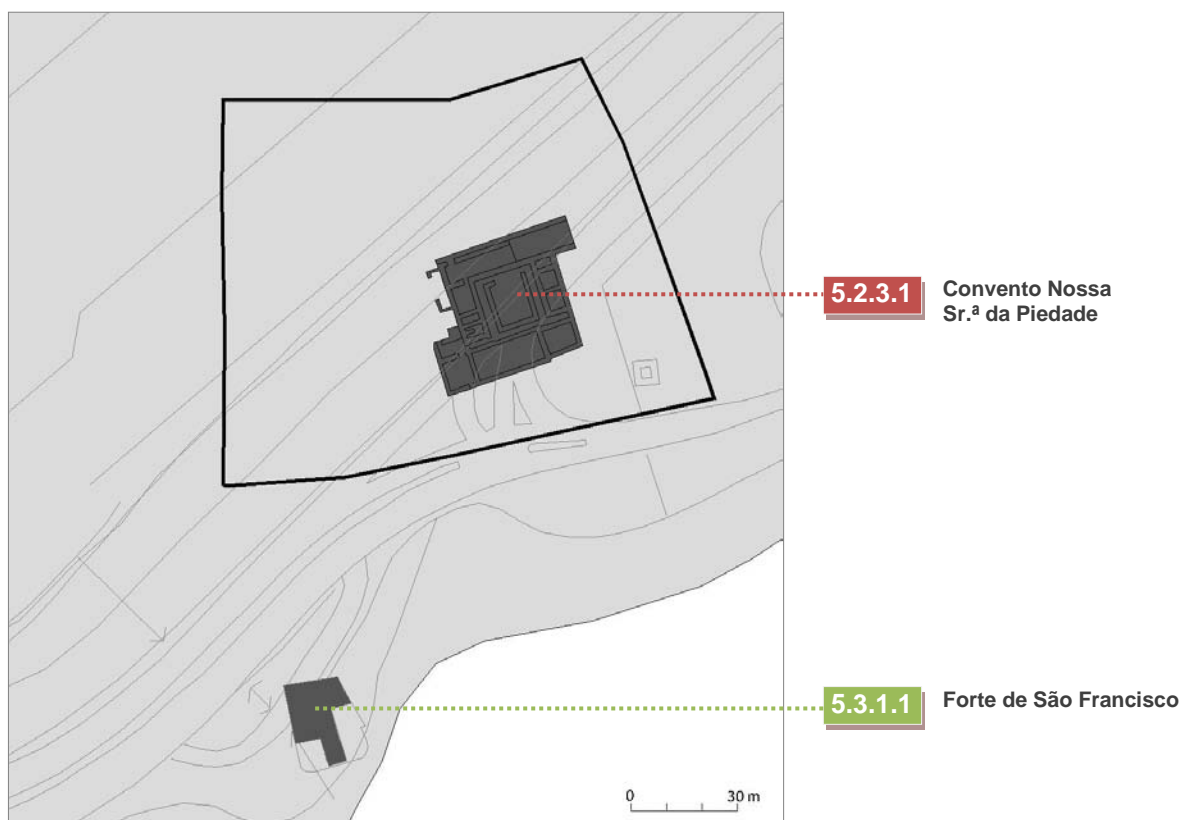
⁵⁰ CARITA, Rui, *A Capela de Nossa Senhora dos Remédios em Santa Cruz*, Edições da Câmara Municipal de Santa Cruz, Santa Cruz, 1990.

⁵¹ Idem, *Ibidem*.

espólio, composto por alfaias, imagens, pinturas, os quais foram distribuídos pelas diversas igrejas do Concelho e da Diocese.

Na Igreja Matriz é possível constatar algumas imagens que se diz serem provenientes do Convento: S. Francisco ^(?), Santo António, São Benedito, Nossa Senhora da Piedade; uma cruz que está sobre o Sacrário e diversas peças de Ourivesaria, e os Painéis de Azulejos existentes na Sacristia da Igreja.

O túmulo de mármore de Urbano Lomelino encontra-se na Capela de invocação de Nossa Senhora da Piedade, que se encontra nos Jardins da Quinta das Cruzes. O Convento tinha capacidade para 12 a 15 frades, e uma Igreja de uma só nave.



O terramoto de 1748 derrubou a Igreja e o Convento Franciscano e não tendo havido um consenso entre os Padroeiros do Convento e os Frades, pelo que a recuperação não se fez prontamente. O Convento foi extinto em 1834, pela Lei de 8 de Maio. No entanto a edificação ainda consta da planta elaborada por António Pedro de Azevedo, datada de 1865.

De acordo com o Padre Manuel Ferreira Pio, o espólio existente foi distribuído pelas Igrejas de Água de Pena, Santo António da Serra, Museu de Arte Antiga (retábulo de pintura flamenga). Na Casa da Cultura da Câmara Municipal de Santa Cruz, encontram-se algumas das “pedras” oriundas do convento, retiradas aquando da sua destruição pelas obras do Aeroporto da Madeira (1961/64).

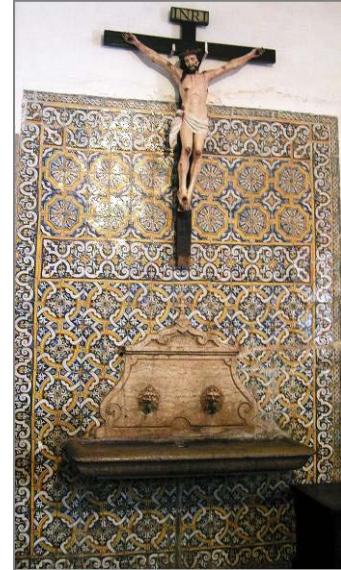


Imagem 5. 24 – Pedras em cantaria provenientes do Convento
(fotografia de Filipa Morna)

Imagem 5. 25 – Painel de azulejos (Sacristia da Igreja Matriz) provavelmente proveniente do Convento
(fotografia de Filipa Morna)

5.2.3.2. Capela de Santa Cruz

A Capela de Santa Cruz situava-se junto à antiga Fabrica de Lacticínios da Empresa A. C. Burnay, Lda., na zona mais a leste da cidade, junto ao aeroporto.

A capela de Santa Cruz foi a última das capelas, a ser construída na freguesia, e foi mandada edificar pela sua proprietária D. Alegria Vieira de Castro em 1949.

Actualmente, quer o prédio da fábrica, quer a capela encontram-se em total ruína, e completamente abandonadas.

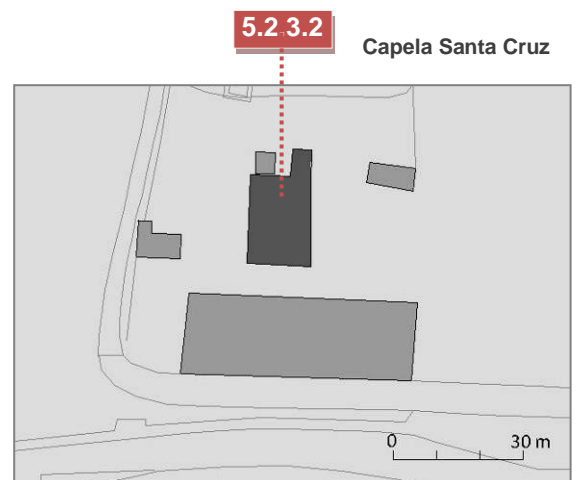
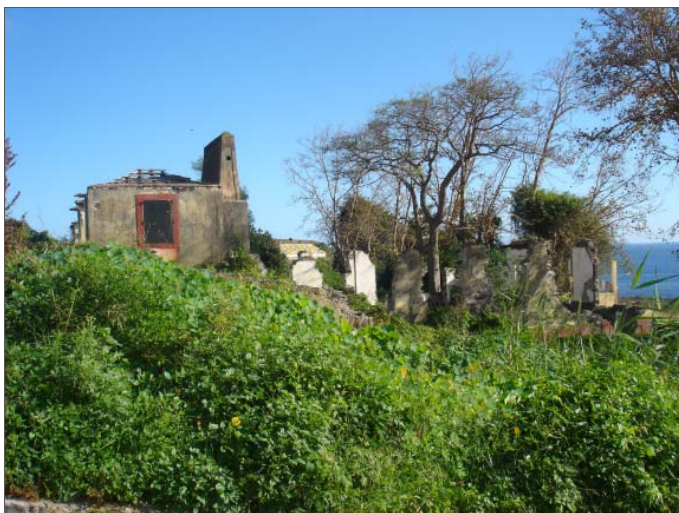


Imagem 5. 26 – Ruínas da Capela de Santa Cruz e da Fábrica de Lacticínios
(fotografia de Filipa Morna)

5.2.3.3. Capela do Bom Jesus

Foi provavelmente mandada edificar, junto à Ribeira e no largo que ainda hoje usa essa evocação, por Gil Anes, carpinteiro de profissão e um dos primeiros povoadores da freguesia de Santa Cruz. Gil Anes casou com Beatriz Anes, a qual escolheu como testamenteira após a sua morte, uma vez que não deixou descendentes. Antes da sua morte em 1482, mandou construir na Igreja Velha de Santa Cruz uma capela dedicada ao Senhor Jesus, onde quis ser sepultado.

Esta seria de acordo com o Padre Manuel Ferreira Pita uma capela situada na parte da Epístola, na Igreja Velha de Santa Cruz.



Imagem 5. 27 e Imagem 5. 28 – Rua do Bom Jesus
(Fotografia de Filipa Morna)

Em 1660, a Igreja Velha e a Capela do Senhor Jesus encontravam-se em ruínas, pelo que o Capitão Belchior de Mendonça de Vasconcelos (administrador do morgado de Gil Anes) terá mandado construir uma capela junto à sua casa, na vila, em fazenda do dito morgado. Foi concedida licença e autorização para o Vigário da Paróquia benzer a nova capela do senhor Bom Jesus a 28 de Dezembro 1660. O inventário de 1588, 1592 e 1730, dão conta de duas peças de ourivesaria sacra, uma cruz de prata e um cálice de prata.

Supõe-se que esta capela tenha entrado em ruínas nos finais do século XVIII. A magnífica cruz de prata que hoje pertence à Igreja Paroquial de Gaula poderá ser proveniente desta Capela. Na cidade ainda se preserva o nome da rua com o nome desta capela, sendo uma das principais artérias do centro da cidade.

5.2.3.4. Capela de São José

A capela de São José foi construída no primeiro quartel do século XVI, junto ao caminho que vai da Vila para Santo Amaro. Segundo os Visitadores em 1538, a dita

Capela foi fundada por Pedro Alvares de Almada natural de Guimarães e um dos oficiais da Câmara Municipal de Santa Cruz. De acordo com os relatos de então e como não foi possível mostrar “a instituição da dita capela e o título de propriedade”, foi proibido a celebração de missa.

Pelos inventários realizados em 1730, a capela já não existia, havendo no entanto referência a sua memória, na planta da Vila de Santa Cruz, da autoria de António Pedro de Azevedo, de 1865, onde na Rua de sequência da “Ponte Nova”, se refere a Rua de Bela de São José, que ainda hoje se mantêm com o mesmo nome.



Imagem 5. 29 – Rua Bela de São José
(Fotografia de Filipa Morna)

5.2.3.5. Capela da Graça

Teria sido fundada pelo mesmo fundador da Capela de São José (Pedro Alvares da Almada, cavaleiro da ordem da Jarreteira em 1510). Residiu em Santa Cruz, onde construiu a sua casa, no ano de 1520. A capela terá funcionado como instituição vincular e sede do Morgado de N.^a S.^a da Graça e Águas Belas. Quanto à sua localização sabe-se que ficaria fora da Vila junto ao caminho que vai para o Convento, no entanto supõe-se que como o Forte da Vila existente na praia do calhau, tomou o nome de Nossa Senhora da Graça, a capela deveria ficar nas suas imediações. É provável que a capela de São José e capela de Nossa Senhora da Graça, constituam dois altares dentro da mesma capela, uma vez pelas descrições a capela de Nossa Senhora da Graça teria sido construída muito perto da capela de São José, sendo que os Visitadores, em 1538, não fazem nenhuma referência a esta capela. No inventário de 1730, é referida como sede da confraria de S. Gonçalo.

A capela caiu em ruínas nos finais do século XVIII.

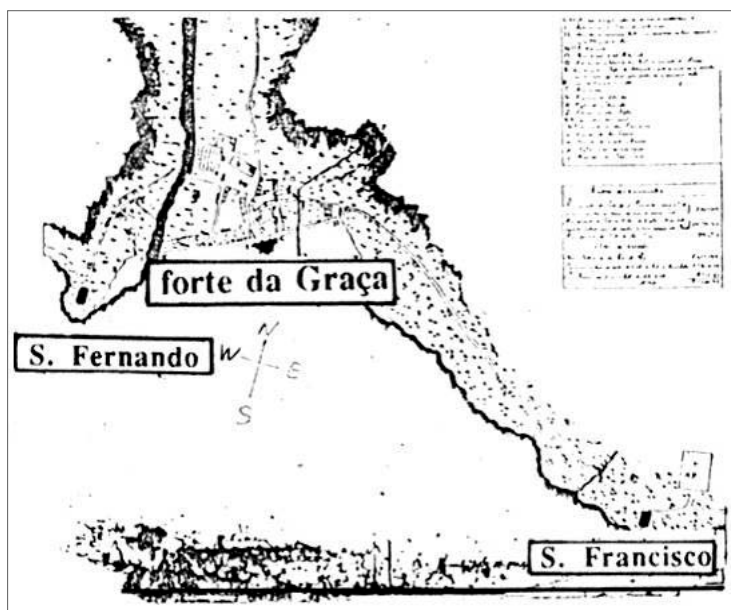


Figura 5. 4 – Fortes e defesas de Santa Cruz, Planta da Vila de Santa Cruz em 1799, da autoria de Inácio Joaquim de Freitas

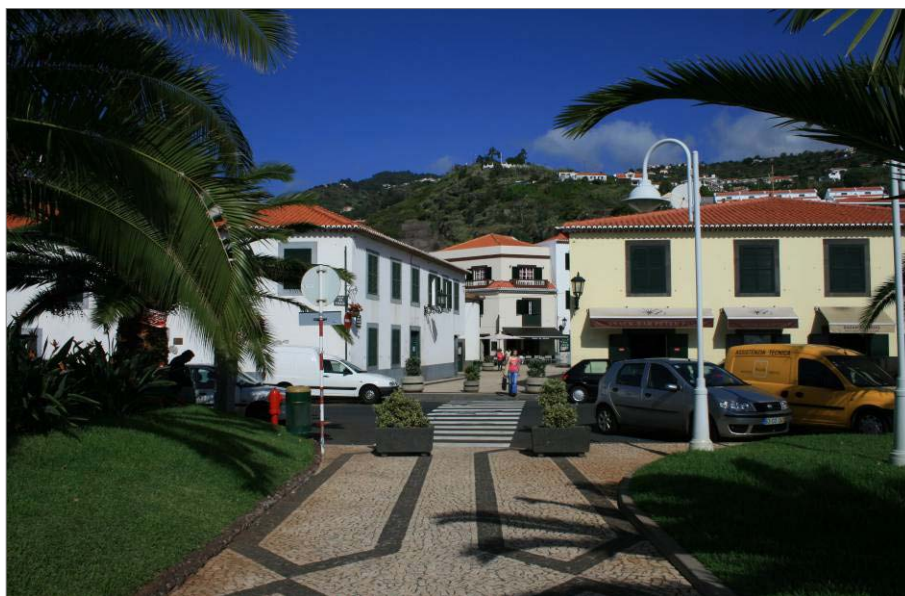


Imagem 5. 30 – Cruzamento da antiga Rua direita com a Rua da Praia Local onde se situava o Forte da Graça (Fotografia de Filipa Morna – 2008)

5.2.3.6. Capela de São Sebastião

A Capela de São Sebastião foi edificada pelo povo, na segunda metade do século XV, e situava-se um pouco além da Capela de Santo Amaro, junto ao ribeiro, também designado pelo mesmo nome. Foi nesta capela instituída a confraria em honra de São Sebastião, uma das mais antigas da freguesia.

A festa dedicada ao Santo realizava-se todos os anos em Janeiro. Quando a capela caiu em ruínas nos princípios do século XVIII, o Santo passou a ser venerado na Igreja Matriz. A designação do sítio de São Sebastião persiste até hoje.

5.2.3.7. Capela Nossa Senhora da Conceição

Foi mandada construir pelo Padre Manuel Pacheco Sampaio em 1650, no sítio de São Fernando. De acordo com o Padre Manuel Ferreira Pita, nos princípios do século XX, ainda era possível observar parte dos muros da referida capela.

De referir que a actual Rua de São Fernando, na planta da vila Santa Cruz datada de 1865, da autoria de António Pedro de Azevedo, está designada como Rua da Conceição.

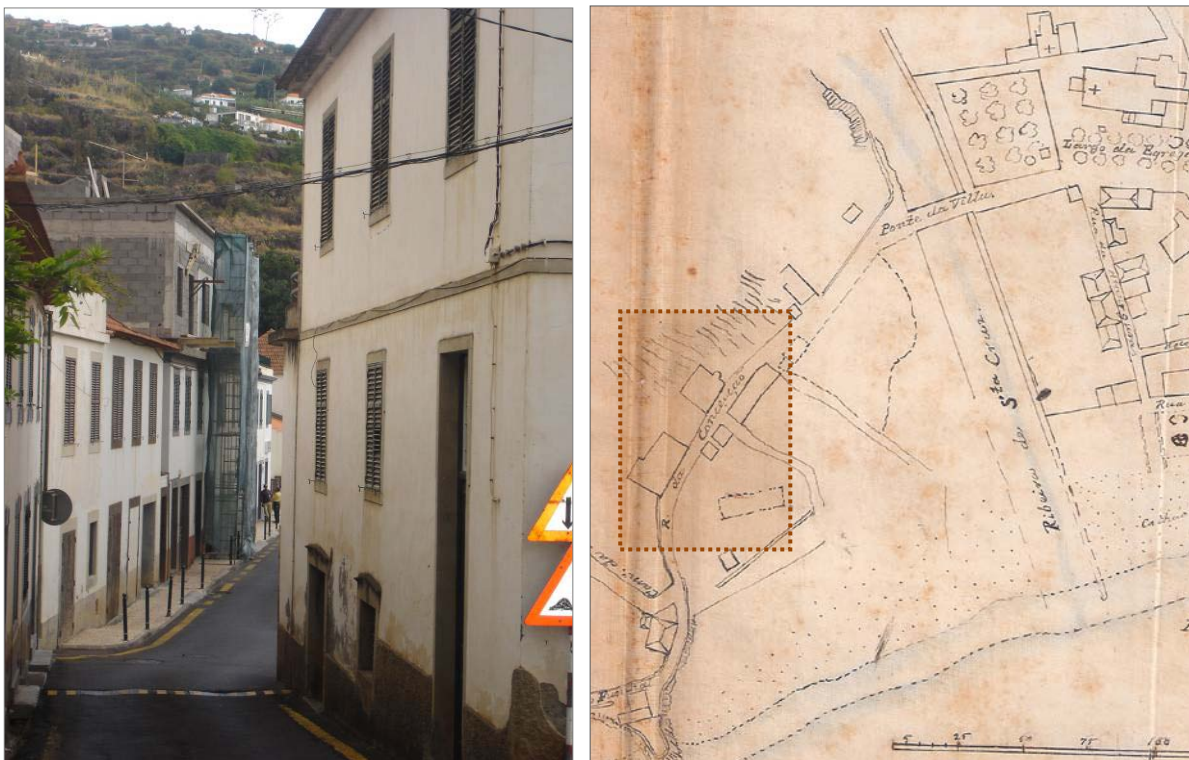


Imagem 5. 31 - Rua de São Fernando (Antiga Rua da Conceição)
(Fotografia de Filipa Morna)

Figura 5. 5 – “Parte” da Planta da Enseada de Santa Cruz e Forte de S. Francisco, António Pedro de Azevedo, 1865.

5.3. ARQUITECTURA MILITAR

Desde muito cedo a costa da ilha foi fustigada por sucessivos ataques de corsários. Em Santa Cruz foram escolhidos na linha da costa pontos estratégicos que permitiam o controlo comercial e defesa de toda a baía: a poente, o Forte de São Fernando, junto

ao calhau o Forte da Graça e a nascente o forte de São Francisco. Desta linha de defesa, apenas resta o Forte de São Fernando.



Figura 5. 6 - Planta da costa e Villa de S.ta Cruz, Eng. Paulo Dias Almeida 1805-27.

5.3.1. Fortes

5.3.1.1. Forte São Francisco

Este forte situava-se na parte nascente de Santa Cruz, junto ao cais e ao caminho de ligação entre Santa Cruz e Machico, nas imediações do Convento de Nossa Senhora da Piedade.

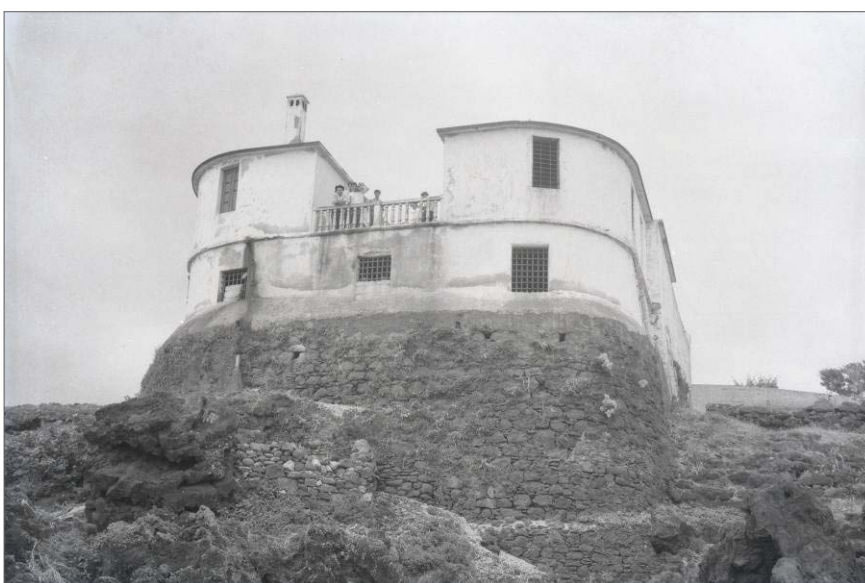


Imagem 5. 32 – Forte de São Francisco
(fotografia de João Manuel Monteiro)

Faz parte da linha de defesa assinalada nas Plantas do Eng. Paulo dias de Almeida. Funcionou nos últimos tempos antes de ser demolido, como Cadeia da Comarca de Santa Cruz. A Cadeias da Comarca de Santa Cruz assim como as da Ponta de Sol e São Vicente foram extintas pela portaria n.º 167/75 de 7 Março. O forte foi demolido quando das obras de ampliação do aeroporto em 1961.



Figura 5. 7 – Planta do Reduto de S. Francisco, Eng. Paulo Dias de Almeida, 1805-27.

5.3.1.2. Forte São Fernando

Situa-se a poente da baía de Santa Cruz, na rua que possui o mesmo nome. A antiga vigia está muito bem situada relativamente à baía de Santa Cruz e na linha da costa. Foi mais tarde reconstruída como pequeno forte. É um edifício de planta triangular, “com uma planimetria pouco comum em triângulo irregular com ângulo virado para o mar arredondado”⁵². Esta construção vem assinalada na planta de 1805-20 do Eng. Paulo Dias de Almeida. Segundo as Fichas de Inventário, a denominação de São Fernando indica uma antiga capela existente na área, que deu nome ao sítio e que em 1820 já não existia. Actualmente é propriedade do Estado.

⁵² CARITA, Rui, Fichas de Inventário da DGEMN, 2000, Fonte: DGEMN



Imagem 5. 33– Forte São Fernando / São Lazaro
(fotografia Filipa Morna)

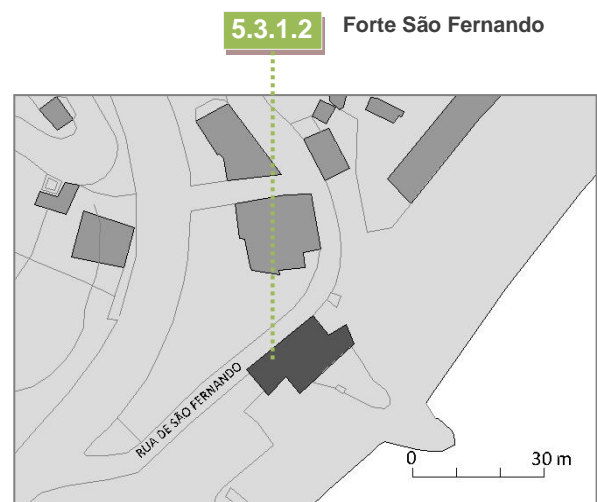
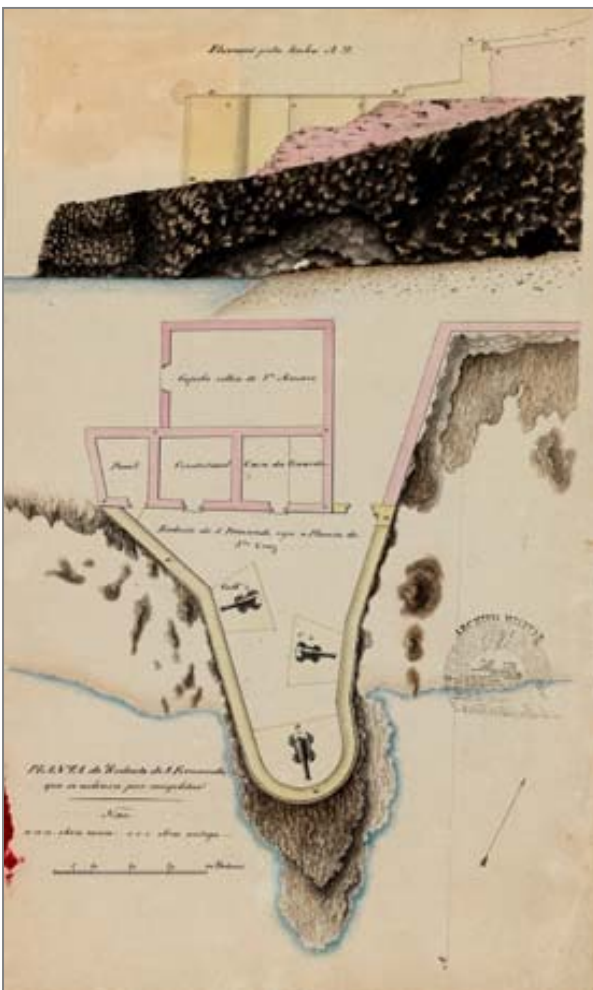


Figura 5. 8 - Planta do reduto de S. Fernando que se achava por completar, Paulo Dias de Almeida 1805-27.

5.3.1.3. Forte de Nossa Sr.^a da Graça

Situava-se no junto ao calhau de Santa Cruz, no enfiamento com a Rua Direita com a Rua do Calhau. Permitia controlar o desembarque de bens e pessoas na Rua da Praia em Santa Cruz. Este edifício de planta triangular já constava da planta do Eng. Paulo Dias de Almeida 1805-1827. Terá sido demolido com nas cheias de 1803.

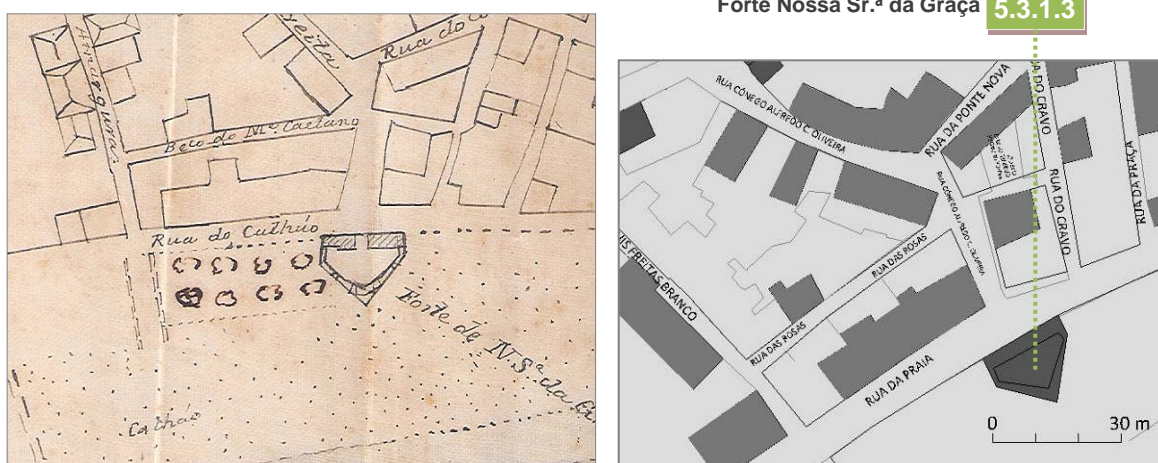


Figura 5. 9 - "Parte" da Planta da Villa de S.ta Cruz e dos Fortes de N. Sn.ra da Graça e de S. Fernando, António Pedro de Azevedo, 1865.

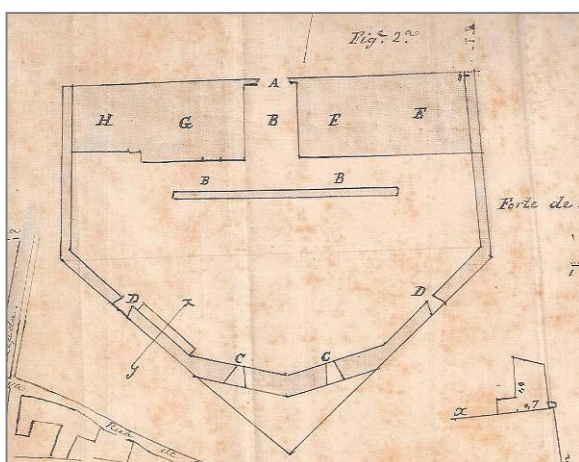


Figura 5. 10 – Planta do Forte de Nossa Sr. Graça, Idem

5.4. ARQUITECTURA CIVIL

A arquitectura civil predominante no Concelho, até meados do século XX, é composta por construções simples de 1 ou 2 pisos, com algumas de dependências anexas (cozinhas a lenha, palheiros para guardar os animais e alfaias).

Os solares e as quintas diferenciam-se das restantes construções, quer pela sua organização funcional, quer pela sua dimensão. Nas zonas rurais, mais ligadas ao cultivo das terras, dentro de uma só propriedade existiam também edifícios anexas,

normalmente mais afastados da residência principal e que se destinavam sobretudo ao apoio das actividades agrícolas.

5.4.1. Solar da Calçada (ver Capela de Nossa Senhora da Conceição)

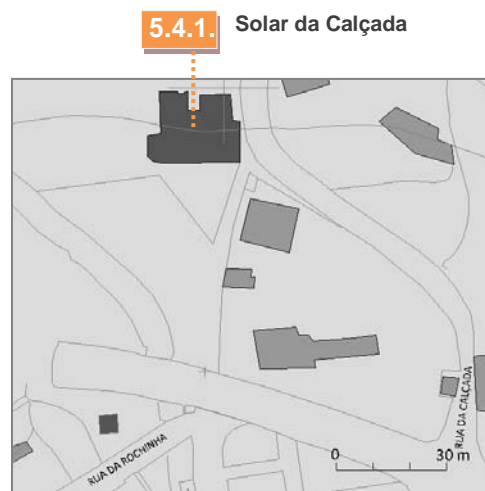


Imagem 5. 34 – Solar da Calçada (fotografia Filipa Morna)

5.4.2. Solar do Bom Jesus ou e Gil Eannes

Este antigo solar foi edificado nas propriedades de Gil Eannes, no século XVIII. A porta de entrada em cantaria possui a inscrição 1763, o que poderá ser a data provável da sua construção.

As plantas mais antigas da cidade, da Autorialia de Paulo Dias de Almeida (datadas de 1805-1827), fazem referência à sua existência.



Figura 5. 11 – Solar do Bom Jesus, gravura de Susan Harcourt (1851)

É um edifício com uma fachada de composição linear com uma torre, com janelas de guilhotina, com rótulas de cantaria negra nas janelas e portas⁵³.

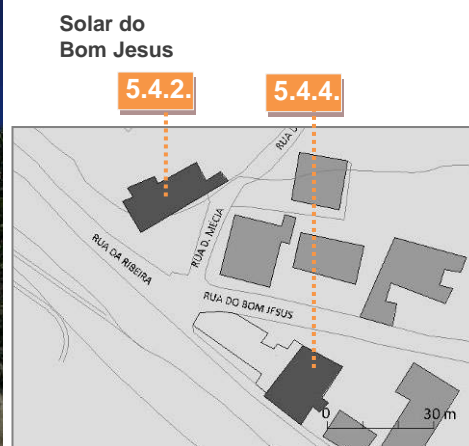
Está prevista uma intervenção neste edifício, passando pela transformação do Solar em Unidade Hoteleira.



Imagem 5. 35 – Actual estado do Solar
(fotografia de Filipa Morna - Outubro 2008)



Imagem 5. 36 – Solar do Bom Jesus
(fotografia de Filipa Morna - Outubro 2008)



5.4.3. Quinta do Revoredo

Edifício situado na Rua Bela de São José, à Freguesia e Concelho de Santa Cruz.

⁵³ ARCHAIS, *Giro pelo Património Edificado de Santa Cruz*, Roteiro Juvenil, 2ª edição, Grafimadeira, Santa Cruz, Abril 2002, p.8

A Quinta foi edificada por Alfred Blandy, em meados do século XIX, com a data provável de construção 1840.

O seu nome, *Quinta do Revoredo*, deve-se ao facto de existirem nos seus jardins um número considerável de árvores, o que ainda hoje é constatável.

A última proprietária da casa pertencente à família Blandy, Elisa Grahbem Cáster, utilizava-a como casa de férias, para onde se retirava nas férias e fins de semanas e não como habitação permanente, pelo que não sabemos se a sua função desde o início da sua construção, terá sido sempre essa, a de casa de férias.

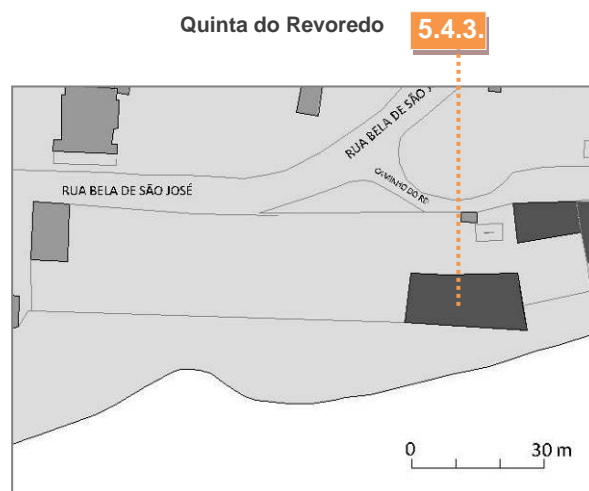


Imagem 5. 37 – Jardins da Quinta do Revoredo
(fotografia de Filipa Morna)

Actualmente, a propriedade é composta por três edifícios: a casa mãe, e onde funciona a Casa da Cultura de Santa Cruz, a Biblioteca Municipal, e a Casa da Banda Municipal.

Da propriedade fazia ainda parte uma outra casa, a do caseiro, na parte Oeste do terreno, individualizada do restante prédio, com a compra do prédio por parte do Município de Santa Cruz.

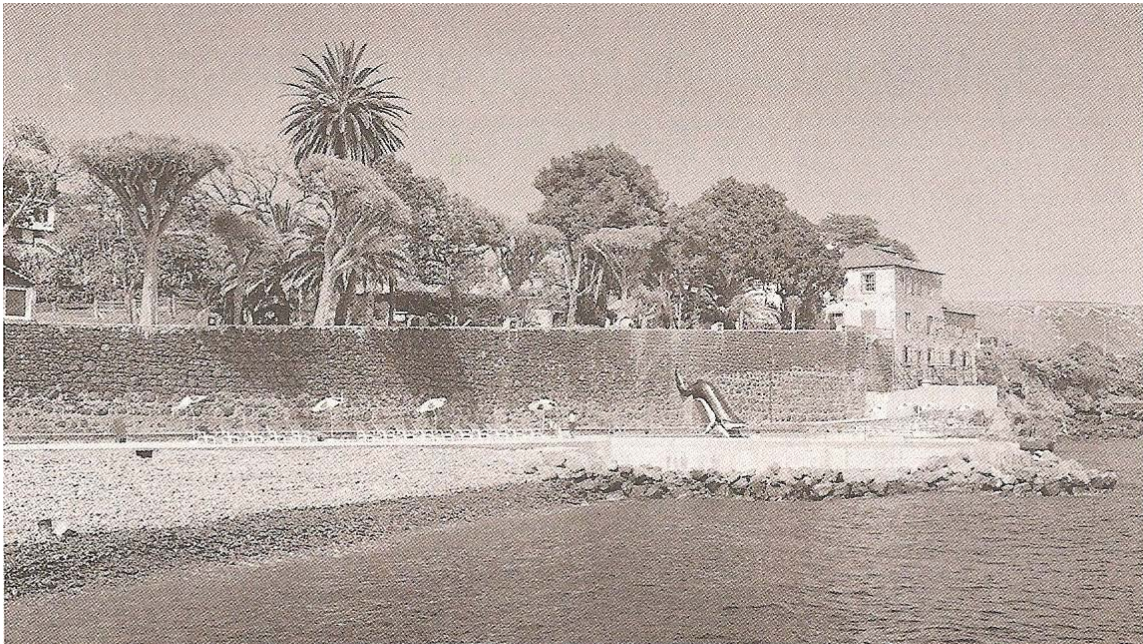


Imagem 5. 38 – Quinta do Revoredo
(Fonte: revista editada pela CMSC, ano 1990, n.º2)

Existiria também junto a esta, uma construção destinada a garagem para automóveis, a qual é perceptível na Planta Cadastral datada de 1969/70.

A recuperação dos edifícios existentes (Casa da Cultura e Biblioteca Municipal) deu-se entre os anos de 1989 e 1991, após a aquisição do espaço da Quinta, em 1988 pelo Município de Santa Cruz.

A construção da Casa da Banda Municipal foi realizada em 1998/99 e localizou-se no sítio onde existia o antigo Poço para rega dos jardins e dos pomares da quinta.



Imagem 5. 39 – Quinta do Revoredo / anos 70
(fotografia de autor desconhecido)

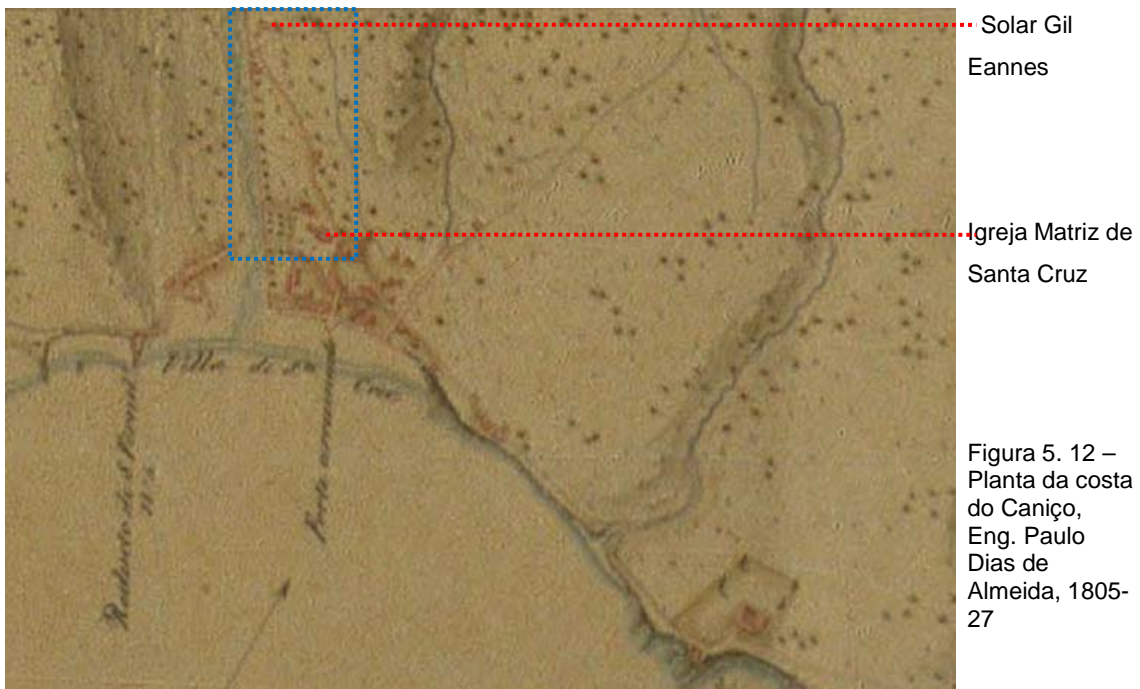


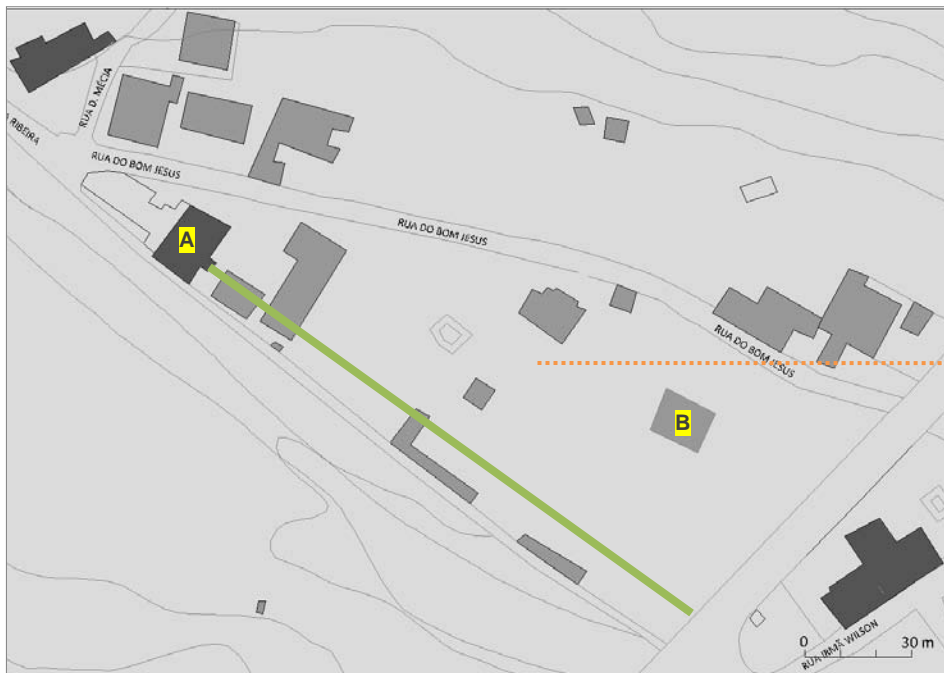
Imagem 5. 40 – Quinta do Revoredo / Casa da Cultura do Município de Santa Cruz (2007)
(fotografia de Filipa Morna)

5.4.4. Quinta Grant (Escuna)

Construída por Willian Grant em 1800. Fica situada junto à actual Estrada 25 Junho (anterior estrada nacional 101). A quinta ocupava todo o quarteirão desde o Edifício da Misericórdia até ao Solar de Gil Eanes, limitada a poente pela Ribeira e a nascente pela Rua do Bom Jesus.

Na planta da Costa do Caniço de 1805-27 da autoria de Paulo Dias de Almeida, é notória a existência de um corredor de árvores junto à ribeira, desde a Rua do Calhau passando pelo actual Jardim Municipal e que se prolonga até ao Solar de Gil Eanes.





5.4.4.

Quinta “Grant”

Actualmente esta leitura não é clara, e após observação do local, denota-se vestígios do que poderá ter sido a marcação da entrada da quinta, pós embora a sua localização nos pareça ligeiramente afastada do muro da ribeira.

A edificação que é assinalada nesta planta é o edifício, onde funcionava a antiga Escola Primária (A), pelo que a moradia actualmente identificada como Quinta “Escuna” (B), junto à antiga Estrada Regional, é provavelmente de uma época posterior.



Imagem 5. 41 – Quinta “Grant” / Antiga Escola Primária
(fotografia de Filipa Morna)



Imagem 5. 42 – Quinta “Grant” / Escuna
(fotografia de Filipa Morna)

Em 1821, é solicitado pelo proprietário autorização para reforçar e continuar a construção dos muros da ribeira. A quinta foi vendida a Herculano Augusto Alves e posteriormente ao Sr. Escuna.

5.5. ARQUITECTURA INDUSTRIAL

No centro de Santa Cruz existia no início do século um Engenho de Cana-de-açúcar, uma fábrica de lacticínios e alguns moinhos.

5.5.1. Engenho de Santa Cruz

O Engenho de cana-de-açúcar situava-se na Rua do Bom Jesus, logo a seguir à Igreja Matriz, onde hoje, se situa o Hotel de Santa Cruz.

Esta construção já vem referenciada nas plantas de Paulo Dias de Almeida. Segundo informações dos locais, o Engenho funcionou até finais dos anos 50. O edifício caiu em ruínas, sendo construído no mesmo local, um hotel em 1996. O interior deste edifício ainda preserva a chaminé do engenho.

Existiam na cidade mais alguns engenhos, um dos quais para o lado da Ribeira do Seixo na propriedade da família Lomelino. Não nos foi possível precisar a sua localização.

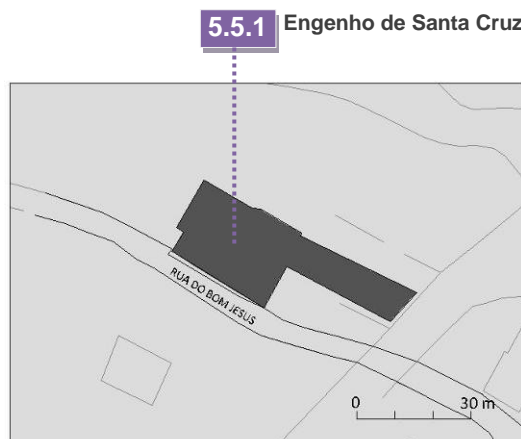


Imagem 5. 43 – Engenho
(fotografia de João Manuel Monteiro)

5.5.2. Fábrica de lacticínios Burnay (ver Capela Santa Cruz)

Situava-se na zona de São Sebastião. Segundo os relatos das pessoas mais antigas teria deixado de laborar nos anos 50. Actualmente apenas existem as ruínas desses edifícios. Dentro da propriedade situar-se-ia a Capela de Santa Cruz.

A fábrica deu nome a rua onde se situava, o qual se mantém até aos dias de hoje.



Imagem 5. 44 – Fabrica de Lacticínios Burnay e Capela de Santa Cruz
(fotografia de João Manuel Monteiro)

5.5.3. Moinhos

Segundo Lourenço Freitas existiam no início do século XX (1910)⁵⁴, 21 moinhos. Apenas vamos focar os que se centravam no centro da vila.

⁵⁴ RIBEIRO J., FREITAS J., e FERNANDES J., *Moinhos e Águas do Concelho de Santa Cruz*, CMSC, 1995, p.51

Os donatários tinha direitos sobre a renda dos moinhos, assim como a construção de novos engenhos estava dependente da sua autorização. Os moinhos da Vila, os mais antigos de Santa Cruz foram construídos algures nas imediações do Largo do Bom Jesus, na margem esquerda da Ribeira de Santa cruz, acima do Engenho de Bartolomeu Dias⁵⁵.

5.5.3.1. Moinho da Rochinha

A sua construção deve-se a Antão Alvares de Carvalho e data do início do povoamento de Santa Cruz, cerca de 1500. Constitui um dos moinhos mais antigos de Santa Cruz, apesar da actual construção ser do início do século XX.

Está integrado na propriedade do Solar da Calçada de São Gil (ver Capela de Nossa Senhora da Conceição).

O moinho é uma construção simples, de duas águas em telha romana. Possui uma janela característica em cantaria vermelha. Destaca-se o cubo quadrangular de aspecto robusto, mas não muito alto. Este moinho é servido pela Levada dos Moinhos, passando pelo Rochedo do Massapês.

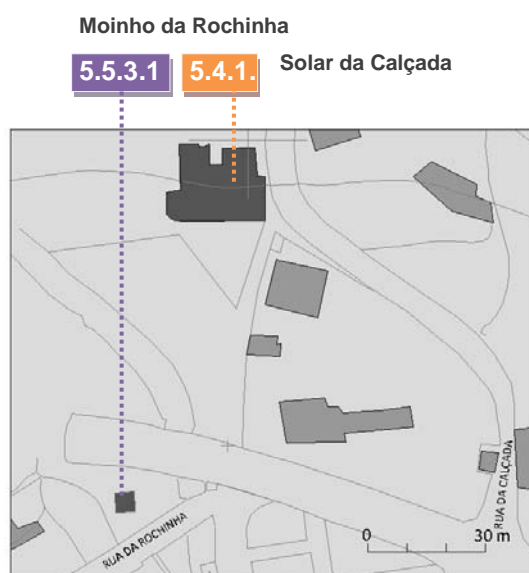
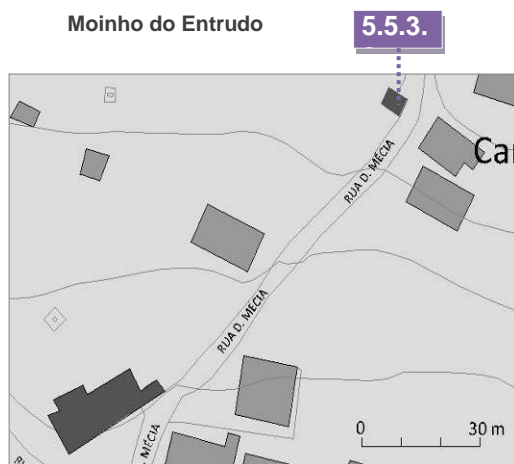


Imagem 5. 45 – Moinho da Rochinha
(fotografia de Filipa Morna)

⁵⁵ Idem, p.110.

5.5.3.2. Moinho do Entrudo

Situa-se no Caminho de Dona Mécia, e é um belo exemplar de um moinho de água madeirense. É um edifício muito bem conservado, com uma cobertura de duas águas, com a porta e janela em cantaria. A porta e janela encontram-se voltadas a sul, em direcção à Praça. O moinho é servido por um terreiro em calhau rolado. O cubo possui cerca de 10m de altura, todo em pedra aparelhada e argamassa.



5.5.3.3. Moinho do Bom Jesus

Foi mandado construir pelo Dr. Joaquim Vasconcelos de Gouveia, no início do século XX. É uma construção semelhante ao Moinho do Entrudo, no entanto possui um cubo quadrangular em muralha de basalto.

Com as obras efectuadas nas imediações (construção da Via Rápida nos anos 90 e do Hotel de Santa Cruz) surgem-nos dúvidas se este moinho possui caudal de água suficiente que permita o seu funcionamento.

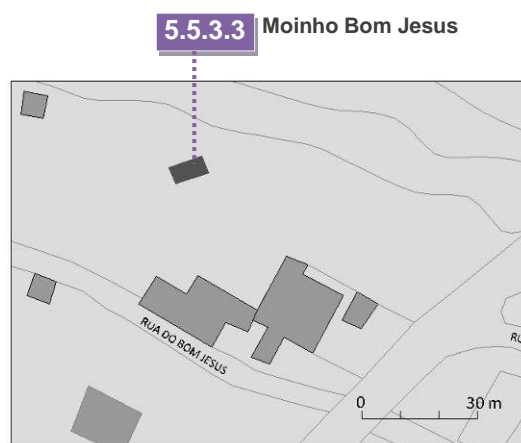


Imagem 5. 46 – Moinho do Bom Jesus
(fotografia de Filipa Morna)

5.6. ESPAÇO PÚBLICO

Na organização de uma cidade é tão importante o espaço construído como o espaço público. Nesta perspectiva abordaremos os locais que mais significantes na organização da vida social e funcional de uma cidade.

5.6.1. Praça João de Freitas

A definição de praça é bastante ampla, no entanto poderia se dizer num contexto mais lato, que praça é um qualquer espaço público livre de edificações e que seja propenso, à convivência e recreação. O sentido de praça pode variar de população para população, de acordo com a cultura de cada lugar. Este tipo de espaço está associado aos espaços destinados a estar. Em Santa Cruz foi designado ao longo do tempo como Passeio Público.

Em Santa Cruz a Praça João de Freitas tem aliado a este conceito uma particularidade: reunia em seu redor, os principais poderes organizacionais da sociedade: o Religioso (a Igreja Matriz), o Político (Paços do Concelho) e a Justiça (Pelourinho, entretanto desmantelado em 1835). O edifício da Misericórdia (então Hospital) e o edifício da Alfândega⁵⁶ compoñham a edificação mais próxima da Praça.



Figura 5. 13 – “Parte” da Planta da Villa de S.ta Cruz e dos Fortes de N. S.ra da Graça e de S. Fernando, Antonio Pedro de Azevedo, 1865.

⁵⁶FREITAS, Lourenço – “A Alfândega de Santa Cruz”, Origens - Revista Cultural, Edição Casa da Cultura de Santa Cruz, Santa Cruz, Junho 2004.

A Praça João de Freitas é limitada a sul por um eixo principal (a ligação de entre Santa Cruz e o Funchal e Machico) e pelo Edifício da Câmara; a norte pela Igreja, e lateralmente, por duas ruas fundamentais na estrutura da cidade, a Rua da Amargura, actual Rua Conselheiro Luís Branco, Jardim Municipal e a Rua Direita (Rua Cónego César Alfredo D' Oliveira).



Imagem 5. 47 – Jardim Municipal
(fotografia de Filipa Morna)

5.6.2. Jardim Municipal

O Jardim Municipal ocupa o espaço a Poente da Praça João de Freitas. De acordo com o Padre Manuel Ferreira Pio⁵⁷ *“Este bellissimo e poético jardim esteve desde 1833 a 1851 coberto apenas de plátanos”*.

O jardim começou a ser arranjado em 1833. Em 1837, ter-se-á procedido ao calcetamento e aumento do Largo dos plátanos ao longo da Igreja.

Nos anos 60, foram realizadas algumas obras de beneficiação e a construção de instalações sanitárias na zona poente do jardim, que ainda hoje se mantêm.

Em algumas fotografias mais antigas, é possível constatar que a cota do jardim foi ligeiramente elevada, e que hoje, o Jardim e a Praça constituem indubitavelmente dois espaços fisicamente separados.

⁵⁷ PIO, Manuel Ferreira, Santa Cruz da Ilha da Madeira”, Funchal, o Liberal, 1967.



Imagem 5. 48 - Jardim Municipal de Santa Cruz
(fotografia pertença de Ezequiel Vieira)

5.6.3. Pelourinho

Característico das praças manuelinas, o pelourinho é o símbolo da Justiça que determinava a trilogia “Deus, homens livres e Justiça”.

A jurisdição e autonomia do concelho eram simbolizadas pelos pelourinhos ou picotas. Em Santa Cruz, o pelourinho data do reinado do Rei D. Manuel I, e a semelhança de tantos outros no País, foi derrubado em Dezembro de 1835, por decisão camarária na época da Revolução Liberal.



Figura 5. 14 - Largo da Igreja, Santa Cruz – Gravura de James Bulwer editada em Londres em 1827

A gravura de James Bulwer, editada em Londres em 1827, dá-nos a noção do que era o Pelourinho de Santa Cruz. O actual cruzeiro existente na Praça João de Freitas foi colocado no século XIX, sensivelmente no mesmo sítio onde estaria implantado o pelourinho.



Imagem 5. 49 – Cruzeiro, Praça Dr. João Abel de Freitas (2007)
(fotografia de Filipa Morna)

5.6.4. Fonte pública

Situa-se ao sítio da Rochinha, existem sucessivas referências nas actas da Vereação relativamente a obras de manutenção e conservação. Actualmente passa quase despercebida e perdeu, assim como a maioria das fontes, a importância e o carácter utilitário que disponha noutros tempos.



Imagem 5. 50 – Fonte Publica – Travessa da Fontinha (2008)
(fotografia de Filipa Morna)



CAPITULO VI OS MEIOS DE TRANSPORTE
E AS TRANSFORMAÇÕES NO TERRITÓRIO

6. Introdução

A topografia e o terreno acidentado da ilha dificultaram durante séculos as deslocamentos das populações, remetendo-as ao isolamento. As populações reuniam-se em determinadas épocas do ano, normalmente por motivos políticos e religiosos.

As estradas existentes encontravam-se em mau estado, e eram de difícil transposição. As de melhor piso eram empedradas de basalto: liso ou relevado aos degraus abaulados, conhecidos por *Calçada pé-de-bói*⁵⁸.

O primeiro sistema era usado em locais planos, e o segundo em locais onde o relevo é mais acentuado, e em que a distância entre os degraus é igual as passadas do animal pelo que é conhecida. Este tipo de calçada era usado tanto dentro como fora das povoações. A utilização do automóvel modificou o sistema primitivo de degraus, tornando-os mais acessíveis a este meio de transporte.

6.1. Os meios de transporte (as deslocamentos por mar e por terra)

Eduardo Pereira⁵⁹ refere que mesmo as estradas (designadas por Estradas Nacionais) não passavam de *“estreitas veredas praticadas no solo, de penoso e de difícil piso, sobranceiras a insondáveis abismos (...) oferecendo aos viajantes os mais graves e insondáveis perigos”*.

No âmbito deste trabalho e porque é importante abordar a questão das ligações entre as populações será feito um pequena abordagem referindo os trajectos existentes no início do século.

Ainda é possível verificar a existência de alguns troços destas vias iniciais, no entanto grande parte dela foi absorvida com a construção das Estradas Regionais, e os troços que restaram são os mais difíceis de transitar e estão votados ao abandono.

6.2. A Junta Geral de Distrito e a nova redes de estradas

Em 1850 José Silvestre Ribeiro, em carta ao Rei refere o mau estado das estradas, referindo que não poderiam ser consideradas como tal, devido a serem incómodas, estreitas e perigosas. Teve a seu cargo a realização de uma série de estradas, reconstrução de pontes e viadutos um pouco por toda a ilha.

⁵⁸PEREIRA, Pe. Eduardo Clemente Nunes, *As Ilhas de Zarco*, Funchal, 1968, 3ªed., volume II, p.14.

⁵⁹ Idem, p.9.

Sob orientação deste Governador, foram executadas no Concelho a Estrada das Terças (Santa Cruz) para o Santo da Serra, e do Palheiro Ferreiro para a Camacha. Só a partir de 1901 com a Autonomia Administrativa ao Distrito do Funchal é que se iniciou a abertura de mais Estradas, à semelhança da Estrada Monumental.

6.3. O Visconde da Ribeira Brava e o Plano de Turismo

No âmbito deste trabalho é interessante referir, Francisco Correia de Herédia (Visconde da Ribeira Brava), que quando exerceu o cargo de Presidente da Junta Agrícola, e em conjunto com a Junta Geral, traçou um grandioso plano de estradas com fim de promover o turismo na Ilha.

Os primeiros trabalhos executam-se entre 1913 e 1918, entre Câmara de Lobos - Ribeira Brava - S. Vicente e entre Funchal e Machico.

A principal linha orientadora deste projecto, era criar uma estrada que percorresse toda a ilha, para Leste a para Oeste, abrangendo os principais pontos turísticos. Só assim se poderia competir com os outros destinos de turismo da época, pois era impossível percorrer a ilha, sobretudo a costa norte recorrendo á utilização de uma rede. Além dos custos elevados, acrescia o perigo e a dificuldade do transporte de bagagens e alimentos.

A estrada de Leste iniciou-se no Terreiro da Luta e terminou no antigo elevador do Monte em direcção á Choupana. Da Choupana fez-se a ligação ao Santo da Serra, num percurso de 28,7 km, irradiando ramais para a Camacha, Lamaceiros e Poiso. A conclusão da estrada acontece em 1954 com um novo ramal do Santo à Portela. A Estrada de cintura à volta da Ilha foi concluída a 6 de Julho de 1953⁶⁰. Com esta nova rede de estradas opera-se toda uma mudança na organização do território.

6.3.1. Percursos pedonais mais importantes

A ligação entra a Camacha e o Funchal passava pelo Palheiro Ferreiro. O Caniço e a Camacha estavam ligados pela Vereda dos Salgados e dos Caniceiros.

Do centro da Camacha existem dois percursos de ligação, um que parte do largo da Achada e outro que se inicia junto à actual bomba de gasolina (no cruzamento da Estrada Regional com Estrada Dr. João Abel de Freitas) e que segue pelo sítio da

⁶⁰ O Decreto 28.592 de 14 Abril de 1938 cometeu à Madeira uma nova rede Viária em plano complementar e procedeu à classificação das estradas entretanto construídas.

Ribeirinha até ao sítio do Castelo, no Caniço. A descida é feita pelo Caminho Velho dos Barreiros.

Gaula e Camacha ligavam-se pela Vereda dos Salgados. Na continuação deste percurso passa pelo sítio do Ribeiro do Louro, continuando até ao sítio da Lombada. A descida desemboca junto à Capela de São Pedro. O percurso inicial descia-se até ao fundo da Ribeira da Boaventura e voltava-se a subir na margem oposta, voltando a descer posteriormente no sítio de São Fernando.

As deslocações eram feitas a pé, a cavalo ou em rede. Dificultadas pelo grande declive, mau estado das estradas e pelos caminhos de dimensão extremamente reduzida, serpenteando as montanhas e contornando os obstáculos. Os trajectos eram longos e demorados e sujeitos a perigos inesperados.

A comunicação entre o Funchal e as restantes vilas era quase e unicamente feita por mar, o que no Inverno, dado mau estado do mar, se tornava muito complicado, estabelecer e manter essas ligações.

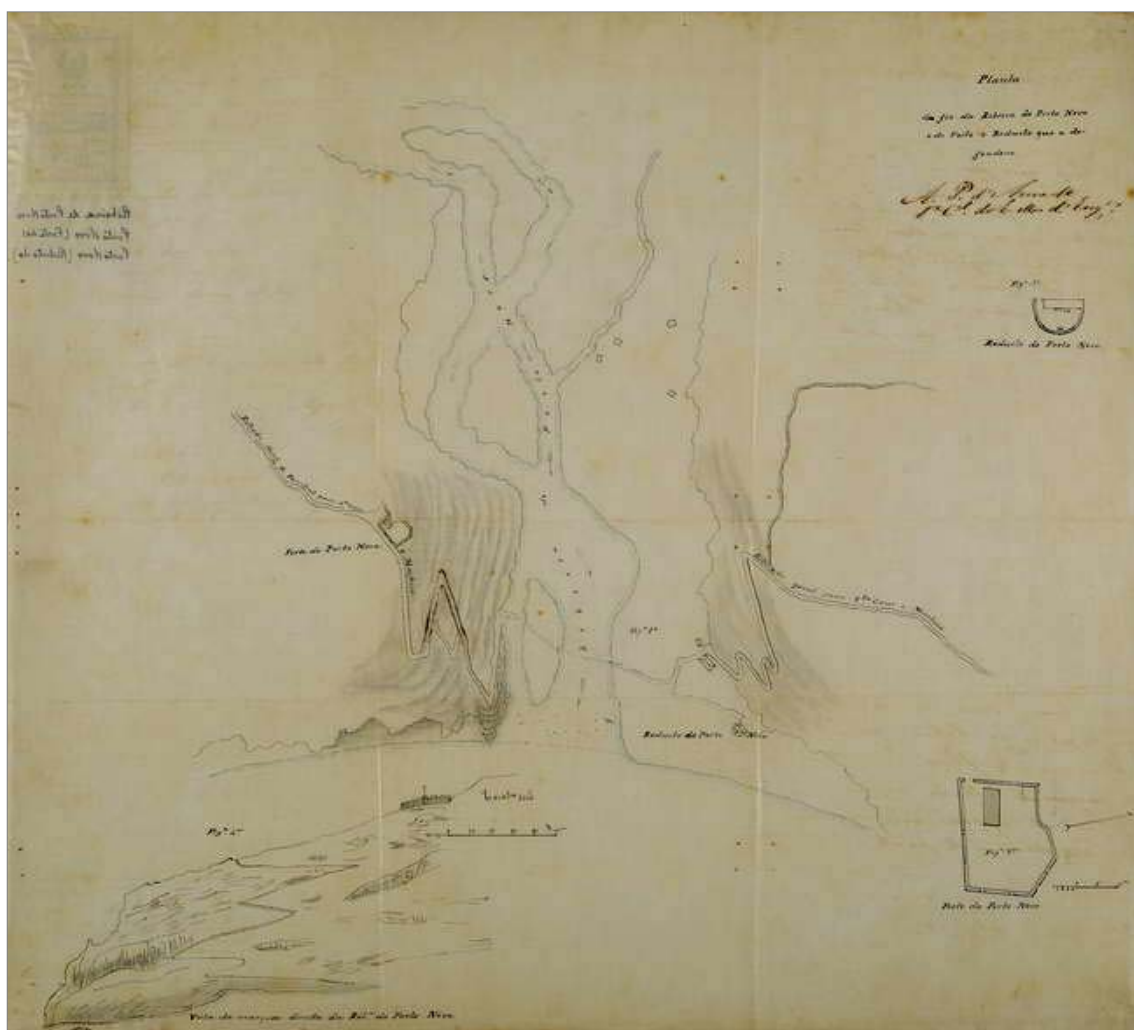


Figura 6. 1 - Planta da foz da Ribeira de Porto Novo e do Forte e Reduto que a defendem, António Pedro de Azevedo, 18--, 53 x 47 cm.



Imagem 6. 1 – Estrada Nacional / Ribeira e Reduto do Porto Novo (e o antigo acesso)
(fotografia Pertença de Ezequiel Vieira)

Em 1815, a Junta da Agricultura do Arquipélago, apresenta ao Rei o projecto de uma estrada de Este para Oeste, com ramificações de Norte a Sul. Nesse mesmo ano dá-se início, à construção do primeiro troço de uma série de estradas projectadas, saindo do Funchal em direcção a Câmara de Lobos, Estreito e Quinta Grande.

A conservação dos caminhos era difícil, apesar de ser prática na Madeira do século XIX, os habitantes darem cinco dias de trabalho por ano, conhecido popularmente pelo nome de *Roda de Caminho* (Imposto de Trabalho), destinado à conservação e construção dos caminhos. A obrigação de cumprir este Imposto mantêm-se durante muitos anos, no entanto mostrou-se insuficiente, pelo que foram precisos lançar novos recursos para modificar e reconstruir as estradas existentes.

6.4. Portos

Como já referido, as deslocações eram difíceis, pelo que os portos desempenhavam um papel muito importante na organização da cidade.

A cidade de Santa Cruz possuía um porto importante: o cais de Santa Cruz junto ao Forte de S. Francisco. Entre a, então Vila de Santa Cruz e o Funchal existiam em 1900 dois desembarcadouros, o da Ponta da Oliveira no Caniço e o do Porto Novo.

No Caniço eram utilizados também os desembarcadouros do Portinho e dos Reis Magos.



Imagem 6. 2– Cais de Santa Cruz
(fotografia de João Manuel Monteiro)



Imagem 6. 3 – Cais de Santa Cruz
(fotografia de João Manuel Monteiro)

Os portos insulares do Funchal, Angra do Heroísmo, e de Las Palmas em Gran Canaria, eram pontos de contacto entre o Norte da Europa, a Flandres, o Brasil e a Índia e destas regiões sofreram influências.⁶¹ Era usuais as trocas comerciais de vinho e açúcar com a Inglaterra e a Flandres. Serviam também de apoio às armadas em deslocação para a Índia e o Brasil.

⁶¹ SALGUEIRO, Teresa Barata, *Op. Cit.*, p.129.

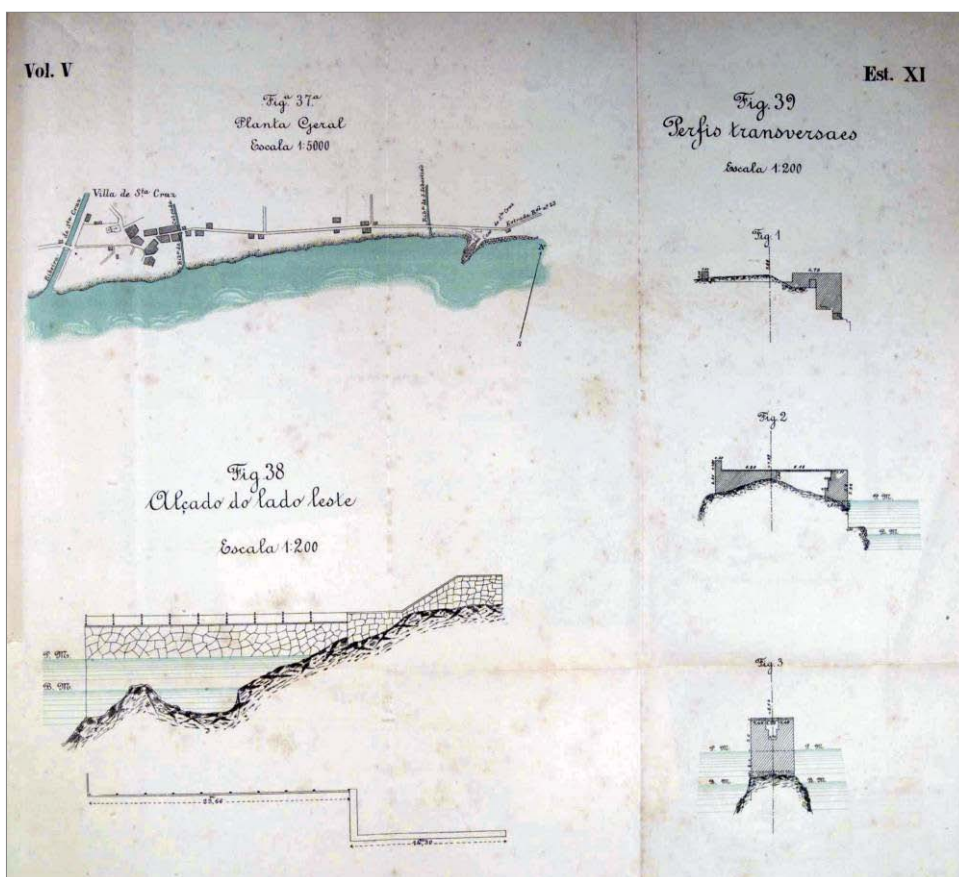


Figura 6. 2 – Estampa IX – Cais de Santa Cruz, da autoria de Adolfo F. Loureiro, 1910⁶²

6.5. Empresas de cabotagem em Santa Cruz

As deslocações marítimas entre os portos da costa sul, até meados do século XX, faziam-se diariamente com barcos à vela e a remos. Só com a abertura rede de Estradas Nacionais, é que foram espaçadas as deslocações por mar, para duas vezes semanais, e mais tarde foram completamente abolidas, com a implementação definitiva do automóvel.



Imagem 6. 4 - Lanchas de transporte de passageiros (fotografia pertença de Ezequiel Vieira)

⁶² LOUREIRO, Adolfo Ferreira, *Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes*, Parte I – Ilha da Madeira, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910, p. 130.



Imagem 6. 5 - Lanchas de transporte de passageiros
(fotografia pertença de Ezequiel Vieira)

Entre Funchal e Machico, com paragens nos Reis Magos, Porto Novo e Santa Cruz, é referida a existência de lanchas para transporte de passageiros, cujos nomes ainda perduram: “Cruz Santa”, “D. Lúcia”, “Carmina” e a “Machiqueira”⁶³.

6.6. Os transportes

A nova rede de estradas vem possibilitar a introdução de outro meio de transporte - o automóvel, assim como começam a surgir as empresas que se dedicam ao transporte. Em 1934 existia no concelho uma empresa de transportes de passageiros, a Empresa Automobilística do Leste da Madeira, que fazia o transporte de pessoas e mercadorias entre o Funchal e a Portela, passando por Santa Cruz e Machico⁶⁴. A partir desta data surge a Empresa automobilística de Santa Cruz que fazia as ligações entre Santa Cruz e Funchal.

Estas empresas funcionaram até 1948, altura em que foram vendidas. Em paralelo irão surgir também empresas ligadas aos serviços de automóveis ligeiros e de carga.



Imagem 6. 6 - Transporte de passageiros
(fotografia pertença de Ezequiel Vieira)

⁶³ ORIGENS, Ezequiel Vieira, *Os transportes em Santa Cruz*, n.º 4, pg.29, 2001.

⁶⁴ *Ibidem*.

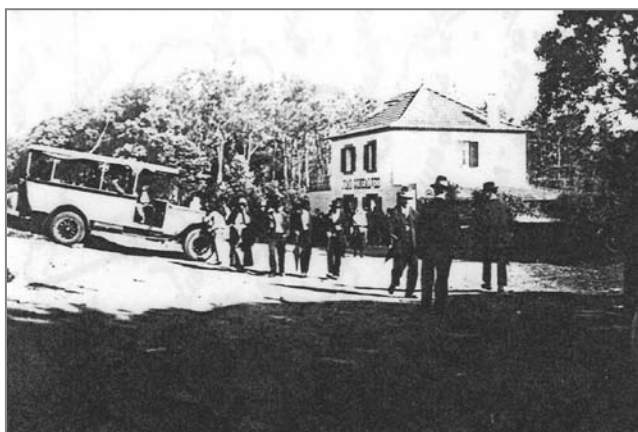


Imagem 6. 7 – Transporte de passageiros
(fotografia pertença de Ezequiel Vieira)

6.7. Meios de transporte e as transformações na paisagem

Se a construção das Estradas Nacionais construídas na metade do século XX e mais tarde designadas por Estradas Regionais, mudaram definitivamente a organização do território, foi sem dúvida, a construção da Via Rápida e a Ampliação do Aeroporto, nos finais dos anos 90, que maiores modificações implementaram na paisagem alterando por completo a organização espacial do território.

As ligações com as populações vizinhas e os com os outros centros urbanos tornam-se mais fáceis e mais rápidas.

A última ampliação do Aeroporto da Madeira inaugurada em Setembro de 2001 reflectiu-se sobretudo no sítio de Santa Catarina. As habitações existentes no sítio do Cano de Baixo, junto à Estrada Regional por razões de segurança tiveram que ser retiradas. Apenas restaram alguns vestígios da arborização existente em algumas das quintas. Como todas as grandes obras e pela sua dimensão, implicaram a perda de parte do património da cidade.



Imagem 6. 8 – Imagem do Aeroporto de Santa Catarina (finais anos 60)
(fotografia de João Manuel Monteiro)

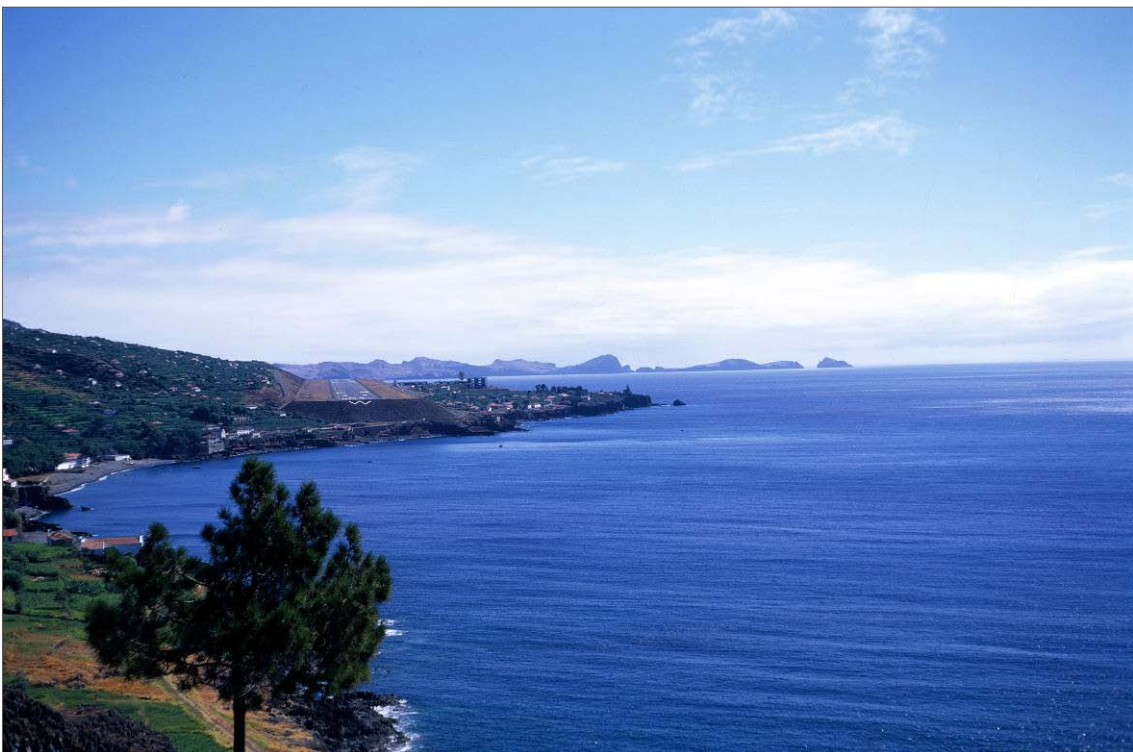


Imagem 6. 9 – Santa Cruz (inícios anos 70)
(fotografia pertença do Município Santa Cruz)



Imagem 6. 10 – Anos 90, Vista de Santa Cruz
(fotografia pertença do Município Santa Cruz)



Imagem 6. 11 – Vista de Santa Cruz, 2008
(fotografia de Tomásia Castro)

CAPITULO VII ANÁLISE

7. Introdução

Neste capítulo faremos uma abordagem aos edifícios e construções que estão assinalados nas primeiras plantas que se conhecem da Vila de Santa Cruz e que ainda subsistem.

A pesquisa de elementos cartográficos antigos da cidade e com uma escala perceptível, impôs uma observação e análise atenta das peças desenhadas disponíveis.

De referir que quer nas plantas de Paulo Dias de Almeida, quer nas plantas de António Pedro de Azevedo, as peças cartográficas de um mesmo Autor e sobre um mesmo assunto, não são exactamente idênticas, o que pressupõe um olhar cuidadoso.

Muitas destas peças contêm ligeiras variações, uma vez que eram elaborados vários “rascunhos” até a elaboração da peça final.

A exemplo disto temos as plantas de Paulo Dias de Almeida, propriedade do Exército Português, em que as peças desenhadas são apresentadas como vários elementos separados. A peça final do Levantamento da Costa do Caniço até Santa Cruz está digitalizada no Arquivo de Cartografia Urbana e reúne todas as peças que estão no Exército Português (Anexo II, plantas da cidade de Santa Cruz).

7.1. Levantamento fotográfico dos prédios existentes

Foram identificados através destes primeiros elementos cartográficos, a planta de Paulo Dias de Almeida e de António Pedro de Azevedo, as construções iniciais da cidade e posteriormente foi realizado o levantamento fotográfico, das edificações que ainda persistem.

Deste levantamento do território concluímos que da cidade inicial são poucos os prédios que ainda subsistem. Podemos mesmo afirmar que os mais importantes, quer pelo seu carácter arquitectónico, quer cultural, ou estão completamente descaracterizadas ou apresentam um estado de degradação avançado, o que torna cada vez mais inviável a sua recuperação, quer ao nível técnico, quer ao nível das exigências económicas associadas.



Figura 7. 1 – Levantamento da costa desde o Caniço até Santa Cruz, Paulo Dias de Almeida, 1805-27

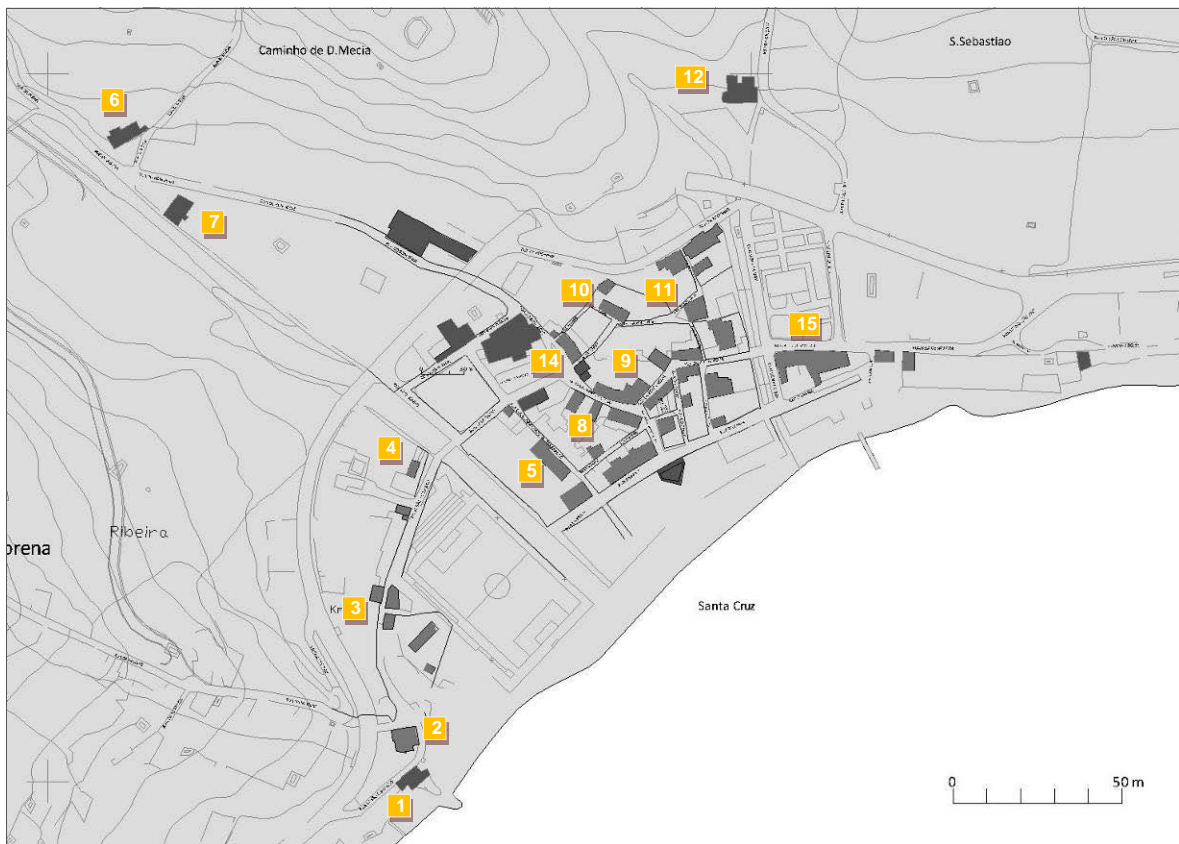


Figura 7. 2 – Levantamento fotográfico e da sua localização na malha urbana
(Planta elaborada com base da cartografia de Paulo Dias de Almeida e de António Pedro de Azevedo, sob a base geométral, 1991)

1



2



Imagem 7. 1 e Imagem 7. 2– Forte de São Fernando / Rua de São Fernando
(fotografias Filipa Morna)

2



3



Imagem 7. 3 e Imagem 7. 4 – Conjunto edificado (Rua de São Fernando)
(fotografias Filipa Morna)

4



5



Imagem 7. 5 e Imagem 7. 6 – Moradia na margem esquerda da Ribeira SC e Moradia Rua Amargura
(fotografias Filipa Morna)

6



7



Imagem 7. 7 e Imagem 7. 8 – Solar Gil Eannes e Quinta Grant (escola Primária)
(fotografias Filipa Morna)

8



9



Imagem 7. 9 e Imagem 7. 10- Rua das Rosas e vista da Rua Cónego A.C. Oliveira (antiga Rua Direita)
(fotografias Filipa Morna)

10



Imagem 7. 11 – Travessa da Fontinha
(fotografias Filipa Morna)

11



12



Imagem 7. 12 e Imagem 7. 13 - Travessa da Rochinha e Solar do Moreno (fotografias Filipa Morna)

14



14



Imagem 7. 14 e Imagem 7. 15 – Largo do Bom Jesus e Travessa da Fontinha (fotografias Filipa Morna)

15



Imagem 7. 16 – Rua Bela de São José (fotografias Filipa Morna)

7.2. Análise do povoamento com base na planta de Paulo Dias de Almeida 1805-27

Pela análise da planta, elaboradas com base na cartografia de Paulo Dias de Almeida, verificamos o seguinte:

- Inicialmente as construções ocupam o espaço compreendido entre a Ribeira de Santa Cruz e o Ribeiro da Calçada (A);
- O espaço junto à Foz da Ribeira de Santa Cruz era sucessivamente fustigado pelas cheias (B), facto que poderá justificar que as construções estejam ligeiramente deslocadas para nascente;
- Junto à marginal, as construções desenvolvem-se a partir da Rua do Calhau (actual Rua da Praia);
- Os Solares e as Quintas mais importantes (Gil Ennes, Grant e da Calçada) estão situados na margem direita dos cursos de água (1 e 2);
- Surgem junto à principal ligação por terra entre Funchal e Machico (assinalado a amarelo), alguns núcleos de construção em São Fernando e na Rua Bela de São José (3 e 4);
- A localização estratégica das defesas da cidade permitia o controlo e vigia da linha da costa e da baía de Santa Cruz (S. Fernando, a poente; Nossa Sr.^a Graça, junto à praia; S. Francisco, a Nascente);



Imagem 7. 17 - Análise do povoamento no século XIX
(base: Google Earth 2003)

7.3. Análise da evolução da malha urbana

Com base nas plantas da cidade de Santa Cruz, abordaremos sucintamente a questão do crescimento da malha urbana e do papel dos principais edifícios na composição do tecido urbano.

Antônio Pedro de Azevedo, 1865

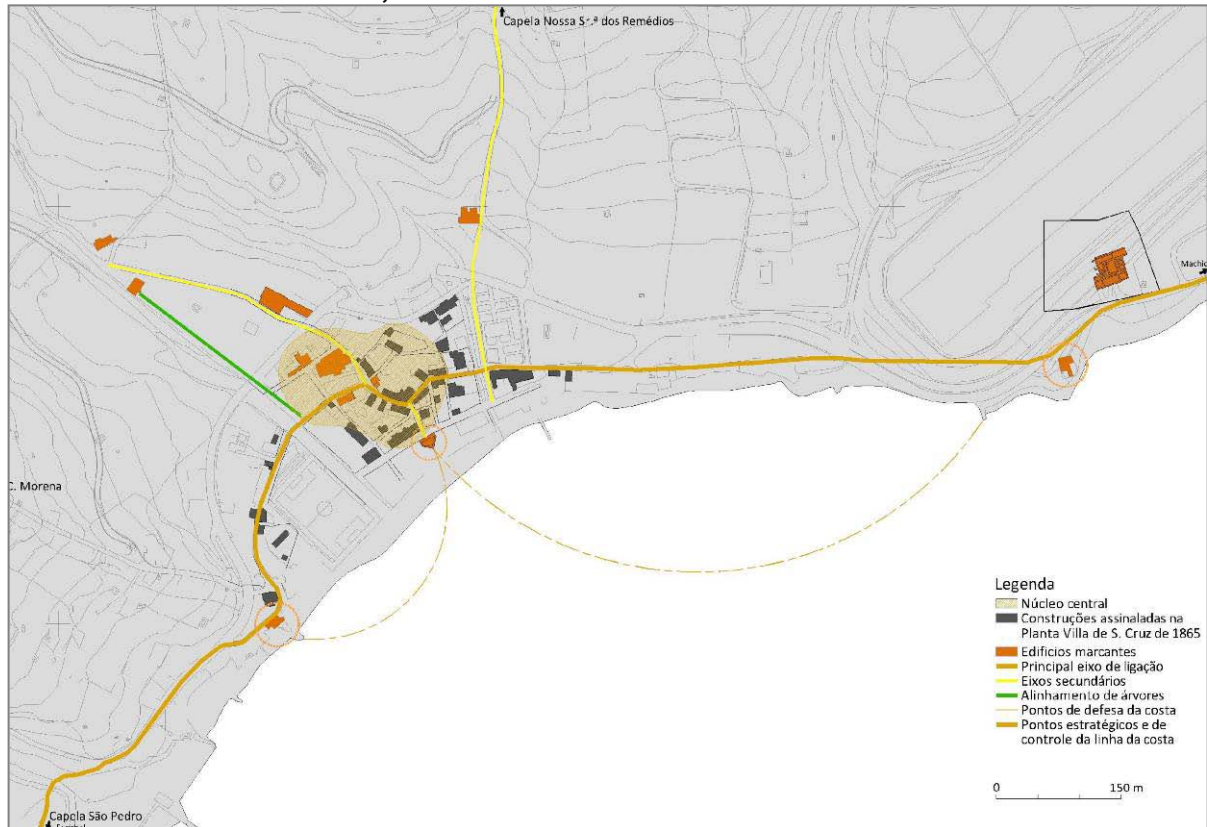


Figura 7. 3 - Planta de análise elaborada com base na cartografia de Pedro Azevedo, datado de 1865, sob a base geométrica, 1991

Para além das questões já mencionadas quando abordamos a análise no povoamento constatámos o seguinte:

- A existência de um Eixo Principal (ligação Funchal - Machico), e de dois Eixos Secundários (Rua do Bom Jesus e Caminho da Calçada) marcados pela existência dos principais edifícios;
- Num único espaço, a Praça João de Freitas, concentram-se os edifícios mais importantes da cidade: a Igreja Matriz, dedicada ao Salvador, os Paços de Concelho, o Edifício da Misericórdia. O Jardim Municipal encerra a Poente, o rectângulo do espaço da praça;
- Há um núcleo central muito forte e mais antigo que, arriscaria dizer, de acordo com a planta de Paulo Dias de Almeida ocuparia o todo o quarteirão, compreendido

entre os edifícios da Rua do Bom Jesus e Travessa da Rochinha, prolongando-se pela Rua Cónego Alfredo c. Oliveira (antiga Rua Direita);

- Ruas mais importantes:
 - Rua do Bom Jesus;
 - Rua Bela São José;
 - Rua Direita (Rua Cónego Alfredo c. Oliveira);
 - Rua da Conceição (Rua São Fernando);
- As construções mais antigas estão junto à Igreja Matriz, mas ligeiramente deslocadas para a direita (Nascente);
- O outro ponto de fixação inicial seria junto ao Solar de Gil Eanes, local privilegiado, de temperatura mais amenas e mais resguardado das águas da Ribeira (cheias);
- Não sabemos se a área ocupada pela Quinta Grant estaria incluída neste Solar (gravura de Susan Harcourt), mas o que é notório é a marcação de um eixo arbóreo, com origem na casa principal da Quinta Grant até ao Jardim Municipal (Passeio Público);
- Ao longo da estrada que ligava o Funchal a Machico vão fixar-se a maioria das construções;

Anos 60 (século XX)

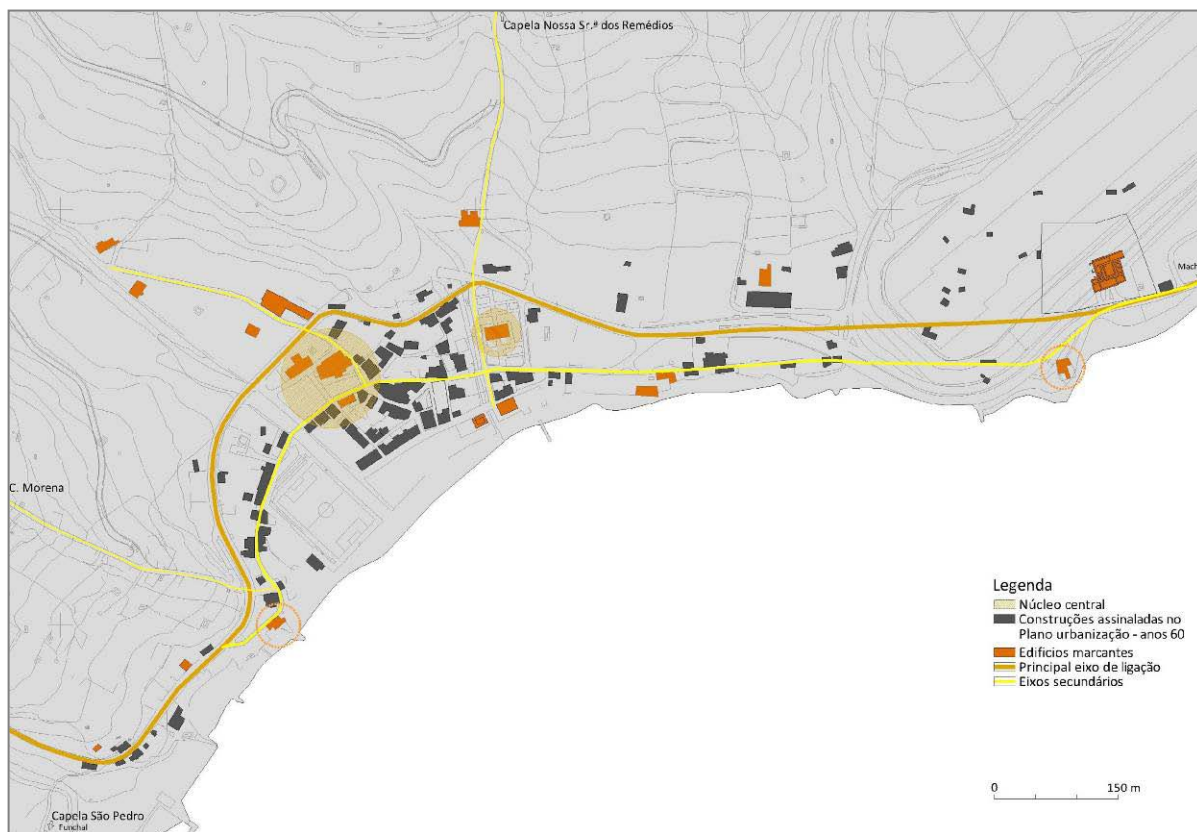


Figura 7. 4 – Planta elaborada com base no plano de urbanização de Santa Cruz (anos 60), sob a base Geometral, 1991

Na planta referente ao Plano de Urbanização datada dos anos 60, o eixo principal que anteriormente passava pelo centro da cidade passa a ser um eixo secundário, com a construção da Estrada Regional (Estrada Nacional), assume o papel de eixo principal;

- O centro onde se situa a Igreja Matriz, continua a assumir o seu papel de núcleo central, no entanto cria-se um novo centro com a construção dos Paços de Concelho (actual edifício do Tribunal), a nascente;
- A cidade cresce em direcção às montanhas sobretudo ao longo das Ruas da Calçada, Morena e Moreno);
- Mantêm-se os Fortes de São Fernando e de S. Francisco, no entanto o Forte de Nossa Sr.^a da Graça já não consta da cartografia;
- Do Convento de Nossa Sr.^a da Piedade, apenas constatamos os limites da propriedade, pelo que do edifício em si restariam apenas algumas ruínas;

Anos 69/70 (do século XX)



Figura 7. 5 – Planta elaborada com base na cartografia do Instituto Português de Cartografia e Cadastro de 1969/70, sob a base de geometral de 1991

- Mantêm-se os dois núcleos centrais, Praça João de Freitas e Tribunal Judicial;
- Há um novo pólo de atracção e que se prende com as novas necessidades, a zona na marginal junto ao Mercado Municipal;

- As construções deslocam-se cada vez mais para norte em direcção à encosta (Ruas Morena, Bom Jesus, Calçada; S. Sebastião, Janeiro);
- A construção do Aeroporto de Santa Catarina introduz modificações importantes na zona de Santa Catarina e condiciona a expansão para nascente;
- A Estrada Regional é desviada e passa a contornar a cabeceira do Aeroporto; o Forte de S. Francisco e o cais ainda surgem na cartografia;

Base Geometral (1991)

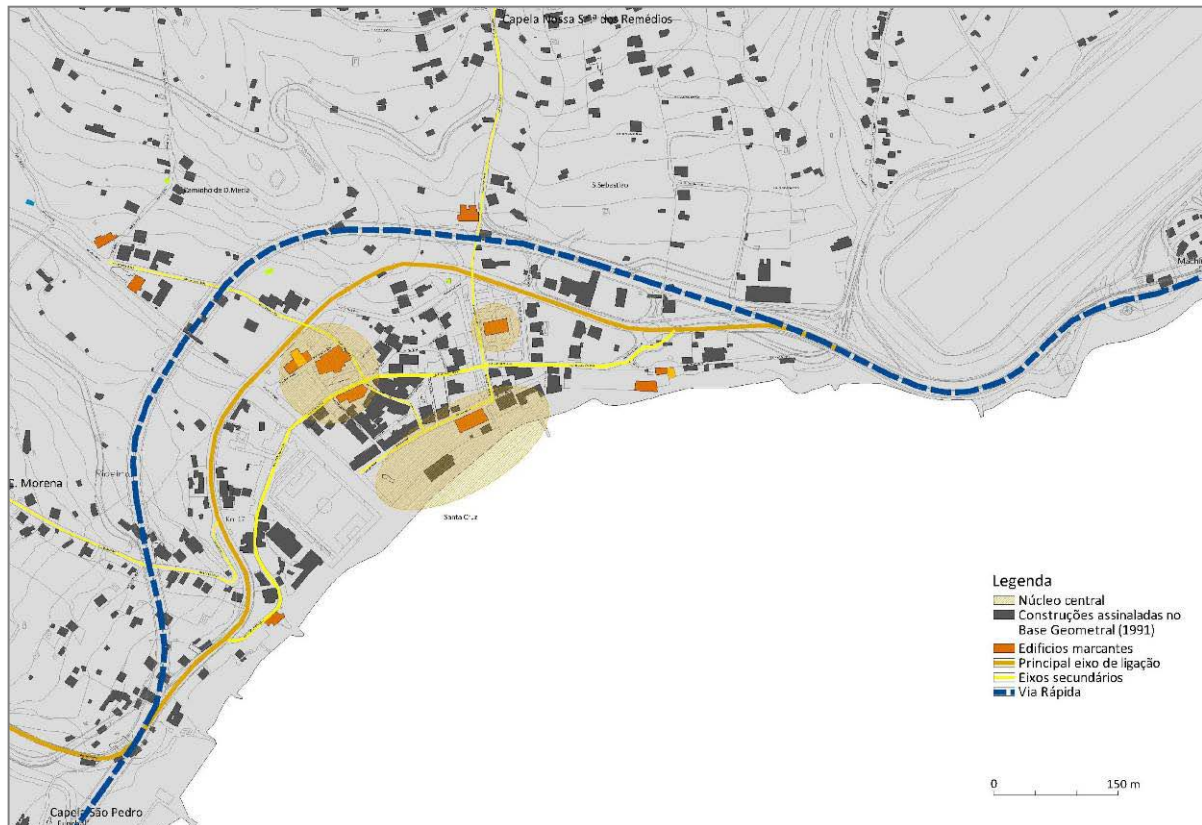


Figura 7. 6 – Planta elaborada com base na Base Geometral, 1991

- Mantêm-se os principais núcleos e o centro junto à marginal ganha importância;
- A construção da Via Rápida introduz transformações relevantes no tecido urbano;
- A Estrada Regional que anteriormente constituía uma barreira à expansão da cidade para norte, com a construção da Via Rápida, perdeu a afluência de tráfego e veio não só permitir a expansão como, a unificação da malha urbana;
- Da linha de defesa apenas resta o Forte de S. Fernando;
- As construções expandem-se progressivamente para nascente e para norte em direcção à encosta;
- Há um aumento bastante significativo de construção relativamente a cartografia dos anos 60;

7.4. Considerações finais da análise da malha urbana

- A semelhança de outras cidades a população fixou-se numa enseada natural, junto ao leito da Ribeira, local de terrenos férteis e com bom aproveitamento de águas;
- É provável que existissem mais construções do que as que estão assinaladas na Planta de 1865 de António Pedro de Azevedo;
- Os pontos de vigia e defesa da costa estavam estrategicamente estruturadas;
- Quanto ao povoamento inicial e se tivermos em conta o Eixo (ligação Funchal - Machico), o núcleo central que conjuga os principais edifícios (A) e o Eixo Vertical (antiga Rua Direita), constatamos a sobreposição de Três Estruturas:
 - Linear, Nuclear e em Cruz⁶⁵ respectivamente;



Figura 7. 7 – Fotografia aérea da cidade de Santa Cruz / considerações finais da malha urbana (fonte: Google Earth 2003)

- O espaço central da cidade está “quase” completamente consolidado;
- Os edifícios mais relevantes situam-se nas artérias principais da cidade;
- O local onde anteriormente existia o Forte de Nossa Senhora da Graça, quando as chuvas são mais fortes, é um dos mais atingidos, pois é um sítio onde convergem as águas vindas das zonas mais altas de Santa Cruz;

⁶⁵ Classificação das cidades segundo Luís Piccinato (ver Capítulo III)

- Mesmo quando a cidade desenvolve-se para Norte em direcção à encosta, os principais eixos de crescimento da cidade são pontuados pelos principais edifícios;
- Nos últimos anos têm sido ocupados os locais junto à marginal (B), o que se justifica em termos sociais, por uma mudança de hábitos e que trouxe as populações para junto do litoral;
- A construção da Via Rápida a uma cota mais elevada está a facilitar a expansão para Norte e tem vindo a unificar a cidade, outrora “*cortada*” pela passagem da Estrada Regional;
- Deixou de haver um único centro, propriamente dito e os Serviços estão distribuídos um pouco por toda a malha urbana, tornando a malha mais homogénea;
- Santa Cruz deixou de ser um ponto de passagem para o Aeroporto e tornou-se num local para estar e passear;

CAPITULO VIII CONCLUSÃO

8. CONCLUSÃO

Ao longo do trabalho foram feitas algumas reflexões sobre as problemáticas, conceitos e temáticas ligadas ao estudo do património, políticas de protecção, ordenamento e desenvolvimento do território.

O Concelho de Santa Cruz atravessa um necessário período de reflexão e de reorganização do seu território. Estamos perante uma cidade que continua a crescer e a transformar-se e que teve de adaptar-se às sucessivas “*campanhas de obras*”, que ao longo dos tempos provocaram um grande impacto na paisagem, no meio e nas populações.

Em Santa Cruz, parte do património arquitectónico já se perdeu e o que resta do mesmo, são vagos vestígios de “*frágil*” relevância urbanística.

A protecção do património tem que fazer parte das estratégias e políticas de ordenamento do território, como estratégia integrada de crescimento e desenvolvimento sustentado das cidades.

Os conceitos de Identidade e Património estão interligados e constituem a herança cultural de uma sociedade. A perda do Património e da Identidade estão relacionadas, num mundo onde tudo está em permanente mutação e ao qual temos de nos adaptar constantemente. A “*Informação*” corre a uma velocidade vertiginosa graças aos novos meios tecnológicos que adquiriram também um papel muito importante na recolha, arquivo e divulgação. No entanto e, por outro lado, estão a contribuir para uma globalização cultural dos povos.

Ao nível do Património, a promoção de destinos culturais constitui uma fonte de benefícios económicos para próprias localidades. Em Santa Cruz verifica-se que para além dos passeios pedonais que se fazem no centro da cidade visitando a Igreja Matriz, pouco mais está acessível para visitar e conhecer.

Ainda que existam edifícios classificados no Concelho, os mesmos encontram-se encerrados a maior parte do tempo e não existem sequer elementos de identificação e divulgação adequados. Os turistas hospedados em Santa Cruz vivenciam pouco a cidade, face ao que esta pode oferecer.

Sentimos que ainda hoje, o núcleo central da cidade continua a ser o ponto mais característico e procurado pelos visitantes e vivido pelos locais, numa época em que a instalação de um Hotel na zona de São Fernando veio trazer uma nova dinâmica ao

centro da cidade. Houve a necessidade do centro da cidade se reestruturar, sobretudo ao nível dos serviços.

É imprescindível a valorização dos elementos de identidade da própria cidade. Ora se alguns edifícios foram determinantes na consolidação dos principais eixos, a cidade deveria continuar a crescer, preservando-os, perpetuando assim a sua identidade histórica.

Uma vez que já existem alguns roteiros dedicados ao centro histórico de Santa Cruz, seria importante complementá-los através da valorização dos acessos e vias pedonais recorrendo à utilização de sinalética apropriada na identificação do património, à imagem daquilo que tem sido feito noutras cidades como, por exemplo, no Funchal. Podem ser criados percursos recorrendo à utilização da cor para diferenciação dos trajectos. Há dois marcos importantes e que se destacam, o percurso desde a Rua São Fernando até à Capela de Santo Amaro, passando pela Praça João de Freitas, o Edifício do Tribunal e a Quinta do Revoredo e o trajecto desde a Rua da Praia, passando pela Rua do Bom Jesus, até ao Solar do Bom Jesus. Nestes percursos os pontos de interesse seriam assinalados com a colocação de pontos informativos.

Há um grande trabalho a fazer, à semelhança do que tem sido feito noutros países Europeus, relativamente à consciencialização do que é património e do seu valor como herança cultural. Em Santa Cruz poder-se-á começar pelo levantamento arquitectónico dos principais edifícios, aqui identificados.

Denota-se que os princípios defendidos pela Legislação Internacional (Carta de Atenas, Carta de Veneza, Carta Europeia do Património Cultural) encontram muitas resistências à sua aplicação prática, sobretudo quando a vertente económica entra como variável na recuperação e preservação de um determinado bem, pelo que não se têm mostrado suficientes os incentivos fiscais para a sua conservação e recuperação.

Quer o Sector Imobiliário, quer os proprietários não têm utilizado o património edificado como uma mais-valia, vendo-o recorrentemente como um obstáculo à promoção e rentabilização, tendência esta que já tem vindo a ser invertida em algumas cidades portuguesas como por exemplo Lisboa, Porto, Guimarães ou São Miguel (Açores).

Este problema prende-se sobretudo com questões culturais e sociais, de conhecimento e consciencialização. Enquanto não tivermos uma sociedade responsável e culturalmente informada não iremos obter resultados satisfatórios.

Este trabalho identificou e recolheu informação sobre o património arquitectónico, procedendo sempre que possível à sua referenciação geográfica, contextualizando-o na malha urbana da cidade.

Em si, este trabalho, não está encerrado. Lança, reúne alguns dados relativamente ao crescimento da cidade e ao seu património construído. Foram seleccionados alguns dos principais “*exemplares*” arquitectónicos, mas poderiam ser acrescentados ao estudo mais alguns elementos que marcaram a vida da cidade como o são as pontes, os poços públicos, os locais de comércio tradicional, os locais de alojamento, entre outros.

Um dos objectivos do trabalho foi a recolha de informação, mas é essencial que a mesma esteja acessível a um leque maior da população, pelo que seria relevante a sua disponibilização, por exemplo, na Internet. As fichas de identificação foram elaboradas de forma a possibilitar a sua rápida adaptação aos meios informáticos. O Município possui meios para o fazer, tanto mais que a Legislação⁶⁶ em vigor recomenda a disponibilização de informação actualizada nesta área através do site do Município.

Estamos perante uma cidade que continua a crescer e que ainda pode escolher como o quer fazer, que imagem, e que identidade quer impor. Ao nível do património é urgente definir o que se quer preservar e, mais importante, como se quer preservar.

As cidades crescem e transformam-se, metamorfoseando a sua própria herança cultural; aquilo que fazemos hoje, repercute-se na imagem de cidade de amanhã.

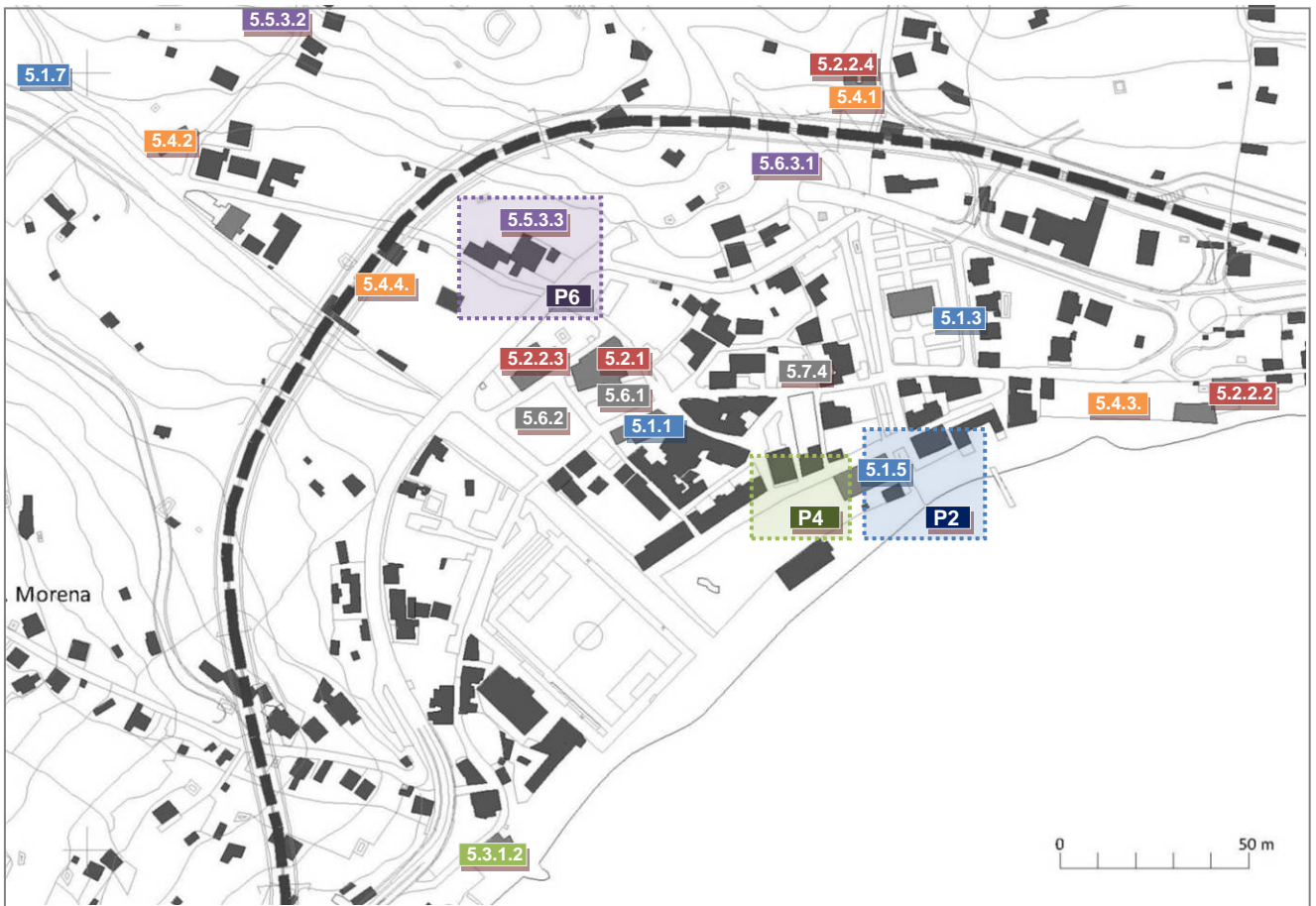
A quase inexistência de registos do património e a preservação dos elementos mais importantes da cidade, que marcaram a sua história e as suas gentes, levará a que estas referências não passem de memórias, esquecidas no tempo. Habitúmo-nos a uma realidade tal qual ela é mas, para as gerações que se seguem, é difícil imaginar que algum dia os locais e os modos de vida tenham sido diferentes daquilo que hoje conhecem, sobretudo numa cidade em que a população está a perder as suas referências.

É nesse sentido a que se resume um trabalho desta natureza e, nesse aspecto, podemos dizer que o objectivo foi conseguido.

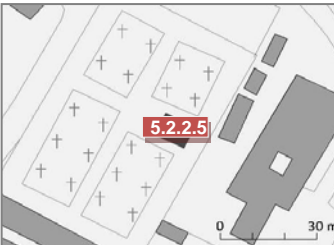
⁶⁶ Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (DL 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei 60/2007 de 4 Setembro).

APÊNDICES FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO

PLANTA DE SANTA CRUZ Localização das Fichas de Identificação



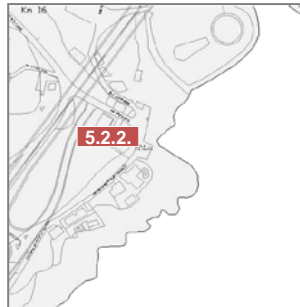
P1 Capela N. S. Piedade



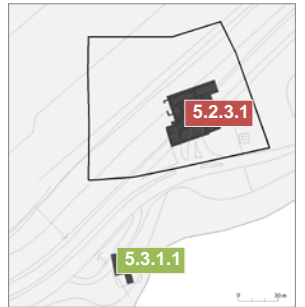
P2 Praça e Matadouro



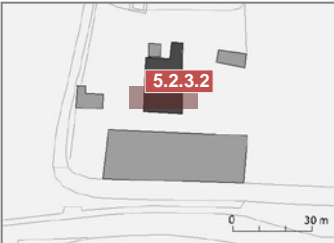
P7 Capela São Pedro



P8 Convento N. S. Piedade
Forte de S. Fernando



P3 Capela Santa Cruz



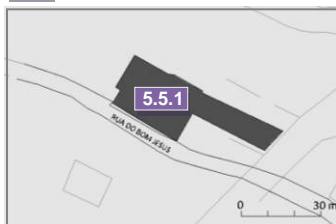
P4 Forte São Fernando



P5 Forte N. S. Graça



P6 Engenho Santa Cruz



CONTEXTO HISTÓRICO: João de Freitas, fidalgo e ilustre povoador de Santa Cruz fidalgo *“empregou todos os esforços e influencias para elevar a Freguesia à categoria de Vila, o que conseguiu por Carta Real de 26 de Junho de 1515”*⁶⁷. Numa das dependências deste edifício funcionou também a cadeia da vila. Os calaboiços situavam-se no piso inferior, junto à na fachada poente.

Os Serviços Municipais instalaram-se neste edifício junto à Praça João de Freitas no ano 1516, até que a 25 de Março de 1928, um violento incêndio no edifício contíguo destruiu parcialmente o Tribunal e a Repartição de Finanças (instaladas numa das dependência dos Paços de Concelho). No período que decorre entre 1932 e 1978, os serviços camarários estiveram a funcionar no actual prédio do Tribunal. A cadeia foi removida para o antigo forte de São Francisco.

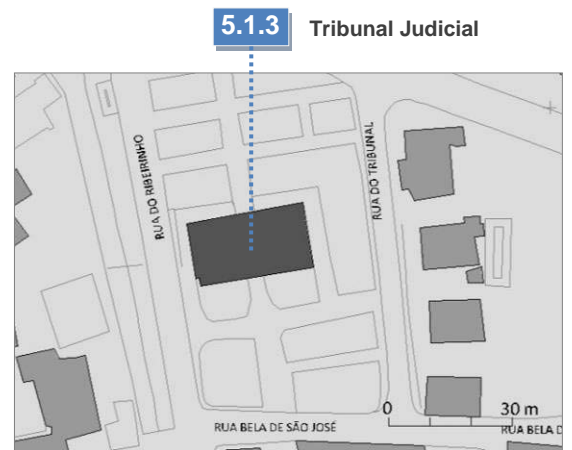
O actual edifício Câmara Municipal de Santa Cruz, tal qual como o conhecemos hoje, data de Dezembro de 1978, ano em que foi oficialmente inaugurado. O projecto de ampliação do edifício da Câmara esteve a cargo do arquitecto Luís da Conceição Teixeira.

OBSERVAÇÕES: Fonte: DGEMN, fichas de Inventário da DGEMN, elaboradas por Dina Jardim e Eduarda Gomes 2000.

Informação mais detalhada: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx [consult. 21 Jul. 2008]

⁶⁷ FERREIRA, Padre Pita – *Das Artes e da História da Madeira*, n.º17.

5.1.3 ANTIGO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DE CONCELHO / TRIBUNAL DA COMARCA DE SANTA CRUZ



ARQUITECTURA PÚBLICA CIVIL

SANTA CRUZ, RUA BELA SÃO JOSÉ

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: Século XX, recuperação da cobertura em 2007

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Paços do Concelho

FUNÇÃO ACTUAL: Tribunal da Comarca de Santa cruz

PROTECÇÃO: ZEP

OBSERVAÇÕES: O edifício onde actualmente funciona o Tribunal Judicial foi construído por resolução do Presidente da Câmara Dr. Joaquim Vasconcelos Gouveia. Esta obra invulgar, foi totalmente custeada pelo povo, facto pelo qual foi denominada de “Casa Milagrosa”. A 29 de Dezembro de 1932, o edifício foi inaugurado o novo edificio dos Paços de Concelho. Os serviços funcionaram neste espaço até 1978, altura em que foi regressam ao antigo edificio, junto à Praça João Abel de Freitas.

5.1.4 PRAÇA DE PEIXE



5.1.4 Praça de Peixe



ARQUITECTURA PÚBLICA CIVIL

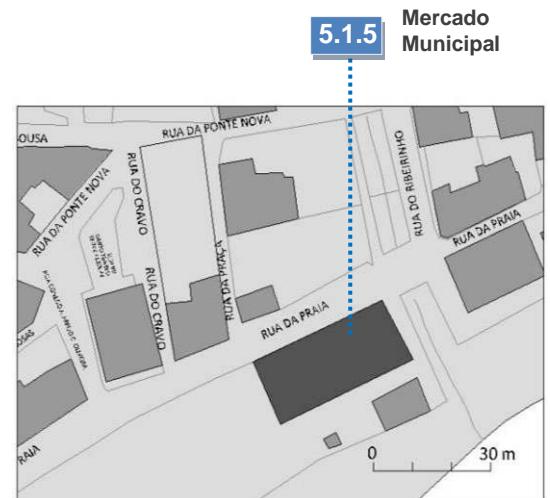
SANTA CRUZ, RUA DA PRAIA

DESCRIÇÃO: Situava-se na margem esquerda do Ribeiro da Calçada junto à marginal. A 16 de Abril de 1853, a Câmara Municipal deliberou em Reunião Camarária, que a venda de peixe apenas se deveria processar, no edifício para este fim – Praça do Peixe⁶⁸. Com o passar dos anos, este edifício deixou de dar resposta, as novas necessidades, deixou de garantir condições mínimas de higiene e salubridade. Este edifício foi demolido nos anos 50, para no seu lugar nascer o futuro Mercado Municipal.

OBSERVAÇÕES: EDIFÍCIO INEXISTENTE

⁶⁸ PIO, Manuel Ferreira – *Santa Cruz da Ilha da Madeira*, Funchal, o Liberal – Empresa de artes gráficas, 2001.

5.1.5 MERCADO MUNICIPAL



ARQUITECTURA PÚBLICA CIVIL

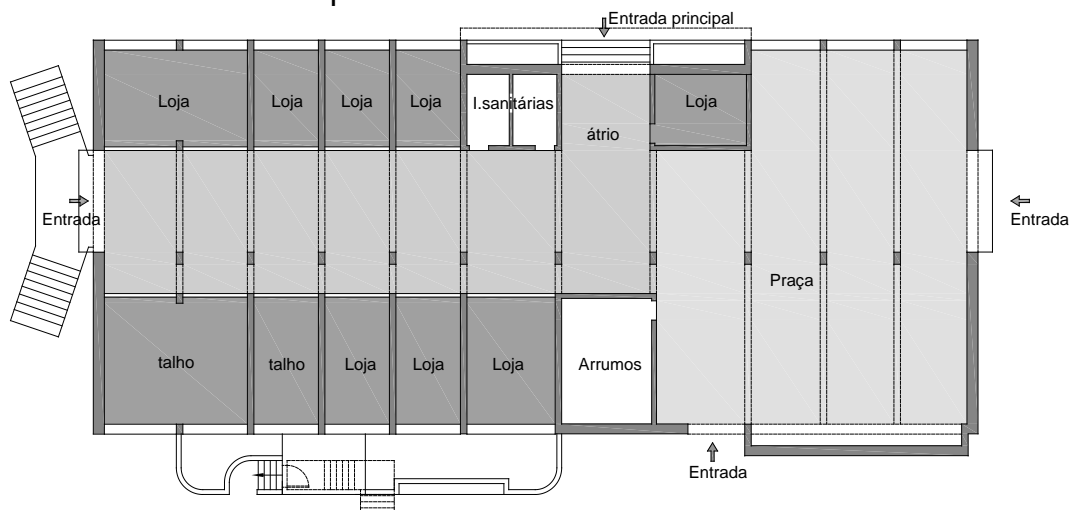
SANTA CRUZ, RUA DA PRAIA

CONTEXTO HISTÓRICO: Em 1955, o Dr. João Militão Rodrigues tomou posse da Presidência da Câmara Municipal de Santa Cruz. Foi durante a sua presidência que foi lançado concurso para a construção de um novo espaço, que albergasse num único edifício duas das funções, a de mercado agrícola e a de praça de peixe.

DESCRIÇÃO: Do programa do mercado da vila fazia parte uma “praça de peixe, 3 talhos, locais de venda de produtos hortícolas, frutas e flores e de artigos regionais e ainda de um local de venda de animais de pelo e penas, com respectiva casa de matança”.⁶⁹

Estas funcionalidades estão divididas em duas zonas distintas: numa das extremidades do edifício (a nascente) está situado a zona de praça de peixe, e no extremo oposto (a poente), a zona de talho e de venda de produtos hortícolas, propriamente dita. Estamos perante um edifício de planta rectangular, servido por 4 entradas (uma em cada uma das fachadas).

⁶⁹ A Visita Presidencial à Madeira, Diário Notícias da Madeira, Funchal, 1962-07-21, p.3.



A entrada na fachada virada a sul, assegurava uma ligação directa aos barcos varados na praia e facilitava o descarregar do peixe. Actualmente esta leitura já não é tão clara, em virtude de ter sido construído um passeio marítimo junto ao mar e que separa o edifício da praia e dos barcos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

FUNÇÃO INICIAL: Mercado

FUNÇÃO ACTUAL: Mercado

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: A elaboração do projecto esteve a cargo do arquitecto Luís Conceição Teixeira. O empreiteiro responsável pela construção foi o Sr. António Pinto Correia⁷⁰.

Os painéis na fachada principal são da autoria de António Aragão. Não é possível precisar a data em que foram executados, nem se o projecto do mercado, já contemplava de início a sua execução, podemos no entanto afirmar a sua presença enobrece a fachada principal e a diferencia de todas as outras fachadas.

O edifício do Mercado da Vila foi inaugurado no dia 20 de Julho de 1962: "...pelo actual e venerado Presidente da República, Sr. Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz, um edifício misto, destinado a mercado agrícola e praça de peixe, obra moderna e atraente, mandada construir pela Vereação Municipal, presidida pelo Dr. João Militão Rodrigues."⁷¹

⁷⁰ Ibedem.

⁷¹ PIO, Manuel Ferreira, *Santa Cruz da Ilha da Madeira*, Funchal, o Liberal – Empresa de artes gráficas, 2001. p. 127/128.

5.1.6 MATADOURO MUNICIPAL



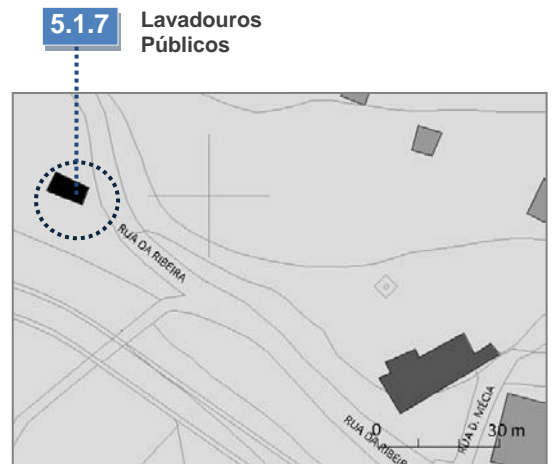
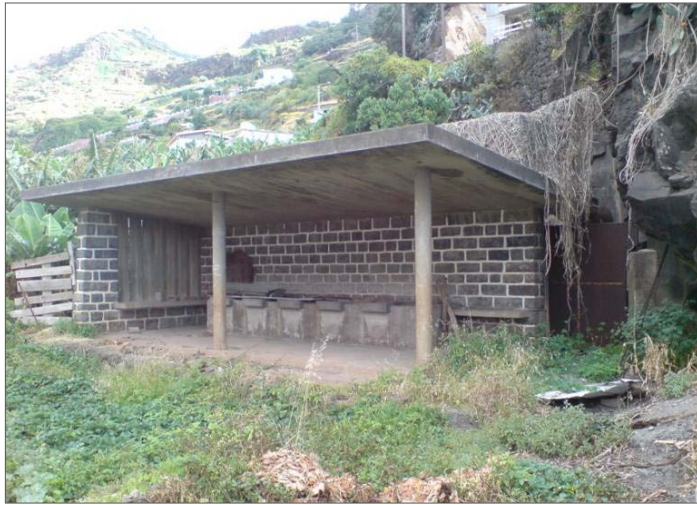
Matadouro Municipal 5.1.6



DESCRIÇÃO: Situava-se na margem esquerda do Ribeiro da Calçada, onde hoje se situa o Restaurante da Praia das Palmeiras. São poucas as referências a este edifício, para além de algumas referências nos livros de actas relativamente ao melhoramento e manutenção deste espaço.

OBSERVAÇÕES: EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.1.7 LAVADOUROS PÚBLICOS



ARQUITECTURA PÚBLICA CIVIL

SANTA CRUZ, RUA BOM JESUS

CONTEXTO HISTÓRICO: Construção utilitária de meados do século XX, da autoria do arquitecto Chorão Ramalho. Fazem parte de um conjunto de construções estandardizadas, espalhadas um pouco por toda a Ilha. A sua construção iniciou-se por volta de 1965, face à proibição da utilização dos lavadouros comunitários.

DESCRIÇÃO: Construção de planta rectangular, coberto por uma laje de betão armado inclinada (uma só água). A cobertura assenta em dois pilares circulares e na parede posterior (cega). Uma das laterais é semi-encerrada com pilares verticais. Na base desta estrutura avança uma pequena laje de betão que forma um banco. Este espaço é composto por cinco lavadouros em pedra de cantaria regional. Foram usados os princípios de uma arquitectura modernista (pilares e cobertura inclinada em betão armado) conjugados com os materiais tradicionais (cantaria regional).

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Razoável

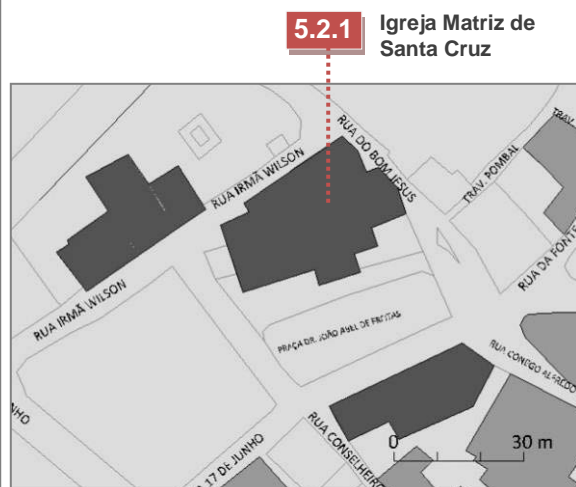
FUNÇÃO INICIAL: Lavadouros municipais

FUNÇÃO ACTUAL:

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: Este espaço, assim como os restantes existentes no Concelho (na freguesia de Gaula existiam 5, dos quais só subsistem quatro deles), apesar de se encontrarem em bom estado, estão voltados ao abandono e cheios de entulho.

5.2.1 IGREJA MATRIZ DE SANTA CRUZ / IGREJA DO SALVADOR



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, PRAÇA DR. JOÃO ABEL VIEIRA

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO INICIAL: séc. XVI (1507)

DESCRIÇÃO: A Igreja Matriz de Santa Cruz é um dos monumentos mais importantes da ilha da Madeira, e foi classificada como Imóvel de Interesse Público em 1948⁷². A sua construção terá se iniciado nos primeiros anos de quinhentos (sensivelmente 1502), e os trabalhos prolongaram-se até 1663. A obra esteve a cargo de João de Freitas, nos terrenos doados por Gomes Vaz. É uma igreja de planta longitudinal, composta por três naves, um transepto pouco saliente e uma abside rectangular. Com uma orientação nascente – poente, a fachada principal foi implantada a poente, e possui uma entrada lateral, virada a sul, que liga o corpo da Igreja directamente à Praça João de Freitas.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Igreja

FUNÇÃO ACTUAL: Igreja

PROTECÇÃO: ZEP

OBSERVAÇÕES: Fonte: DGEMN, fichas de Inventário da DGEMN, elaboradas por Dina Jardim e Eduarda Gomes 1998, Lina Oliveira 2003, Filipa Avellar 2003.

Informação mais detalhada: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx [consult. 21 Jul. 2008]

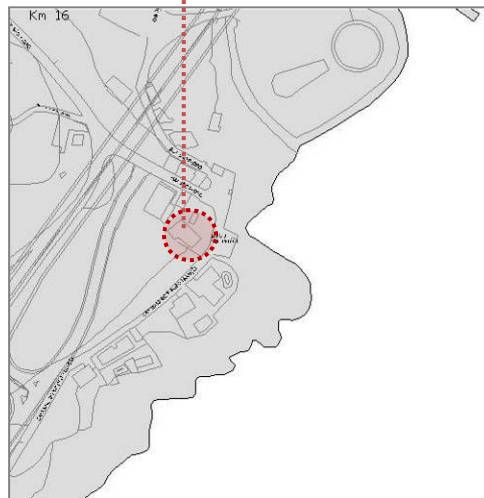
⁷² IIP, Dec. N.º 30762, DG 225 de 26 de Setembro de 1940, Dec. N.º 30838, DG 254 de 1 de Novembro e Dec. N.º 37077, DG 228 de 29 de Setembro 1948, ZEP, DG 154 de 5 Julho de 1946.

5.2.2.1 CAPELA DE SÃO PEDRO



ARQUITECTURA RELIGIOSA

5.2.2.1 Capela de São Pedro



SANTA CRUZ, SÃO PEDRO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: séc. XVIII (1793)

CONTEXTO HISTÓRICO: A capela que hoje existe foi edificada sob orientação do Padre João Martins, através das contribuições do povo, em 1793. A imagem de São Pedro é dos finais do século XVIII. A capela foi alvo de várias remodelações nos anos 20 do século XX, quer no interior, quer no exterior que descaracteriza este edifício.

DESCRIÇÃO: Estamos perante edifício de linhas simples, característica das capelas madeirenses do século XVII e XVIII, de traça Tardo – maneirista, do qual nada se conhece relativamente à autoria do projecto ou do construtor da capela. Edifício de planta longitudinal composta por nave única e capela-mor (mais estreita que o restante edifício) e actualmente da mesma altura. A sacristia encontra-se adossada à fachada lateral esquerda. A fachada principal, e voltada a Sul, termina em empena, e é rasgada por um portal de arco e janela de volta perfeita, encimado por uma cornija. A fachada lateral esquerda é cega, e a fachada lateral direita possui um portal em arco de volta perfeita, na nave, assim como uma janela na capela – mor.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

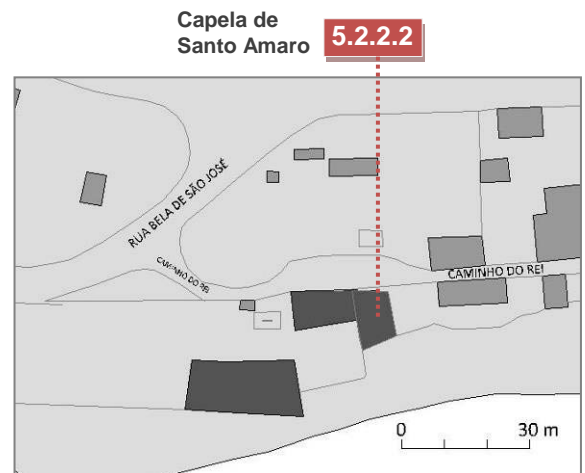
FUNÇÃO INICIAL: Capela

FUNÇÃO ACTUAL: Capela

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: Fonte: DGEMN, fichas de Inventário da DGEMN, elaboradas por João Mata 2002. Informação mais detalhada: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx [consult. 21 Jul. 2008]

5.2.2.2 CAPELA DE SANTO AMARO



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, SANTO AMARO, CAMINHO DO REI

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: séc. XIX (1922)

DESCRIÇÃO: A Capela de Santo Amaro foi edificada pelo povo nos finais do século XV, princípios do século XVI. Os dados que dispomos referente a capela original é de esta seria uma capela gótica, com um altar do lado nascente e um alpendre do lado poente sobranceiro ao mar. A confraria de Santo Amaro foi instituída nesta capela no ano de 1641, e tornou-se um grande centro de romarias na época. Em 1656, a capela estava em adiantado estado de ruína, tendo a mesma sido reparada donativos da população. O edifício, tal qual como o conhecemos hoje e o qual podemos visitar, foi reedificado em 1922, mais ou menos no mesmo local, possui no entanto uma orientação diferente do original (o altar esta orientado a Sul, ao invés de a Nascente). Da traça antiga apenas se manteve as cantarias da porta principal. O alpendre que lhe era característico deixou de fazer parte deste novo edifício.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

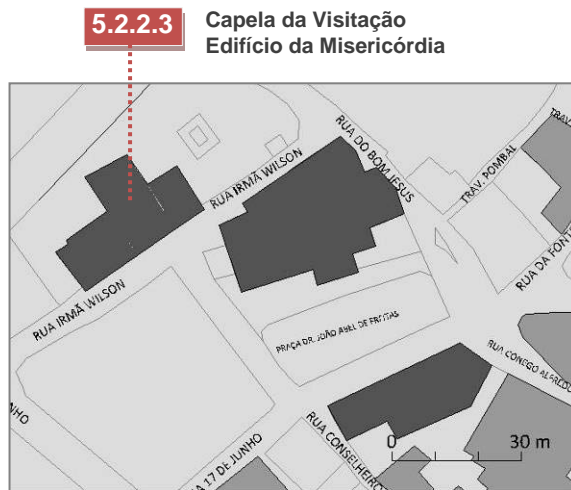
FUNÇÃO INICIAL: Capela

FUNÇÃO ACTUAL: Capela

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES:

5.2.2.3 EDIFÍCIO DA SANTA CASA MISERICÓRDIA E CAPELA DE SANTA ISABEL



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, PRAÇA DR. JOÃO ABEL FREITAS, RUA IRMÃ WILSON

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: séc. XVI, XVII, XVIII e XX

CONTEXTO HISTÓRICO: A capela dedicada a Santa Isabel foi fundada por André Gonçalves, mercador residente na vila de Santa Cruz, em 1562. O corpo de André Gonçalves foi sepultado na Igreja Matriz, junto de Diogo Gonçalves e Beatriz Dias (de quem André havia sido escravo e posteriormente seu herdeiro). Em testamento deixou indicações para a construção da capela: *“a qual se fará no canto da casa do hospital da dita confraria onde está o balcão a qual capela terá um portão fora para o campo e o portal será me arco da maneira que é o portal da capela de João de Moraes que está na Igreja do Salvador e para dentro do hospital se abrirá na parede dele e se fará um arco com grades que os enfermos vejam Deus no altar...”* Não se sabe ao certo o ano em que a capela ficou concluída, no entanto tanto o hospital como a capela, em 1750 encontravam-se em avançado estado de ruína, pelo que a reconstrução e ampliação dos dois edifícios foi feita com dinheiro da Misericórdia e com um subsídio do Rei D. José I, conservando-se apenas o portal Gótico que havia sido exigência do seu fundador, André Gonçalves.

DESCRIÇÃO: Em 1765 foi edificada a capela-mor. Na parte posterior da capela ainda é constatável a existência de uma pequena sineira, na qual está gravada a data de “1753”, onde existia um sino com a seguinte inscrição: “1638. Henryck Ter Horst me fecit”. O sino foi retirado seu local e encontra-se nas arrecadações do hospital, por se encontrar partido. No lajeado da capela é constatável a existência de algumas inscrições tumulares, no entanto não há registos de que se sepultasse alguma pessoa naquele espaço, pelo que se supõe que estas pedras

tumulares sejam provenientes da Igreja Matriz. O arquitecto Vítor Mestre foi o responsável pela elaboração do projecto de arquitectura responsável referente à ampliação do edifício, obra concluída em 2007. Actualmente funcionam no mesmo edifício a Misericórdia de Santa Cruz e o Lar de Terceira Idade.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: Bom

FUNÇÃO INICIAL: Capela

FUNÇÃO ACTUAL: Capela

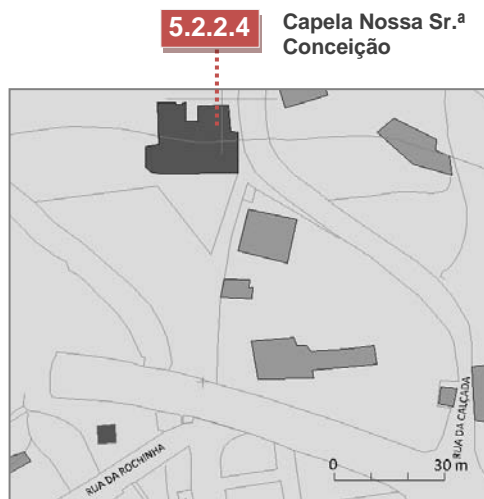
PROTECÇÃO:

OBSERVAÇÕES:

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA: Fonte: DGEMN, fichas de Inventário da DGEMN, elaboradas por Rui Carita 1999

Informação mais detalhada: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx
[consult. 21 Jul. 2008]

5.2.2.4 CAPELA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, RUA DA CALÇADA, SOLAR DE S. GIL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XIX, 1892

DESCRIÇÃO: Foi fundada junto ao Solar desta família, por Bartolomeu Telles de Meneses, (sargento-mor), em 1710 com base no seu testamento, talvez por ruína ou inexistência da anterior capela deste solar. A capela e o solar foram reedificados, em 1892 por Luís Pereira de Meneses Agrela, sendo actualmente propriedade do Dr. Remígio Spínola Barreto.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RAZOÁVEL

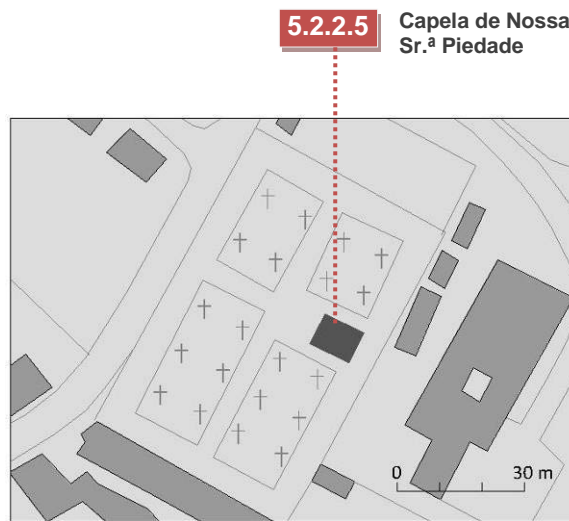
FUNÇÃO INICIAL: Capela e Solar

FUNÇÃO ACTUAL: Capela e Solar

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: Solar onde se insere a capela precisa de obras

5.2.2.5 CAPELA NOSSA SENHORA DA PIEDADE (CEMITÉRIO)



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, SANTA CATARINA

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XIX, 1892

CONTEXTO HISTÓRICO: O cemitério foi mandado construir por deliberação Camarária, a 28 de Março de 1892, nos terrenos a Leste do antigo Convento de Nossa Senhora da Piedade e do Forte de S. Francisco, tendo sido edificada uma capela, que em homenagem ao convento existente se chamou de Nossa senhora da Piedade.

DESCRIÇÃO: A capela de N.ª S.ª da Piedade caracteriza-se por ser uma capela de gosto simples, de um “gótico” dos finais do século XIX, composta por um corpo com altar-mor, e dois alpendres laterais apoiados por uma estrutura de ferro fundido. A capela encontra-se ligeiramente elevada do piso. O portal é “gótico”. No seu interior, existe um “retábulo ocupado por uma pintura popular, francamente arcaisante” ⁷³representando N.ª S.ª da Piedade. Sabe-se que no ano de 1895, ainda a construção da capela ainda não estava concluída.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

FUNÇÃO INICIAL: Capela

FUNÇÃO ACTUAL: Capela

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: Recentemente a Autarquia procedeu a obras de reparação do tecto e da cobertura da capela, face ao seu mau estado de conservação.

⁷³ CARITA, Rui, *A Capela de Nossa Senhora dos Remédios em Santa Cruz*, Edições da Câmara Municipal de Santa Cruz, Santa Cruz, 1990.

5.2.2.6 CAPELA DOS REMÉDIOS E SOLAR DO MORENO



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, MORENO

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XVII, 1690

CONTEXTO HISTÓRICO: A capela de Nossa Senhora dos Remédios foi edificada em 1690, pelo Cônego Manuel Ferreira Teixeira Caiado, descendente dos Caiados de Estremoz, que povoaram e habitaram a vila, ao sítio do Moreno. Inicialmente esta capela não teria residência anexada, tratava-se de uma ermida isolada. A ampliação do edifício deu-se nos finais do século XVIII, inícios do século XIX, provavelmente para apoiar o feitor do “pomar do moreno”, ou para albergar os festeiros da Senhora dos Remédios. Esta capela tem sido diversas vezes restaurada, encontrando-se ao serviço do culto, sendo propriedade da Casa S. Gil, herdeiros do Dr. Remígio Spínola Barreto.

DESCRIÇÃO: As obras que se fizeram laterais à capela, primeiro incorporando a Sacristia a Ponte, e a criação de uma pequena residência sobra dada, a nascente, datam de meados do século XIX. Com o século XX, o pequeno conjunto transformou-se em solar rural, tendo sido dotado de uma pequena cozinha e arranjo da própria residência. Mais tarde construiu-se um telhado que uniformiza a cobertura. O portal da capela, é de volta perfeita em cantaria pintada. Ao lado da porta, no exterior existe uma pequena pia de água benta, muito ao gosto do século XVII. Relativamente a este aspecto poderia ser indicador de um possível adro coberto ou a intenção de o cobrir, entretanto desaparecido devido as obras que se foram realizando ao longo dos tempos.⁷⁴

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

⁷⁴ CARITA, Rui, *A Capela de Nossa Senhora dos Remédios em Santa Cruz*, Edições da Câmara Municipal de Santa Cruz, Santa Cruz, 1990.

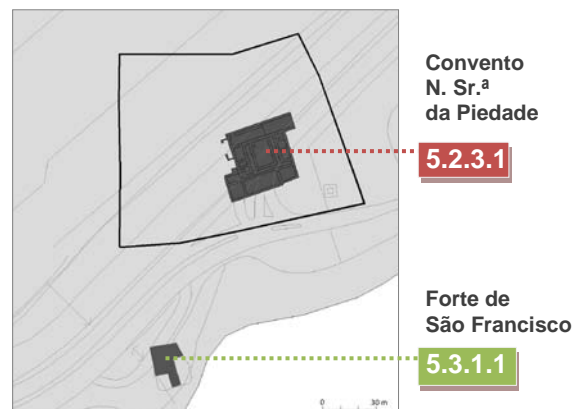
FUNÇÃO INICIAL: Capela

FUNÇÃO ACTUAL: Capela e solar

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: A evocação da Nossa Senhora dos Remédios está relacionada com a evocação da Saúde e do Perpetuo Socorro, aparecendo com alguma representatividade ao longo dos séculos XVI/XVII, no entanto na ilha da Madeira apenas temos registo desta capela e de uma no Funchal, à rua das Maravilhas, a qual não chegou aos nossos dias. A festa dedicada a Nossa Senhora dos Remédios realiza-se 8 de Setembro.

5.2.3.1 CONVENTO FRANCISCANO DE NOSSA SENHORA DA PIEDADE



ARQUITECTURA RELIGIOSA

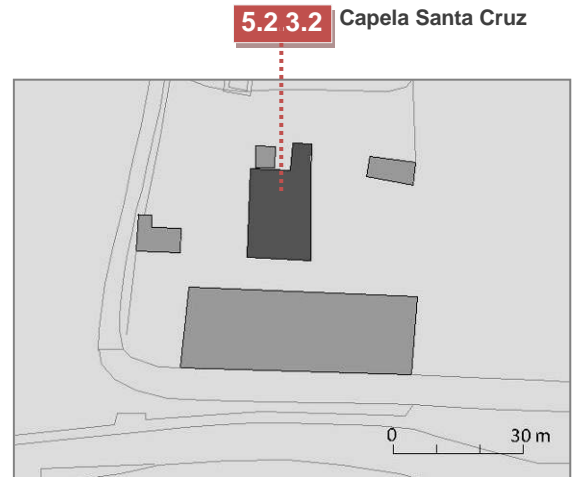
SANTA CRUZ, SANTA CATARINA

CONTEXTO HISTÓRICO: O Convento Franciscano de Nossa Senhora da Piedade foi instituído por determinação testamentária de Urbano Lomelino. O Convento situava-se “para além de S. Sebastião, onde chamam Granja”. O Convento encontrava-se construído em 1527, sendo nesse ano entregue à “ Província Franciscana de Portugal”. Joana Lopes e Isabel Correia (mulher e sogra de Urbano Lomelino), mandaram edificar na Igreja do Convento, a Capela de Santa Ana, tendo os restos mortais de Urbano Lomelino sido sepultados em 1548, nessa Capela. O Convento e a Igreja dispunham de um valioso espólio, composto por alfaia, imagens, pinturas, os quais foram distribuídos pelas diversas igrejas do Concelho e da Diocese. Na Igreja Matriz é possível constatar algumas imagens que se diz serem provenientes do Convento: S. Francisco ^(?), Santo António, São Benedito, Nossa Senhora da Piedade; uma cruz que está sobre o Sacrário e diversas peças de Ourivesaria, e os Painéis de Azulejos existentes na Sacristia da Igreja. O túmulo de mármore de Urbano Lomelino encontra-se na Capela de invocação de Nossa Senhora da Piedade, que se encontra nos Jardins da Quinta das Cruzes.

DESCRIÇÃO: O Convento tinha capacidade para 12 a 15 frades, e uma Igreja de uma só nave. O terramoto de 1748 derrubou a Igreja e o Convento Franciscano e não tendo havido um consenso entre os Padroeiros do Convento e os Frades, pelo que a recuperação não se fez prontamente. O Convento foi extinto em 1834, pela Lei de 8 de Maio. Na Casa da Cultura da Câmara Municipal de Santa Cruz, encontram-se algumas das “pedras” oriundas do convento, retiradas aquando da sua destruição pelas obras do Aeroporto da Madeira (1961/64).

OBSERVAÇÕES: EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.2.3.2 CAPELA DE SANTA CRUZ



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, S. SEBASTIÃO

DESCRIÇÃO: A capela de Santa Cruz foi a última das capelas, a ser construída na freguesia, e foi mandada edificar pela sua proprietária D. Alegria Vieira de Castro em 1949. Situava-se junto à antiga Fábrica de Lacticínios da Empresa A. C. Burnay, Lda.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: MAU

FUNÇÃO INICIAL: Capela

FUNÇÃO ACTUAL: Ruínas

OBSERVAÇÕES: Actualmente, quer o prédio da fábrica, quer a capela encontram-se em total ruína, e completamente abandonadas e em ruínas.

5.2.3.3 CAPELA DO BOM JESUS



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, BOM JESUS

DESCRIÇÃO: Foi provavelmente mandada edificar, junto à Ribeira e no largo que ainda hoje usa essa evocação, por Gil Anes, carpinteiro de profissão e um dos primeiros povoadores da freguesia de Santa Cruz. Gil Anes casou com Beatriz Anes, a qual escolheu como testamenteira após a sua morte, uma vez que não deixou descendentes. Antes da sua morte em 1482, mandou construir na Igreja Velha de Santa Cruz uma capela dedicada ao Senhor Jesus, onde quis ser sepultado. Esta seria de acordo com o Padre Manuel Ferreira Pita uma capela situada na parte da Epístola, na Igreja Velha de Santa Cruz. Em 1660, a Igreja Velha e a Capela do Senhor Jesus encontravam-se em ruínas, pelo que o Capitão Belchior de Mendonça de Vasconcelos (administrador do morgado de Gil Anes) terá mandado construir uma capela junto à sua casa, na vila, em fazenda do dito morgado. Foi concedida licença e autorização para o Vigário da Paróquia benzer a nova capela do senhor Bom Jesus a 28 de Dezembro 1660. O inventário de 1588, 1592 e 1730, dão conta de duas peças de ourivesaria sacra, uma cruz de prata e um cálice de prata. Supõe-se que esta capela tenha entrado em ruínas nos finais do século XVIII. A magnífica cruz de prata que hoje pertence à Igreja Paroquial de Gaula poderá ser proveniente desta Capela. Na cidade ainda se preserva o nome da rua com o nome desta capela.

OBSERVAÇÕES: LOCALIZAÇÃO INCERTA / EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.2.3.4 CAPELA DE SÃO JOSÉ



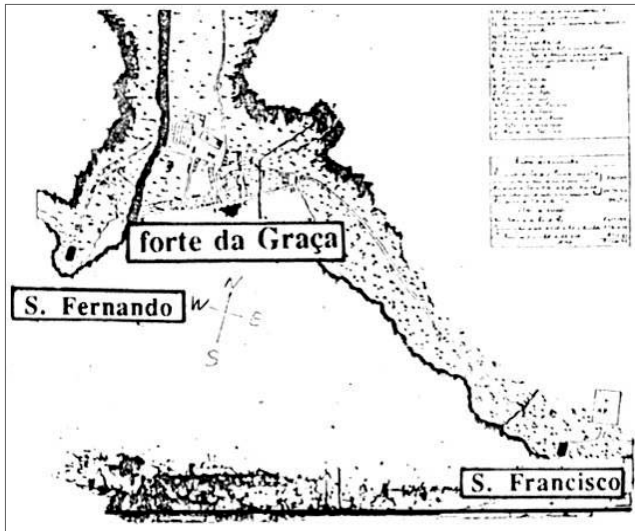
ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, RUA BELA SÃO JOSÉ

DESCRIÇÃO: A capela de São José foi construída no primeiro quartel do século XVI, junto ao caminho que vai da Vila para Santo Amaro. Pelos inventários realizados em 1730, a capela já não existia, havendo no entanto referência a sua memória, na planta da Vila de Santa Cruz, da autoria de António Pedro de Azevedo, de 1865, onde na Rua de sequência da “Ponte Nova”, se refere a Rua de Bela de São José, que ainda hoje se mantêm com o mesmo nome.

OBSERVAÇÕES: LOCALIZAÇÃO INCERTA / EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.2.3.5 CAPELA DA GRAÇA



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, (?)

DESCRIÇÃO: Teria sido fundada pelo mesmo fundador da Capela de São José (Pedro Alvares da Almada, cavaleiro da ordem da Jarreteira em 1510). Residiu em Santa Cruz, onde construiu a sua casa, no ano de 1520. A capela terá funcionado como instituição vincular e sede do Morgado de N.^a S.^a da Graça e Águas Belas.

Quanto à sua localização sabe-se que ficaria fora da Vila junto ao caminho que vai para o Convento, no entanto supõe-se que como o Forte da Vila existente na praia do calhau, tomou o nome de Nossa Senhora da Graça, a capela deveria ficar nas suas imediações. É provável que a capela de São José e capela de Nossa Senhora da Graça, constituam dois altares dentro da mesma capela, uma vez pelas descrições a capela de Nossa Senhora da Graça teria sido construída muito perto da capela de São José, sendo que os Visitadores, em 1538, não fazem nenhuma referência a esta capela. No inventário de 1730, é referida como sede da confraria de S. Gonçalo. A capela caiu em ruínas nos finais do século XVIII.

OBSERVAÇÕES: LOCALIZAÇÃO INCERTA / EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.2.3.6 CAPELA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, RUA DA CONCEIÇÃO (?) EM SÃO FERNADO

DESCRIÇÃO: Foi mandada construir pelo Padre Manuel Pacheco Sampaio em 1650, no sítio de São Fernando. De acordo com o Padre Manuel Ferreira Pita, nos princípios do século XX, ainda era possível observar parte dos muros da referida capela.

De referir que a actual Rua de São Fernando, na planta da vila Santa Cruz datada de 1865, da autoria de António Pedro de Azevedo, está designada como Rua da Conceição, talvez devido à existência desta capela.

OBSERVAÇÕES: LOCALIZAÇÃO INCERTA / EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.2.3.7 CAPELA DE SÃO GIL

ARQUITECTURA RELIGIOSA

SANTA CRUZ, RUA DA CALÇADA DE S. GIL

DESCRIÇÃO: Foi edificada na Quinta Solar desta evocação, no primeiro quartel do século XVI, pelo cavaleiro Antão Alvares de Carvalho (um dos primeiros povoadores da freguesia), no sítio de São Gil. O seu fundador casou-se com Beatriz Escórcia, e instalou-se na ilha, na freguesia de Santa cruz, onde edificou a Quinta de S. Gil. Esta capela não é mencionada pelos Visitadores em 1538, pelo que a mesma poderá não ter funcionado como edifício público, podendo ter sido apenas um espaço no solar onde por vezes era celebrada a missa, pós embora tenha sido sede de vários vínculos. Da capela de São Gil nada resta.

OBSERVAÇÕES: EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.2.3.8 CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO

ARQUITECTURA RELIGIOSA

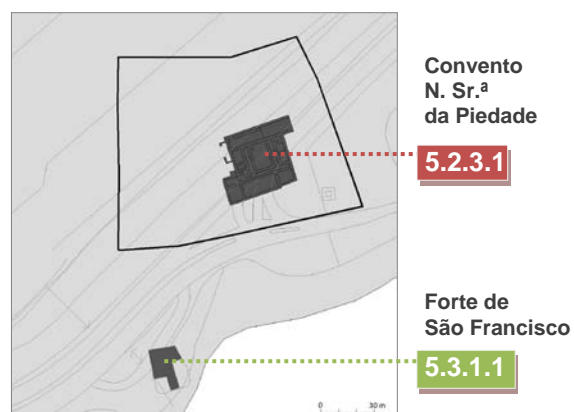
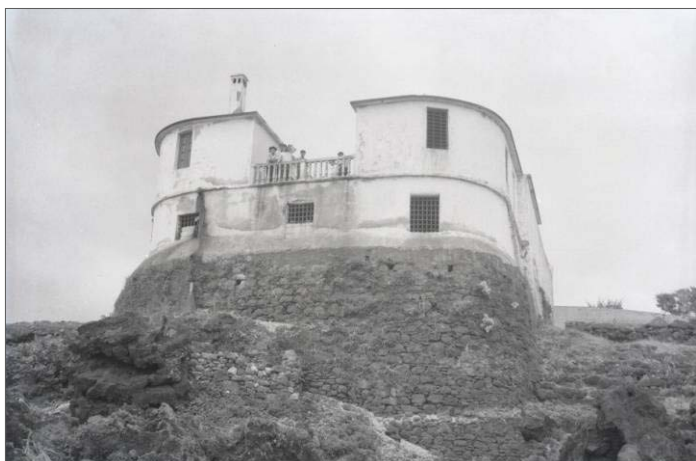
SANTA CRUZ, S.SEBASTIÃO

DESCRIÇÃO: A Capela de São Sebastião foi edificada pelo povo, na segunda metade do século XV, e situava-se um pouco além da Capela de Santo Amaro, junto ao ribeiro, também designado pelo mesmo nome. Foi nesta capela instituída a confraria em honra de São Sebastião, uma das mais antigas da freguesia.

A festa dedicada ao Santo realizava-se todos os anos em Janeiro. Quando a capela caiu em ruínas nos princípios do século XVIII, o Santo passou a ser venerado na Igreja Matriz. A designação do sítio de São Sebastião persiste até hoje.

OBSERVAÇÕES: LOCALIZAÇÃO INCERTA / EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.3.1.1 FORTE SÃO FRANCISCO



ARQUITECTURA MILITAR

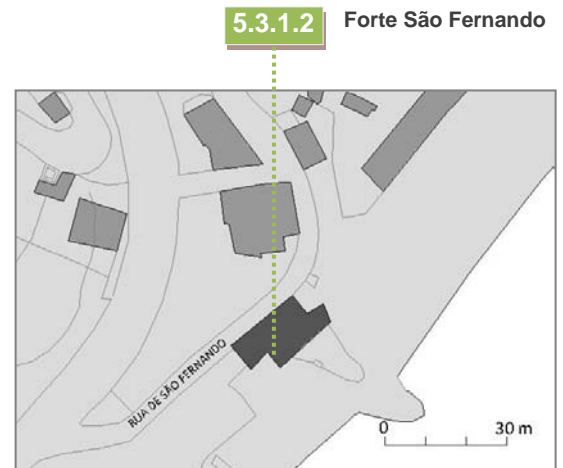
SANTA CRUZ

DESCRIÇÃO: Este forte situava-se na parte nascente de Santa Cruz, junto ao cais e ao caminho de ligação entre Santa Cruz e Machico nas imediações do Convento de Nossa Senhora da Piedade. Faz parte da linha de defesa assinalada nas Plantas do Eng. Paulo dias de Almeida. Funcionou desde 1932 como Cadeia da Comarca de Santa Cruz. A Cadeias da Comarca de Santa Cruz assim como as da Ponta de Sol e São Vicente foram extintas pela portaria n.º 167/75 de 7 Março. O forte foi demolido quando das obras de ampliação do aeroporto em 1961.

FUNÇÃO INICIAL: FORTE / CADEIA

OBSERVAÇÕES: EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.3.1.2 FORTE DE SÃO FERNANDO / FORTE DE SÃO LÁZARO DE SANTA CRUZ



ARQUITECTURA MILITAR

SANTA CRUZ, SÃO FERNANDO

DESCRIÇÃO: Situa-se a poente da baía de Santa Cruz, na rua que possui o mesmo nome. A antiga vigia está muito bem situada relativamente à baía de Santa Cruz e na linha da costa. Foi mais tarde reconstruída como pequeno forte. É um edifício de planta triangular, *“com uma planimetria pouco comum em triângulo irregular com ângulo virado para o mar arredondado”*⁷⁵. Esta construção vem assinalada na planta de 1805-20 do Eng. Paulo Dias de Almeida. Segundo as Fichas de Inventário, a denominação de São Fernando indica uma antiga capela existente na área, que deu nome ao sítio e que em 1820 já não existia. Actualmente é propriedade do Estado.

OBSERVAÇÕES: Fonte: DGEMN, fichas de Inventário da DGEMN, elaborada por Rui Carita 2000

Informação mais detalhada: http://www.monumentos.pt/Monumentos/forms/002_B1.aspx

[consult. 21 Jul. 2008]

⁷⁵ CARITA, Rui, Fichas de Inventário da DGEMN, 2000, Fonte: DGEMN

5.4.1. SOLAR DA CALÇADA



5.4.1. Solar da Calçada



ARQUITECTURA CIVIL

SANTA CRUZ, RUA DA CALÇADA, SOLAR DE S. GIL

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XIX, 1892

DESCRIÇÃO: (ver capela de Nossa senhora da Conceição)

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RAZOÁVEL

FUNÇÃO INICIAL: Capela e Solar

FUNÇÃO ACTUAL: Capela e Solar

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: Solar onde se insere a capela precisa de obras

5.4.2. SOLAR DO BOM JESUS OU E GIL EANNES



ARQUITECTURA CIVIL

SANTA CRUZ, RUA DO BOM JESUS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XVIII / XIX (?)

DESCRIÇÃO: As plantas mais antigas da cidade, da Autoria de Paulo Dias de Almeida (datadas de 1805-1827), onde os edifícios mais importantes são assinalados a vermelho, já fazem referência à sua existência. É um edifício com uma fachada decomposição linear com uma torre, com janelas de guilhotina, com rótulas de cantaria negra nas janelas e portas⁷⁶. Está prevista uma intervenção neste edifício, passando pela transformação do Solar em unidade hoteleira.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: MAU

FUNÇÃO INICIAL: Solar e capela (?)

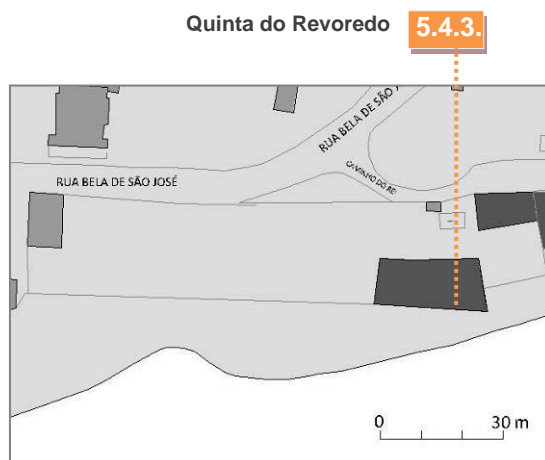
FUNÇÃO ACTUAL: Solar

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: Solar encontra-se em mau estado e a precisar de obras

⁷⁶ ARCHAIS, *Giro pelo Património Edificado de Santa Cruz*, Roteiro Juvenil, 2ª edição, Grafimadeira, Santa Cruz, Abril 2002, p.8

5.4.3. QUINTA DO REVOREDO



ARQUITECTURA CIVIL

SANTA CRUZ, RUA BELA DE SÃO JOSÉ

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XIX, 1840 (?)

DESCRIÇÃO: A Quinta foi edificada por Alfred Blandy, em meados do século XIX, com a data provável de construção 1840. O seu nome, *Quinta do Revoredo*, deve-se ao facto de existirem nos seus jardins um número considerável de árvores, o que ainda hoje é constatável. A última proprietária da casa pertencente à família Blandy, foi Elisa Grahbem Cáster. Actualmente, a propriedade é composta por três edifícios: a casa mãe, e onde funciona a Casa da Cultura de Santa Cruz, a Biblioteca Municipal, e a Casa da Banda Municipal. Da propriedade fazia ainda parte uma outra casa, a do caseiro, na parte Oeste do terreno, individualizada do restante prédio, com a compra do prédio por parte do Município de Santa Cruz. Existiria também junto a esta, uma construção destinada a garagem para automóveis, a qual é perceptível na Planta Cadastral datada de 1952.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

FUNÇÃO INICIAL: Casa de férias

FUNÇÃO ACTUAL: Casa da Cultura do Município de Santa Cruz

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: A recuperação dos edifícios existentes (Casa da Cultura e Biblioteca Municipal) deu-se entre os anos de 1989 e 1991, após a aquisição do espaço da Quinta em 1988 pelo Município de Santa Cruz. A construção da Casa da Banda Municipal foi realizada em 1998/99 e localizou-se no sítio onde existia o antigo Poço para rega dos jardins e pomares da quinta.

5.4.4. QUINTA GRANT (ESCUNA)



ARQUITECTURA CIVIL

SANTA CRUZ, RUA BOM JESUS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XIX, 1840 (?)

DESCRIÇÃO: Construída por Willian Grant em 1800. Fica situada junto à actual Estrada 25 Junho (anterior estrada nacional 101). A quinta ocupava todo o quarteirão desde o Edifício da Misericórdia até ao Solar de Gil Eanes, limitada a poente pela Ribeira e a nascente pela Rua do Bom Jesus. Na planta da Costa do Caniço de 1805-27 da autoria de Paulo Dias de Almeida, é notória a existência de um corredor de árvores junto à ribeira, desde a Rua do Calhau passando pelo actual Jardim Municipal e que se prolonga até ao Solar de Gil Eanes. Actualmente esta leitura não é clara, e após observação do local, denota-se vestígios do que poderá ter sido a marcação da entrada da quinta, pós embora a sua localização nos pareça ligeiramente afastada do muro da ribeira. A edificação que é assinalada nesta planta é o edifício, onde funcionava a antiga Escola Primária, pelo que a moradia actualmente identificada como Quinta “Escuna”, junto à antiga Estrada Regional, é provavelmente de uma época posterior, provavelmente já do século XX. Em 1821, é solicitado pelo proprietário autorização para reforçar e continuar a construção dos muros da ribeira. A quinta foi vendida a Herculano Augusto Alves e posteriormente ao Sr. Escuna.

5.4.4. Quinta “Grant”

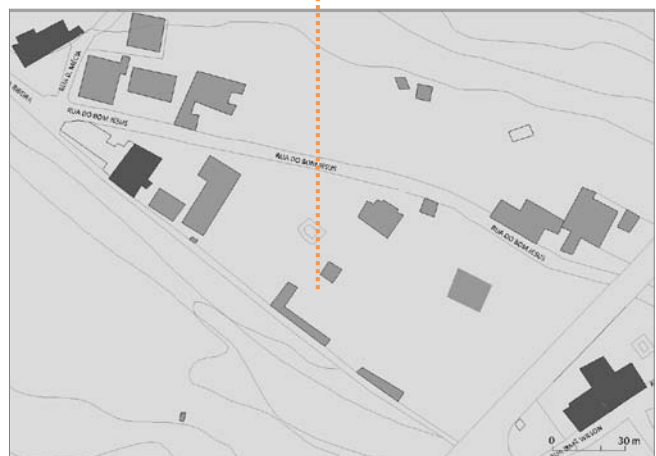
ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

FUNÇÃO INICIAL: Habitação

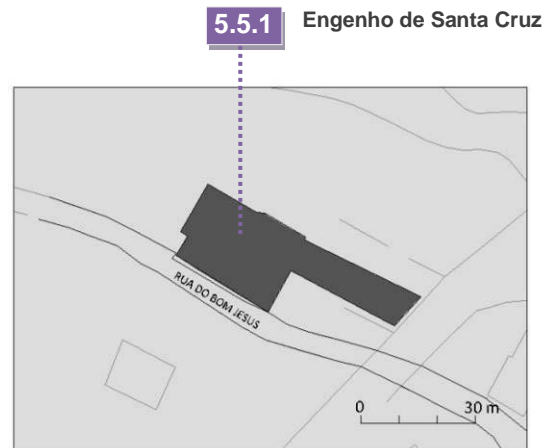
FUNÇÃO ACTUAL: Escola Primária / Habitação

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: A propriedade tem vindo a ser sucessivamente parcelada.



5.5.1. ENGENHO DE SANTA CRUZ



ARQUITECTURA INDUSTRIAL

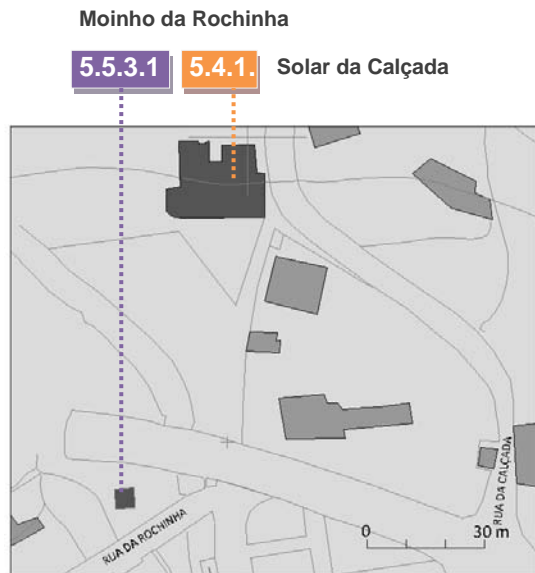
SANTA CRUZ, RUA BOM JESUS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XVIII / XIX (?)

DESCRIÇÃO: O Engenho de cana-de-açúcar situava-se na Rua do Bom Jesus, logo a seguir à Igreja Matriz, onde hoje, se situa o Hotel de Santa Cruz. Esta construção já vem referenciada nas plantas de Paulo Dias de Almeida. O Engenho funcionou até finais dos anos 50. O edifício caiu em ruínas, sendo construído no mesmo local um hotel, em 1996. O interior deste edifício ainda preserva a chaminé do engenho.

OBSERVAÇÕES: EDIFÍCIO INEXISTENTE

5.5.3.1 MOINHO DA ROCHINHA



ARQUITECTURA INDUSTRIAL

SANTA CRUZ, RUA DA ROCHINHA

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XX

CONTEXTO HISTÓRICO: A sua construção deve-se a Antão Alvares de Carvalho e data do início do povoamento de Santa Cruz, cerca de 1500. Constitui um dos moinhos mais antigos de Santa Cruz, apesar da actual construção ser do início do século XX. Está integrado na propriedade do Solar da Calçada de São Gil (ver Capela de Nossa Senhora da Conceição).

DESCRIÇÃO: O moinho é uma construção simples, de duas águas em telha romana. Possui uma janela característica em cantaria vermelha. Destaca-se o cubo quadrangular de aspecto robusto, mas não muito alto. Este moinho é servido pela Levada dos Moinhos, passando pelo Rochedo do Massapês.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

FUNÇÃO INICIAL: Moinho

FUNÇÃO ACTUAL: Moinho

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES:

5.5.3.2 MOINHO DO ENTRUDO



Moinho do Entrudo

5.5.3.2



ARQUITECTURA INDUSTRIAL

SANTA CRUZ, CAMINHO D. MÉCIA

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XX

DESCRIÇÃO: É um edifício muito bem conservado, com uma cobertura de duas águas, com a porta e janela em cantaria. A porta e janela encontram-se voltadas a sul, em direcção à Praça. O moinho é servido por um terreiro em calhau rolado. O cubo possui cerca de 10m de altura, todo em pedra aparelhada e argamassa.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM

FUNÇÃO INICIAL: Moinho

FUNÇÃO ACTUAL: Moinho

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES:

5.5.3.3 MOINHO DO BOM JESUS



ARQUITECTURA INDUSTRIAL

SANTA CRUZ, RUA BOM JESUS

ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO: SEC. XX

DESCRIÇÃO: Foi mandado construir pelo Dr. Joaquim Vasconcelos de Gouveia, no início do século XX. É uma construção semelhante ao Moinho do Entrudo, no entanto possui um cubo quadrangular em muralha de basalto.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RAZOÁVEL (?)

FUNÇÃO INICIAL: Moinho

FUNÇÃO ACTUAL: Moinho (?)

PROTECÇÃO: Inexistente

OBSERVAÇÕES: Com as obras efectuadas nas imediações (construção da Via Rápida nos anos 90 e do Hotel de Santa Cruz) surgem-nos dúvidas se este moinho possui caudal de água suficiente que permita o seu funcionamento.

5.6.1 PRAÇA JOÃO DE FREITAS



ESPAÇO PÚBLICO

SANTA CRUZ, PRAÇA JOÃO DE FREITAS

DESCRIÇÃO: A definição de praça é bastante ampla, no entanto poderia se dizer num contexto mais lato, que praça é um qualquer espaço público livre de edificações e que seja propenso, à convivência e recreação. O sentido de praça pode variar de população para população, de acordo com a cultura de cada lugar. Este tipo de espaço está associado aos espaços destinados a estar. Em Santa Cruz foi designado ao longo do tempo como Passeio Público. Em Santa Cruz a Praça João de Freitas tem aliado a este conceito uma particularidade que caracteriza as praças manuelinas: reunia em seu repór, os principais poderes organizacionais de uma sociedade: o Religioso (a Igreja Matriz), o Político (Paços do Concelho) e a Justiça (Pelourinho, entretanto desmantelado em 1835). O edifício da Misericórdia (então Hospital) e o edifício da Alfândega⁷⁷ compoñham a edificação mais próxima da Praça.

OBSERVAÇÕES: A Praça João de Freitas é limitada a sul por um eixo principal (a ligação de entre Santa Cruz e o Funchal e Machico) e pelo Edifício da Câmara; a norte pela Igreja, e lateralmente, por duas ruas fundamentais na estrutura da cidade, a Rua da Amargura, actual Rua Conselheiro Luís Branco, Jardim Municipal e a Rua Direita (Rua Cónego César Alfredo D' Oliveira).

⁷⁷FREITAS, Lourenço, *A Alfândega de Santa Cruz*, Origens - Revista Cultural, Edição Casa da Cultura de Santa Cruz, Santa Cruz, Junho 2004.

5.6.2 JARDIM MUNICIPAL



ESPAÇO PÚBLICO

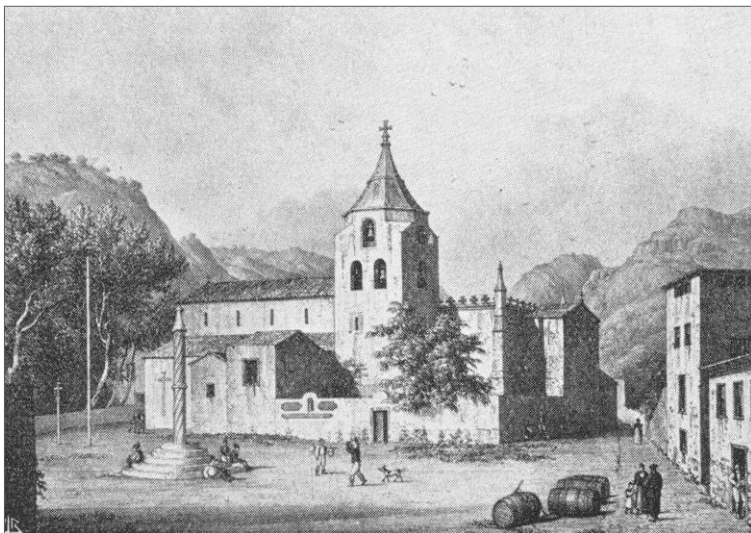
SANTA CRUZ, PRAÇA JOÃO DE FREITAS

DESCRIÇÃO: O Jardim Municipal ocupa o espaço a Poente da Praça João de Freitas. De acordo com o Padre Manuel Ferreira Pio⁷⁸ *“Este bellissimo e poético jardim esteve desde 1833 a 1851 coberto apenas de plátanos”*.nO jardim começou a ser arranjado em 1833. Em 1837, terá se procedido ao calcetamento e aumento do Largo dos plátanos ao longo da Igreja. Nos anos 60, foram realizadas algumas obras de beneficiação e a construção de instalações sanitárias na zona poente do jardim, que ainda hoje se mantêm. Em algumas fotografias mais antigas, é possível constatar que a cota do jardim foi ligeiramente elevada, e que hoje, o Jardim e a Praça constituem indubitavelmente dois espaços fisicamente separados.

OBSERVAÇÕES:

⁷⁸ PIO, Manuel Ferreira, *Santa Cruz da Ilha da Madeira*, Funchal, o Liberal, 1967.

5.6.3 PELOURINHO



ESPAÇO PÚBLICO

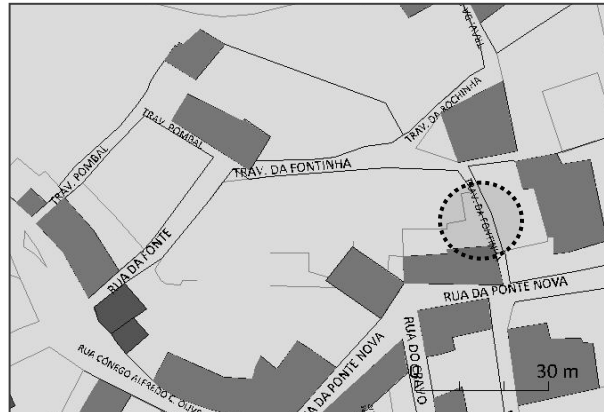
SANTA CRUZ, PRAÇA JOÃO DE FREITAS

DESCRIÇÃO: Característico das praças manuelinas, o pelourinho é o símbolo da Justiça que determinava a trilogia “Deus, homens livres e Justiça”. A jurisdição e autonomia do concelho eram simbolizadas pelos pelourinhos ou picotas. Em Santa Cruz, o pelourinho data do reinado do Rei D. Manuel I, e a semelhança de tantos outros no País, foi derrubado em Dezembro de 1835, por decisão camarária na época da Revolução Liberal. A gravura de James Bulwer, editada em Londres em 1827, dá-nos a noção do que era o Pelourinho de Santa Cruz.



OBSERVAÇÕES: O actual cruzeiro existente na Praça João de Freitas foi colocado no século XIX, sensivelmente no mesmo sítio onde estaria implantado o pelourinho.

5.6.4 FONTE PÚBLICA



ESPAÇO PÚBLICO

SANTA CRUZ, RUA DA FONTINHA

DESCRIÇÃO: existem sucessivas referências nas actas da vereação relativamente a obras de manutenção e conservação. Actualmente passa quase despercebida e perdeu, assim como a maioria das fontes, a importância e o carácter utilitário que disponha noutros tempos.

ESTADO DE CONSERVAÇÃO: RAZOÁVEL (?)

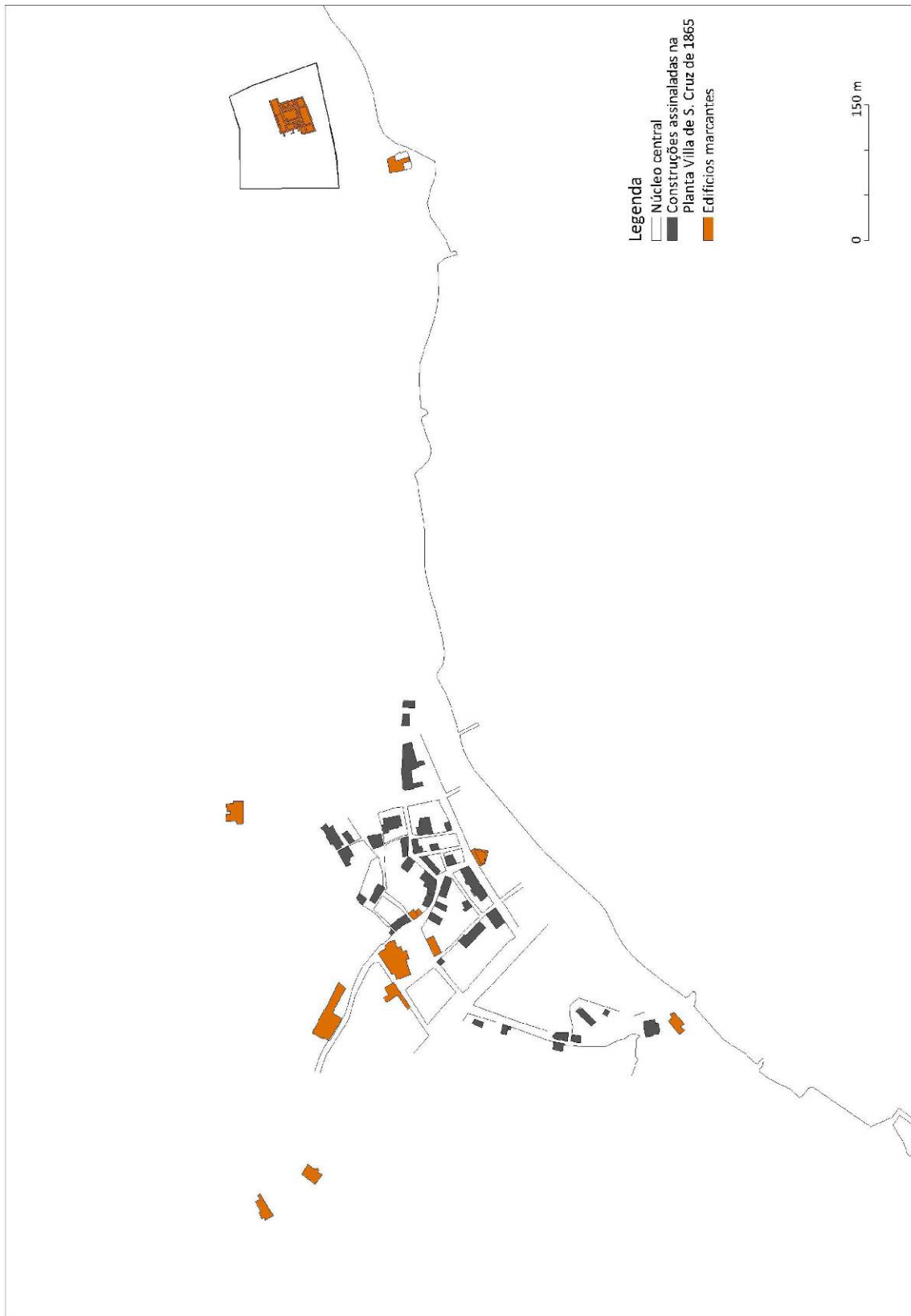
FUNÇÃO INICIAL: Fonte

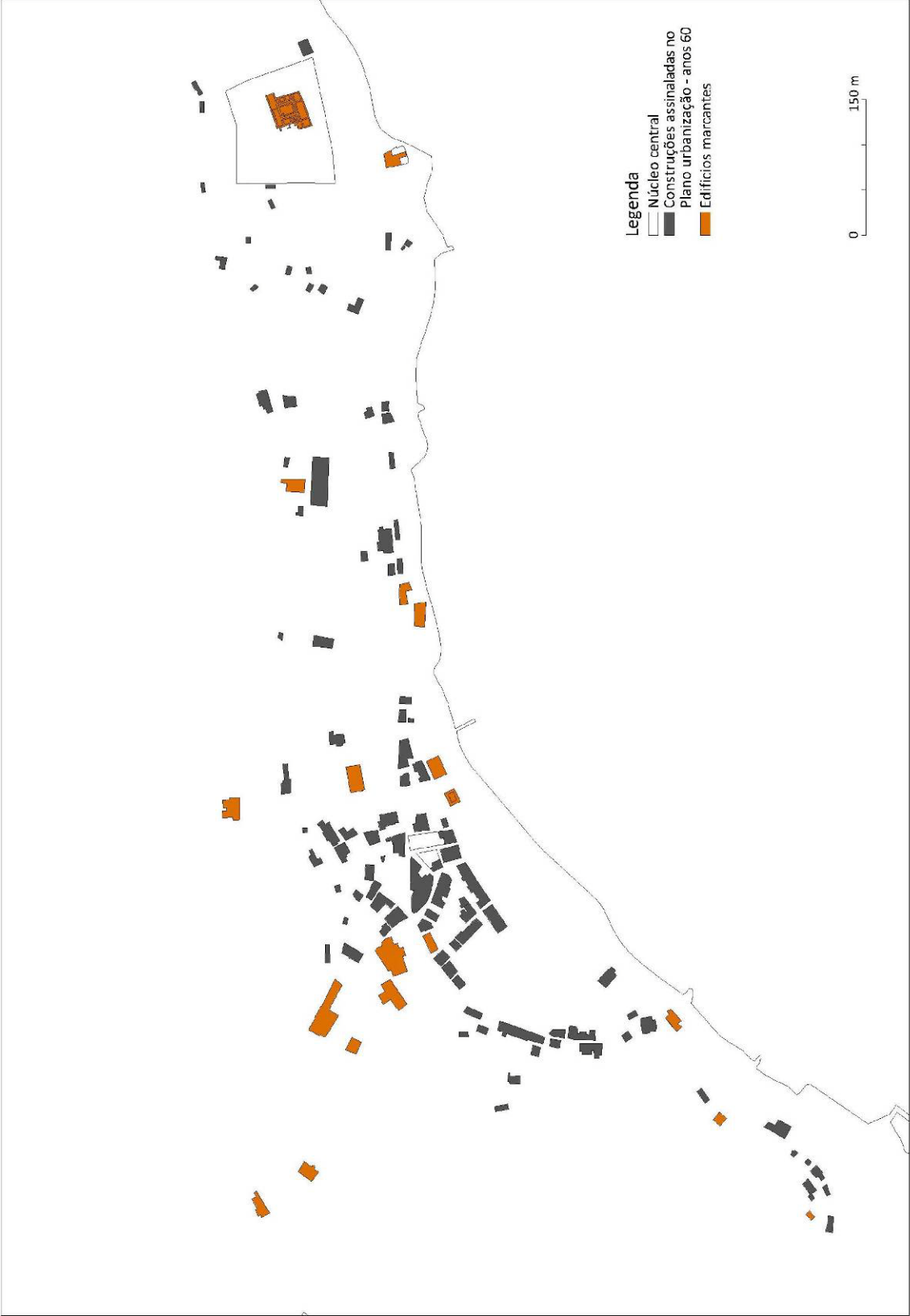
FUNÇÃO ACTUAL: Fonte

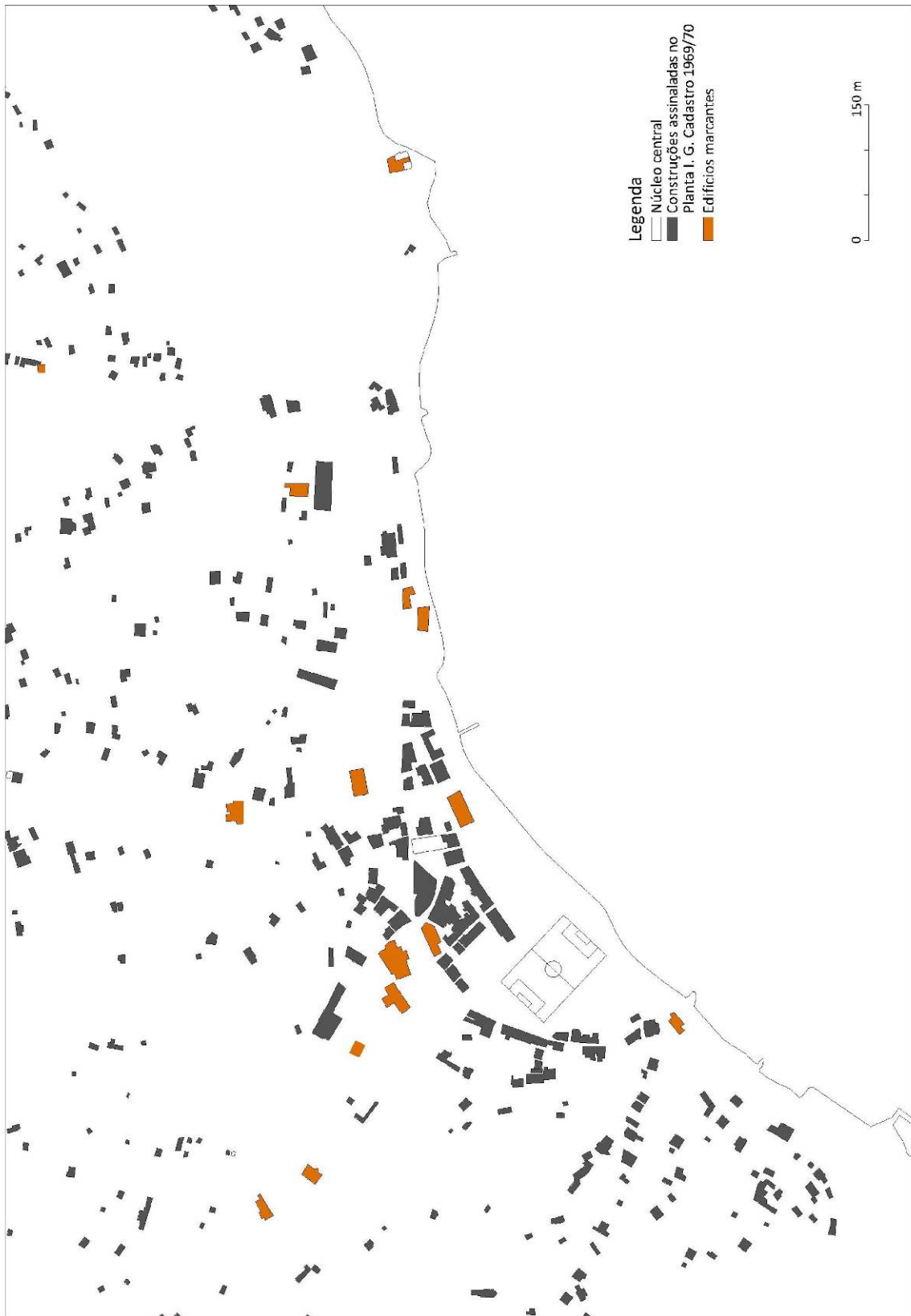
PROTECÇÃO: Inexistente

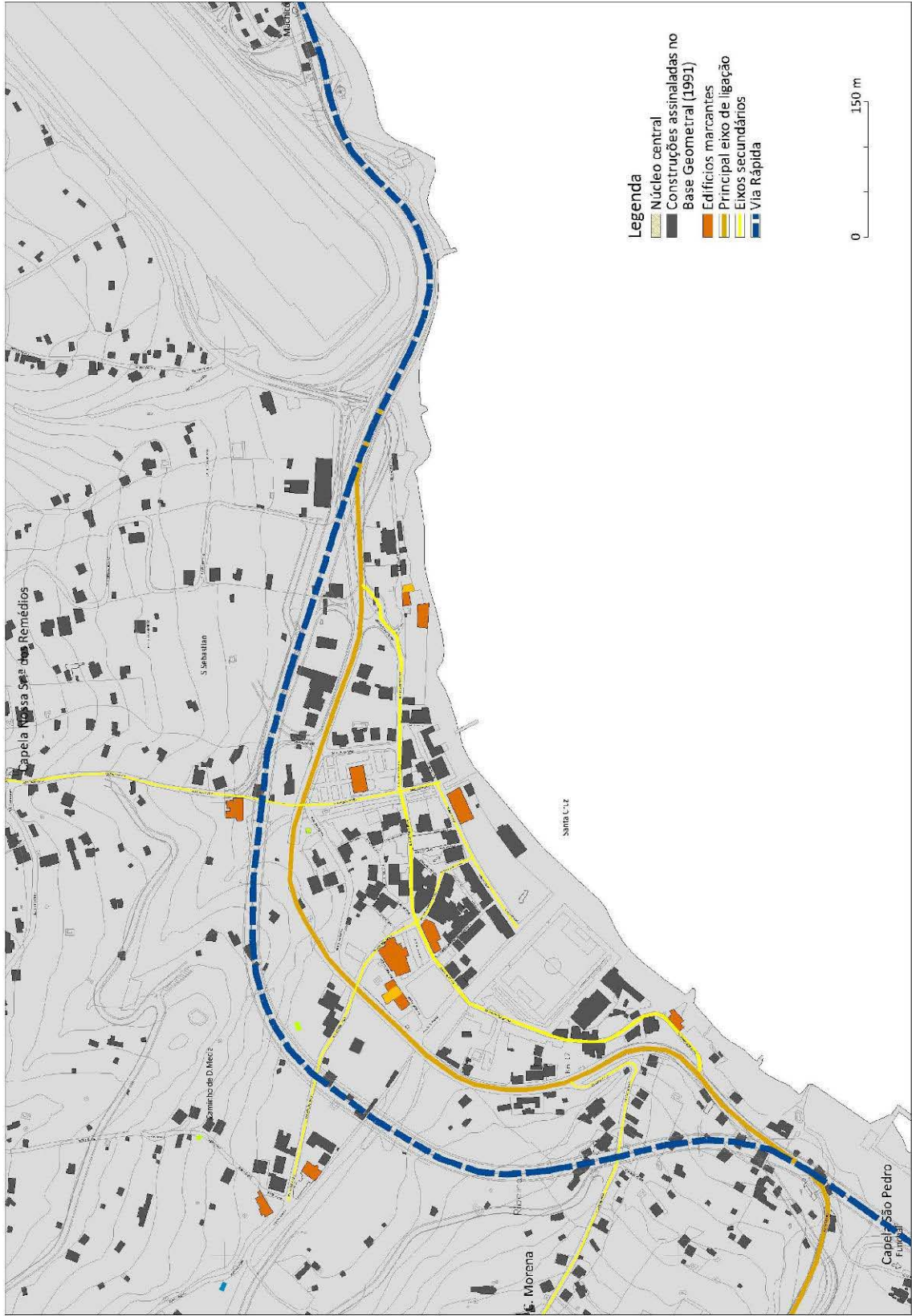
OBSERVAÇÕES:

APÊNDICES PLANTAS DA CIDADE DE SANTA CRUZ









ANEXOS

ANEXO 1 - Legislação Internacional

Cartas adoptadas pela Assembleia Geral do ICOMOS

- 1964 Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios (Carta de Veneza)
- 1982 Carta de Florença, sobre jardins históricos
- 1987 Carta de Toledo, Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas (Washington, 1987)
- 1990 Carta Internacional para a Gestão do Património Arqueológico (Lausanne)
- 1999 Carta do Turismo Cultural (México)
- 1999 Carta da Arquitectura Popular (México)
- 2000 Carta de Cracóvia, sobre conservação de património construído

Resoluções e Declarações de Simpósios do ICOMOS

- 1967 Normas de Quito (Relatório Final da Reunião sobre a Preservação e Utilização dos Monumentos e Sítios de Valor Artístico e Histórico, Quito)
- 1972 Resoluções do Simpósio sobre a integração da Arquitectura Contemporânea em Conjuntos Históricos
- 1975 Resolução sobre a conservação de pequenas cidades históricas
- 1982 Declaração de Tlaxcala sobre a revitalização de pequenos aglomerados
- 1982 Declaração de Dresden
- 1983 Declaração de Roma
- 1993 Guião para a Educação e Formação na Conservação de Monumentos, Conjuntos e Sítios
- 1994 Documento Nara sobre a Autenticidade
- 1996 Declaração de San António no simpósio Americano sobre Autenticidade na Conservação e Gestão do Património Cultural

Cartas produzidas pelos Comitês Nacionais do ICOMOS

- 1979 Carta para a Conservação de Lugares de Significado Cultural (*Carta de Burra*) (ICOMOS Austrália)
- 1987 Primeiro Seminário Brasileiro sobre Preservação e Revitalização dos Centros Históricos (ICOMOS Brasil)

Outras Normas Internacionais

- 1931 Carta de Atenas do Restauro (1º Congresso Internacional de arquitectos e técnicos de monumentos históricos)
- 1954 Convenção para a protecção do Património Cultural no caso de conflito armado (UNESCO, Haia)
- 1962 Recomendação relativa à Salvaguarda da Beleza e Carácter das Paisagens e Sítios (UNESCO, Paris)
- 1972 Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO, Paris)
- 1975 Declaração de Amesterdão (*Congresso sobre o Património Arquitectónico Europeu*)
- 1975 Carta Europeia do Património Arquitectónico (*Conselho da Europa*)
- 1976 Recomendação relativa à salvaguarda e papel contemporâneo das áreas históricas (Recomendação de Nairobi, UNESCO)
- 1992 Carta Urbana Europeia (Estrasburgo)
- 1994 Carta da Sustentabilidade das Cidades Europeias (Carta de Aalborg)
- 1998 Normas do Conselho Europeu de Urbanistas para o planeamento de cidades (Nova Carta de Atenas 1998)
- 2003 Nova Carta de Atenas (Lisboa, 2003)

Fonte: catarina teles ferreira camarinhas, http://home.fa.utl.pt/~camarinhas/3_leituras.htm
[consult.21 Julho 2008]

ANEXO 2 - Zona Especial Protecção



Anexo 2 - Zona Especial de Protecção
(ZEP, DG154 de 5 de Julho de 1946)

21-7-1962

A visita presidencial à Madeira



No Miradouro do Pináculo, pouco antes do regresso ao Funchal.

adentou a República. A presença do sr. Almirante Américo Thomaz na sede do conselho foi assinalada com o estralado festivo de foguetes.

Através da rua principal da vila, engalanhada com decorações de agradável efeito, o Estado dirigiu-se ao largo fronteiro à Câmara Municipal, onde recebeu os cumprimentos do presidente da Câmara em exercício, sr. Luis Nunes Vieira e pela vereança.

O sr. Almirante Américo Thomaz, acompanhado da sua comitiva, dirigiu-se depois para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.



Aspecto da recepção na vila de Machico.

Entrada do bairro de pescadores de Machico, o sr. Almirante Américo Thomaz foi recebido pelo sr. Conde de Moura da Fonseca, Presidente da Casa dos Pescadores do Funchal, Eng. Fernando Melles, chefe dos Serviços Marítimos da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos, Eng. Serafim, director da Junta Autónoma das Portas do Arquipélago da Madeira, Eng. Correia Neves, vice-presidente da Comissão Distrital de Assistência, Adolfo Almeida e Silva, chefe do Serviço de Barragem da Junta Central da Casa dos Pescadores e outras entidades.

A chegada do cortejo presidencial, a multidão que ali se juntava, na maioria famílias de pescadores, levantou vivos aplausos ao Chefe do Estado.

Enquanto o povo continuava com entusiasmo a seguir vivas e a dispensar calorosa recepção, o sr. Almirante Américo Thomaz, juntamente com o extenso tapete de musgo e flores e passando sob os cumprimentos dos pescadores, dirigiu-se ao arco de buxo sob o qual repousa a fita simbólica da inauguração. Requiriu-se a guia e detonação dos morteiros, a Bandeira de Machico tocou os primeiros acordes do Hino Nacional.

Desde aí até à porta central do bairro, o Chefe do Estado seguiu por sobre as ruas empedradas pelos pescadores e sempre debaixo de uma verdadeira chuva de flores.

A sãndação do Presidente da Casa dos Pescadores do Funchal

A chegada à praça, e depois de D. Frei David de Sousa ter proferido à lãngua do bairro, o sr. Capitão de Fragata Moura da Fonseca, presidente da Casa dos Pescadores do Funchal, dirigiu ao Chefe do Estado as seguintes palavras de saudade:

Senhor Presidente

Muitos foram os que empenharam nesta obra entusiasmada e boaz vontade, mas queremos os favores da sorte, que me coube a mim, actualmente dirigido a Casa dos Pescadores do Funchal, a honra e o grato privilégio de estar presente neste momento, para exprimir a V. Excia., Senhor Presidente, os meus sentimentos de boas-vindas.

Vai V. Excia. inaugurar o primeiro bairro da Madeira, edificadamente destinado à classe piscatória, e também o Centro Social neste engalanhado e completado em seu conjunto e fãa. Mais uma obra de Assistência Social aos Pescadores que a Junta Central das Casas dos Pescadores, da direcção do sr. Almirante Américo Thomaz, vem realizando em todo o país.

São 50 casas, os segun 50 famílias de recursos modestos, aliã que bem dura seja a sua luta pela vida, que vai poder digno de lar decente e ambiente proprio a uma sãndade formada moral e físicamente.

A presença de V. Excia. neste acto, representa, para os pescadores da Madeira, a certeza de que não são esquecidos os seus justos

interesses e aspirações; para os que contribuíram directa ou indirectamente na construção deste bairro, ganhando compensação; e para os que detêm o encargo de continuar, precioso estãndio.

É um trabalho quanta dedicacão e carinho tem V. Excia. por todos os empreendimentos que possam contribuir para o bem estar do povo português e a muito mais altamente tipicadas dos grandes paquetes.

Fazem maior para nos sentir orgulhosos e felizes nesta occasião de justicada alegria.

Em meu nome pessoal e dos pescadores da Madeira e suas famílias, Muito Obrigado Senhor Presidente.

As entidades oficiais presentes e a multidão que amolava o recinto aplaudiram demoradamente o oracão.

O discurso do sr. Ministro da Marinha

Passou seguidamente o sr. Almirante Fernando Quintanilha de Mendonça Dias, Ilustre Ministro da Marinha, que afirmou:

Embora esta cerimonia não estivesse marcada no programa inicial, fui informado pelo sr. Capitão do Porto de que seria pedido a V. Excia. a honra de inaugurar este bairro para o pescador.

É esta, um acontecimento feliz nesta visita tripartida que V. Excia. está realizando nesta Ilha de Machico e do encantamento, que o mar e a terra se abraçam numa harmonia perfeita, numa extraordinária e maravilhosa simfonia de cor e de luz.

Senhor Presidente: Gostaria profundamente quanto às casas a V. Excia. teria a honra de ser realizado, os auspícios que se realizam, para que os seus astrosos formos, por que representam riqueza, bem-estar, paz e progresso, chamamos das forças criadoras da Nação. Mas antes de tudo, talvez, o mais importante neste momento, para exprimir a V. Excia., Senhor Presidente, os meus sentimentos de boas-vindas.

Vai V. Excia. inaugurar o primeiro bairro da Madeira, edificadamente destinado à classe piscatória, e também o Centro Social neste engalanhado e completado em seu conjunto e fãa. Mais uma obra de Assistência Social aos Pescadores que a Junta Central das Casas dos Pescadores, da direcção do sr. Almirante Américo Thomaz, vem realizando em todo o país.

São 50 casas, os segun 50 famílias de recursos modestos, aliã que bem dura seja a sua luta pela vida, que vai poder digno de lar decente e ambiente proprio a uma sãndade formada moral e físicamente.

A presença de V. Excia. neste acto, representa, para os pescadores da Madeira, a certeza de que não são esquecidos os seus justos

A inauguração do Mercado de Santa Cruz

O Chefe do Estado saiu do carro em frente dos Paços do Concelho de Santa Cruz precisamente às três horas, sob uma chuva de flores e papéis encarnados e verdes de agradáveis papéis e brãndos.

Uma salva de morteiros associada a sua entrada na vila e a Bandeira Nacional.

Era aguardado pelo presidente do Município, sr. Dr. João Millão Rodrigues, e os vereadores e Juiz da Comarca, sr. Dr. Armando Torres Paulo, Delegado do Procurador da República, sr. Dr. Martinho de Vigiãria da freguesia.

Depois de uma esposa de presidente da Câmara, e outras entidades lhe terem oferecido flores, o Chefe do Estado seguiu para o Mercado, acompanhado pela população e pelo Vereador da Camacha, em representação da sua freguesia.

Vianças lindíssimas detidas com laudáveis e todo o percurso estava enfeitado com flores e decorações das bandeiras.

A chegada ao Mercado, um cortejo da Câmara abriu os portões e o Chefe do Estado procedeu à inauguração, cantando a sua comitiva a canção de sua freguesia.

Uma taçarra que lhe foi oferecida, numa bandeja de prata, pela mesa Maria Zita Matos.

No arco da entrada foi colocada uma placa com a inscrição inaugurada pelo Chefe do Estado o Mercado Municipal de Santa Cruz em 29/7/1962.

Para a visita às instalações do Mercado, que são primorosas, o presidente da Câmara apresentou ao Chefe do Estado o autor do projecto, arquitecto Luiz da Con-

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

A inauguração do Mercado de Santa Cruz

O Chefe do Estado saiu do carro em frente dos Paços do Concelho de Santa Cruz precisamente às três horas, sob uma chuva de flores e papéis encarnados e verdes de agradáveis papéis e brãndos.

Uma salva de morteiros associada a sua entrada na vila e a Bandeira Nacional.

Era aguardado pelo presidente do Município, sr. Dr. João Millão Rodrigues, e os vereadores e Juiz da Comarca, sr. Dr. Armando Torres Paulo, Delegado do Procurador da República, sr. Dr. Martinho de Vigiãria da freguesia.

Depois de uma esposa de presidente da Câmara, e outras entidades lhe terem oferecido flores, o Chefe do Estado seguiu para o Mercado, acompanhado pela população e pelo Vereador da Camacha, em representação da sua freguesia.

Vianças lindíssimas detidas com laudáveis e todo o percurso estava enfeitado com flores e decorações das bandeiras.

A chegada ao Mercado, um cortejo da Câmara abriu os portões e o Chefe do Estado procedeu à inauguração, cantando a sua comitiva a canção de sua freguesia.

Uma taçarra que lhe foi oferecida, numa bandeja de prata, pela mesa Maria Zita Matos.

No arco da entrada foi colocada uma placa com a inscrição inaugurada pelo Chefe do Estado o Mercado Municipal de Santa Cruz em 29/7/1962.

Para a visita às instalações do Mercado, que são primorosas, o presidente da Câmara apresentou ao Chefe do Estado o autor do projecto, arquitecto Luiz da Con-

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

Os trabalhos do Chefe do Estado em Machico

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.



No Caniço, o Chefe do Estado recebe a oferta gentil de uma criança.

Após o almoço, o Chefe do Estado seguiu para o Miradouro de Francisco Álvares da Nóbrega (Camões Pequeno), onde se demorou alguns momentos admirando a magnífica paisagem da vila de Machico, de todo o vale, limitado pelas altas serranias que a envolvem, e da graciosa baía, voltada a lezíria do mar.

O Programa DE HOJE

Embarque no N. R. P. «Pe-ro Escobar», às 9.30 h., com destino à Ilha do Porto Santo, onde o Chefe do Estado desembarcará às 12 h.

Sessão de boas-vindas na Câmara Municipal.

Fim da visita ao Pico do Castelo e, em seguida, almoço no restaurante do Aeroporto, oferecido pelo T. A. P.

Sua Excia. o Ministro das Comunicações estará em Porto Santo durante a visita do Chefe do Estado.

Embarque para a Madeira às 16.30 horas.

Desembarque no Funchal cerca das 19 horas.

Jantar íntimo.

O Programa DE HOJE

Embarque no N. R. P. «Pe-ro Escobar», às 9.30 h., com destino à Ilha do Porto Santo, onde o Chefe do Estado desembarcará às 12 h.

Sessão de boas-vindas na Câmara Municipal.

Fim da visita ao Pico do Castelo e, em seguida, almoço no restaurante do Aeroporto, oferecido pelo T. A. P.

Sua Excia. o Ministro das Comunicações estará em Porto Santo durante a visita do Chefe do Estado.

Embarque para a Madeira às 16.30 horas.

Desembarque no Funchal cerca das 19 horas.

Jantar íntimo.

O Programa DE HOJE

Embarque no N. R. P. «Pe-ro Escobar», às 9.30 h., com destino à Ilha do Porto Santo, onde o Chefe do Estado desembarcará às 12 h.

Sessão de boas-vindas na Câmara Municipal.

Fim da visita ao Pico do Castelo e, em seguida, almoço no restaurante do Aeroporto, oferecido pelo T. A. P.

Sua Excia. o Ministro das Comunicações estará em Porto Santo durante a visita do Chefe do Estado.

Embarque para a Madeira às 16.30 horas.

Desembarque no Funchal cerca das 19 horas.

Jantar íntimo.

O Programa DE HOJE

Embarque no N. R. P. «Pe-ro Escobar», às 9.30 h., com destino à Ilha do Porto Santo, onde o Chefe do Estado desembarcará às 12 h.

Sessão de boas-vindas na Câmara Municipal.

Fim da visita ao Pico do Castelo e, em seguida, almoço no restaurante do Aeroporto, oferecido pelo T. A. P.

Sua Excia. o Ministro das Comunicações estará em Porto Santo durante a visita do Chefe do Estado.

Embarque para a Madeira às 16.30 horas.

Desembarque no Funchal cerca das 19 horas.

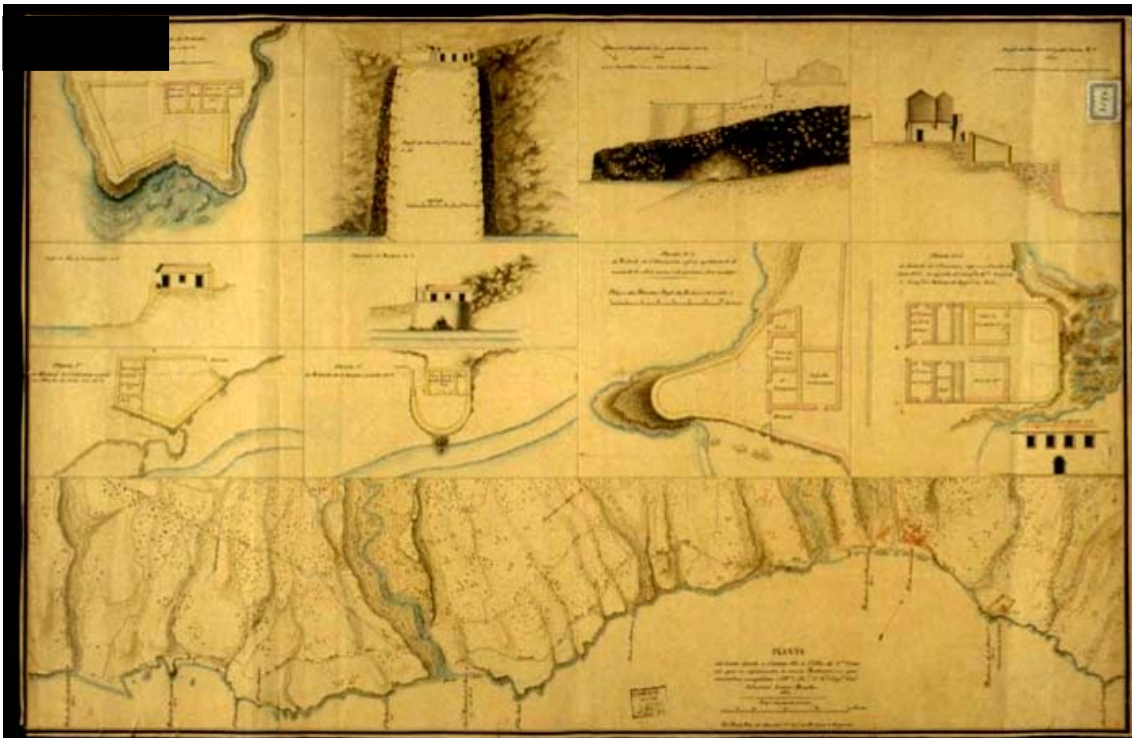
Jantar íntimo.

Aspecto da recepção na vila de Machico.

S. Exa. Revma. o Bispo do Funchal procedendo à Bênção do novo mercado de Santa Cruz.

O Chefe do Estado quis que o fotógrafo fixasse no clichê a imagem dos dois genios «vãos» que, à entrada de Santans, lhe entregaram a homenagem das suas flores.

ANEXO 4 - Cartografia



ALMEIDA, Paulo Dias de - Planta // da costa desde o caniço a the Villa de S.ta Cruz//em que se representa os novos Reductos e os que // mandou completar o Ill.mo e Ex. mo S.or G.or Cap.tan Gen.al //Sebastião Xavier Botelho //1820, Localização: Brasil, Descrição: 1 map: ms a cores s. papel;,58X89 cm, Escala: 400 braças = 102mm, Notas: assinala 5 fortes costeiros,
FONTE: Arquivo de Cartografia Urbana
<http://cartografiaurbana.ceurban.com/popimage.php?dbid=39®id=269&lang=default> [consult. 30 Agosto 2008]

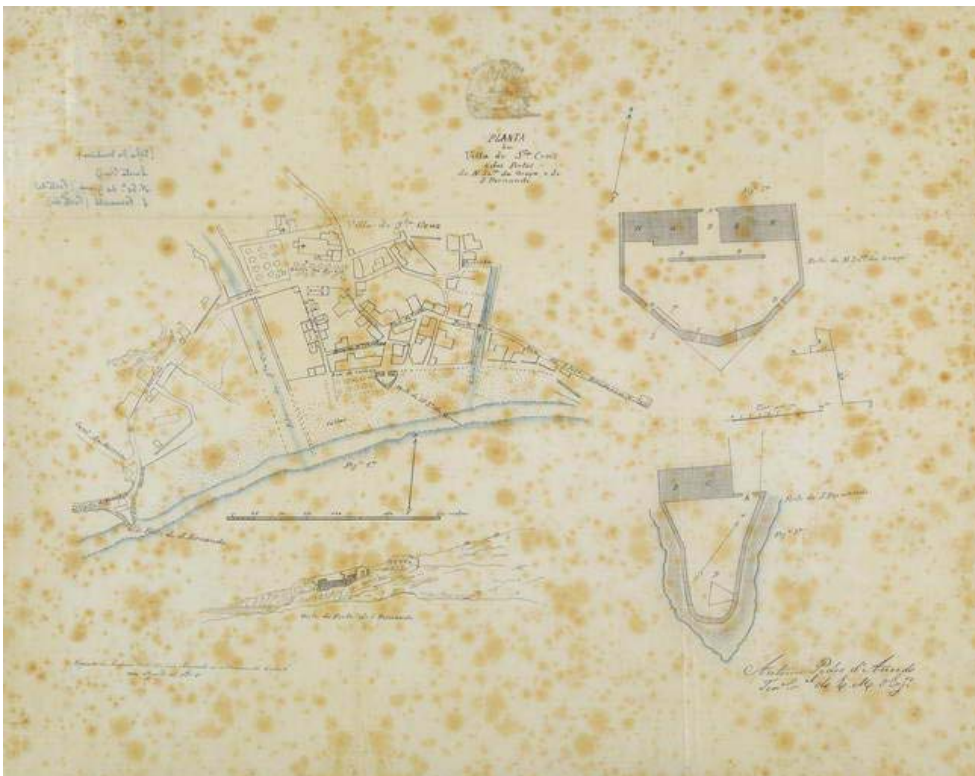


ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 – Planta da costa e villa de S.ta Cruz. - 1820. - 1 documento: ms., color.; 20 x 32 cm. - [Santa Cruz, Ilha da Madeira]: plantas dos reductos novos e dos que se achavão por completar e forão completos por ordem do Illm.º e Exm.º S.r G.or e Cap.m General Sebastião Xavier Botelho / por Paulo Dias de Almeida, T.e Cor.el Engenheiro; estampa 3ª)
FONTE: Exercito Português
http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=8025&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].



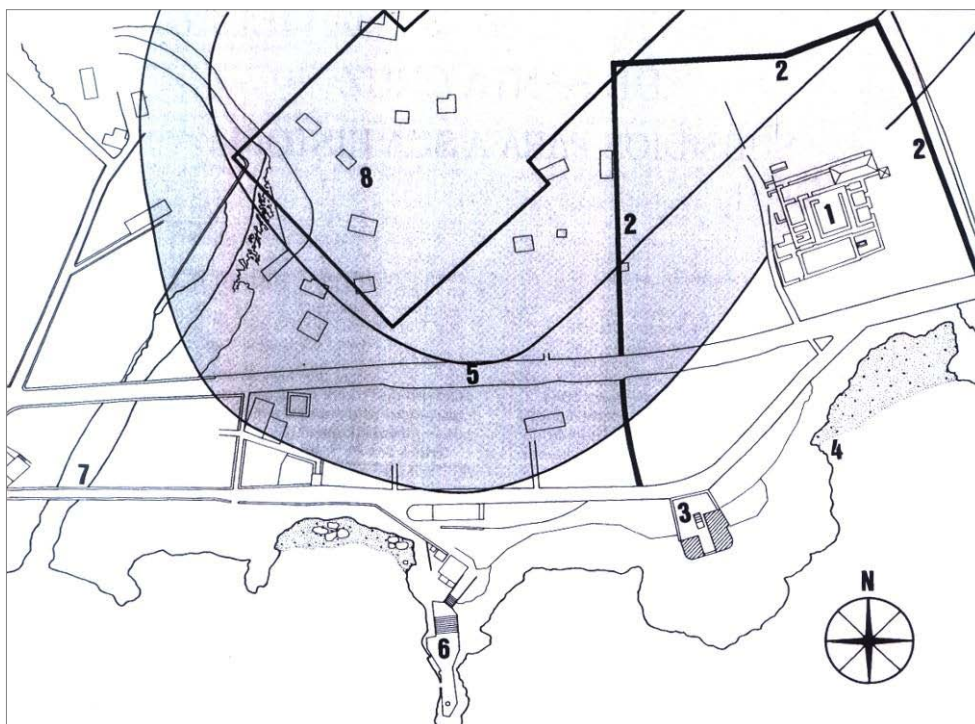
ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 – Planta da costa do Caniço / por Paulo Dias d'Almd.^a, T.e C.el Engenhr.^o. - 1820. - 1 documento: ms., color. ; 20 x 32 cm. - [Santa Cruz, Ilha da Madeira]: plantas dos reductos novos e dos que se achavão por completar e forão completos por ordem do Illm.^o e Exm.^o S.r G.or e Cap.m General Sebastião Xavier Botelho / por Paulo Dias de Almeida, T.e Cor.el Engenheiro; estampa 1^a, estampa 2^a)

http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=5400&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].



AZEVEDO, António Pedro de – Planta da Villa de S.ta Cruz e dos Fortes de N. Sn.ra da Graça e de S. Fernando [na Ilha da Madeira] / Antonio Pedro d'Azevedo Ten.te Cor.el do E. M. d'Eng.os ; copiado no Archivo Militar por Augusto de Mesquita Cabral em Agosto de 1865. - 1865. - 1 documento: ms., color.; 55 x 43 cm

http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=2313&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].



Planta do Convento de Nossa Senhora da Piedade e zona envolvente levantada pelo Dr. António Aragão, após as escavações realizadas em 1961. Sobre a mesma se implantou de forma aproximada o aeroporto de Santa Catarina antes das obras de ampliação. Desenho de Graça Silva a partir duma foto da colecção do Arquivo Regional da Madeira.



Anteplano de Urbanização da Vila de Santa Cruz – Inícios dos anos 60, Escala 1:1000

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE REFERÊNCIA:

ALMEIDA, Eduardo de Castro e – *Archivo de Marinha e Ultramar, Madeira e Porto Santo, 1820-1833*, Lisboa, Imprensa da Universidade, II volume, 1909.

CLODE, Luís Peter, *Registo Bio-Bibliográfico de Madeirenses Séc. XIX e XX*, Funchal, Caixa Económica do Funchal, 1983.

FREITAS, António Aragão de; DANTAS, Gilda, *Madeira, Investigação Bibliográfica*, 3 vol., Funchal, SRTC/DRAC, 1984.

FRUTUOSO, Gaspar, *As Saudades da Terra: História das Ilhas do Porto Santo, Madeira, Desertas e Selvagens*, Funchal, Tipografia Funchalense, 1873 (anotada por Álvaro Rodrigues de AZEVEDO).

NORONHA, Henrique Henriques de, *Memórias Seculares e Eclesiásticas para a Composição da História da Diocese do Funchal na Ilha da Madeira*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico / Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1996 [1722].

SILVA, Pe. Fernando Augusto da; MENESES, Carlos Azevedo de, *Elucidário Madeirense*, Funchal, SRTC / DRAC, 1984.

Bibliografia geral e específica:

AAVV, *A Arquitectura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitectos Portugueses, Lisboa, 1992.

AAVV – IAP XX, *Inquérito à arquitectura do século XX em Portugal*, Lisboa, Ordem dos arquitectos, Lisboa, 2006.

ARAGÃO, António (coord.), *A Madeira vista por Estrangeiros 1475-1700*, Funchal, Secretaria Regional da Educação e Cultura / Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1981.

ARCHAIS, *Giro pelo Património Edificado de Santa Cruz*, Roteiro Juvenil, 2ª edição, Grafimadeira, Santa Cruz, Abril 2002.

ARGAN, Giulio Carlo – *Walter Gropius e a Bauhaus*, Torino: Einaudi, 1951.

BUNDÓ, Josep Parcerisa; VENTÓS, Maria Rupert – *La ciudad no es una hoja en blanc, Hechos del urbanismo*, Santiago do Chile, Ediciones Arq, 2002 [Série Teoria e Obra].

BENEVOLO, Leonardo, **Introducción a la Arquitectura**, Celeste Edificiones, Primera Reimpresión, 1993, Espanha.

CARITA, Rui, **A arquitectura militar na Madeira nos séculos XV a XVII**, Funchal/Lisboa, Secretaria Regional da Educação da Madeira/DRAC, 1998.

CARITA, Rui, **A Capela de Nossa Senhora dos Remédios em Santa Cruz**, Edições da Câmara Municipal de Santa Cruz, Santa Cruz, 1990.

CARITA, Rui, *História da Madeira*, 4º vol., **O século XVIII: arquitectura de poderes**, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1996.

CARITA, Rui, *História da Madeira*, 5º vol., **O século XVIII: economia e sociedade**, Funchal, Secretaria Regional da Educação, 1996.

CARITA, Rui, **História da Madeira, As ocupações inglesas e as lutas liberais: o processo político (1801-1834)**, 6º vol., Funchal, Secretaria Regional da Educação, 2003.

CORREIA, José Eduardo Horta – **Urbanismo em Portugal**, Lisboa, Alfa, 1991.

COSTA, Alexandre Alves – **Introdução ao estudo da arquitectura Portuguesa**, Porto, FAUP, 1995.

DGOTDU – **Vocabulário do Ordenamento do território**, Coleção Informação, Lisboa, DGOTDU, 2000.

FERNANDES, José Manuel, **Arquitectura e urbanismo nas ilhas atlânticas. Um património comum dos Açores, Cabo Verde, Canárias e Madeira**, CEHA - História das Ilhas Atlânticas [consult.21. Jul. 2008]. Disponível na www.ceha-madeira.net/canarias/hia_27.html.

FRANÇA, José - Augusto – **A Arte e a Sociedade Portuguesa no século XX**, Lisboa: Horizonte, s.d.

GOUVEIA, Maria Brígida Homem – **As Quintas da Madeira na projecção do século 19**, Europeu, Funchal 1984.

JORDAN, R. Furneaux – **História da arquitectura no Ocidente**, Lisboa: Verbo.

KOCH, Wilfried – **Estilos de arquitectura**, Lisboa: Presença, 1982, 1 e 2 vol.

LYNCH, Kevin – ***A Imagem da Cidade***, Lisboa: Edições 70, 1982.

LOUREIRO, Adolfo Ferreira, ***Os Portos Marítimos de Portugal e Ilhas Adjacentes***, Parte I – Ilha da Madeira, Imprensa Nacional, Lisboa, 1910

MEDEIROS, Carlos A., ***Acerca da Ocupação Humana das Ilhas Portuguesas do Atlântico***, Finisterra, Lisboa, 1969.

MESTRE, Vítor – ***Arquitectura Popular da Madeira***, Argumentum – Edições Estudos e Realizações, Lisboa, 2002.

PEREIRA, Pe. Eduardo Clemente Nunes, ***As Ilhas de Zarco***, Funchal, 1968, 3ªed.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta – ***Patrimónios e identidades, ficções contemporâneas***, Oeiras, Celta Editoras, 2006.

PIJOAN, J. – ***História da arte***, Lisboa: Publicações Alfa, 1 e 2 vol.

PORTAS, Nuno – ***A cidade como arquitectura***, Lisboa, Livros Horizonte, 1969.

RIBEIRO J., FREITAS J., e FERNANDES J., ***Moinhos e Águas do Concelho de Santa Cruz***, CMSC, 1995.

SALGUEIRO, Teresa Barata – ***A Cidade em Portugal – uma Geografia Urbana***, Porto, Ed. Afrontamento, 1992.

SILVA, José Manuel Azevedo e, ***A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico***, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, 2 vol.

SILVA, Pe. Fernando Augusto da; MENESES, Carlos Azevedo de, ***Elucidário Madeirense***, Funchal, SRTC / DRAC, 1984 (Fac-simile da edição de 1946), 3 vol.

TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos – ***Os Verdes anos: A arquitectura Portuguesa nos anos 50 ou o Movimento Moderno em Portugal***, Porto, FAUP, 1997.

VIEIRA, Alberto, ***Guia para a História e Investigação das Ilhas Atlânticas***, Funchal, CEHA / SRTC, 1995.

VIEIRA, Alberto, ***História da Madeira***, Funchal, SRE, 2001.

Guias e Roteiros

CARITA; Rui, *Roteiro Histórico Turístico da Cidade do Funchal*, Funchal, Câmara Municipal, 1997.

CLODE, Luíza; ARAGÃO, José Victor, *Madeira*, col. Novos Guias de Portugal, Lisboa, Presença, 1989.

QUINTAL, Raimundo – *Madeira – A descoberta da ilha de carro e a pé*, Funchal, Associação dos Amigos do Parque Ecológico, 1ª edição, 2003.

Material Iconográfico

Lei n.º 13/85. DR I Série. 153 (85-07-06) 1865-1874;

Lei n.º 107/01 DR I Série (01-09-08) 5808-5829;

Recomendação n.º R (95) 3 do Concelho de Ministros da Europa;

Resolução da Assembleia da Republica n.º 5 /91 de 23 Janeiro, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 5/91 de 23 de Janeiro;

DL 555/99 de 16 de Dezembro com a redacção dada pela Lei 60/2007 de 4 Setembro;

Periódicos

Das Artes e da História da Madeira

Atlântico

Diário Notícias

Fontes:

Arquivo Histórico da Madeira.

Livro de Provimentos da Igreja de Santa Cruz, Mf. 758.

Livro das Visitações e Inventários da Igreja Matriz, Mf 758.

Livro do Tombo da Igreja de Santa Cruz, Mf 758.

Registo das devassas das visitas pastorais realizadas nas freguesias do Caniço, Camacha, Gaula, Santa Cruz.

Documentação Gráfica/ Administrativa: DRTC: DRAC

Diário Notícias da Madeira

Arquivo do Município de Santa Cruz

Em publicação:

Origens

Girão

Ilharq

Islenha

Internet

www.Diocesedofunchal.org/historial1.html

www.ceha-madeira.net

www.monumentos.pt

www.ippar.pt

www.earth.google.com

<http://www.ceha-madeira.net/index1.html>

<http://www.ceha-madeira.net/avieira/index.htm>

<http://www.ceha-madeira.net/elucidario/intr.htm>

<http://www.nesos.net/>

<http://www.arquipelagos.pt>

<http://www.uma.pt/nelsonverissimo/>

<http://www.archipelagomadeira.pt>

<http://www.exercito.pt>

<http://www.bnp.pt>

REFERÊNCIAS CARTOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 – Planta da costa e villa de S.ta Cruz. - [Escala não determinada]. - 1820. - 1 documento: ms., color.; 20 x 32 cm. - [Santa Cruz, Ilha da Madeira]: plantas dos reductos novos e dos que se achavão por completar e forão completos por ordem do Illm.º e Exm.º S.r G.or e Cap.m General Sebastião Xavier Botelho / por Paulo Dias de Almeida, T.e Cor.el Engenheiro; estampa 3ª)

Fonte: Exercito Português

http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=8025&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].

ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 – Planta da costa do Caniço / por Paulo Dias d'Almd.ª, T.e C.el Engenhr.º. – [Escala não determinada]. - 1820. - 1 documento: ms., color. ; 20 x 32 cm. - [Santa Cruz, Ilha da Madeira]: plantas dos reductos novos e dos que se achavão por completar e forão completos por ordem do Illm.º e Exm.º S.r G.or e Cap.m General Sebastião Xavier Botelho / por Paulo Dias de Almeida, T.e Cor.el Engenheiro; estampa 1ª, estampa 2ª)

http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=5400&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].

ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 - Planta do reducto de S. Fernando que se achava por completar. - [Escala não determinada]. - 1820. - 1 documento : ms., color. ; 20 x 32 cm. -

([Santa Cruz, Ilha da Madeira] : plantas dos reductos novos e dos que se achavão por completar e forão completos por ordem do Illm.º e Exm.º S.r G.or e Cap.m General Sebastião Xavier Botelho / por Paulo Dias de Almeida, T.e Cor.el Engenheiro)

http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=5406&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].

AZEVEDO, António Pedro de – Planta da Villa de S.ta Cruz e dos Fortes de N. Sn.ra da Graça e de S. Fernando [na Ilha da Madeira] / Antonio Pedro d'Azevedo Ten.te Cor.el do E. M. d'Eng.os ; copiado no Archivo Militar por Augusto de Mesquita Cabral em Agosto de 1865. - [Escala não determinada]. - 1865. - 1 documento: ms., color.; 55 x 43 cm

http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=2313&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].

AZEVEDO, António Pedro de - Planta da Enseada de St.^a Cruz e do Forte de S. Francisco / A. P. d'Azevedo T.e C.el do E. M. d'Eng.os. - [Escala não determinada]. - [18--]. - 1 documento : ms. ; 43 x 32 cm

http://www.exercito.pt/bibliopac/bin/wxis.exe/bibliopac/?IsisScript=bin/bibliopac.xic&action=GETRECORD&header_status=ON&lang=P&db=BASEDSE&from=2325&print=BRIEF [consult. 15 Julho 2008].

Anteplano de Urbanização de Santa Cruz (anos 60 do século XX)

Base Cartográfica do Instituto Português de Geografia e do Cadastro 1969/70, Secções “AQ”, “AM”, “AL”, “AP”, “AO” de Santa Cruz

Cartas Militares de Portugal – Serviço Cartográfico do Exército [1975]

Base Geometral (1991)

Fotografia Aérea 2004

INDICE DE ANEXOS

ANEXO 1 - Legislação Internacional	169
ANEXO 2 - Zona Especial Protecção	170
ANEXO 3 - Visita Presidencial à Madeira.....	171
ANEXO 4 - Cartografia.....	172

INDICE DE IMAGENS

CAPITULO I

Imagem 1. 1 – Vista de Santa Cruz (São Fernando)	4
--	---

CAPITULO II

Imagem 2. 1 - Antigo Edifício dos Paços de Concelho	22
Imagem 2. 2 – Interior da Igreja de São Salvador (Santa Cruz)	22
Imagem 2. 3 – Capela de Santa Isabel e Edifício da Santa Casa Misericórdia	23
Imagem 2. 4 – Capela da Madre de Deus ou da Mãe de Deus.....	23
Imagem 2. 5 – Capela de Nossa Senhora da Consolação	24
Imagem 2. 6 – Tribunal Judicial (antigos Paços do Concelho – “Casa Milagrosa”	24
Imagem 2. 7 – Casa de Chá (Serragolf), Santo António da Serra.....	25
Imagem 2. 8 – Fonte dos Ingleses / Fonte do bispo / Fonte de Santo António	25
Imagem 2. 9 – Imagem de um dos Fontenário da Estrada Regional 206	26
Imagem 2. 10 – Conjunto Habitacional dos Reis Magos	26
Imagem 2. 11 – Igreja Matriz da Camacha	27
Imagem 2. 12 – Quinta da Camacha	27

CAPITULO III

Imagem 3. 1 – Plano radioconcêntrico de Évora	32
Imagem 3. 2 - Stia (Itália)	33
Imagem 3. 3 – Lõgrono (Focea - Espanha)	33

CAPITULO V

Imagem 5. 1 - Edifício dos Paços do Concelho – Alçado Principal (Anos 50?)	47
Imagem 5. 2 - Edifício dos Paços do Concelho – Alçado Nascente (Anos 50?)	47
Imagem 5. 3 – Construção do Edifício do Tribunal	50
Imagem 5. 4 – Edifício do Tribunal Judicial	51
Imagem 5. 5 – Antiga Praça de Peixe.....	51
Imagem 5. 6 – Rua Praia (anos 60)	52
Imagem 5. 7 – Painel na fachada principal da autoria de António Aragão.....	53
Imagem 5. 8 - Painel na fachada principal da autoria de António Aragão.....	54
Imagem 5. 9 – Mercado Municipal de Santa Cruz (estado actual)	55
Imagem 5. 10 – Matadouro Municipal	55
Imagem 5. 11 – Lavadouros municipais (estado actual)	56
Imagem 5. 12– Lavadouros Municipais	56
Imagem 5. 13– Igreja Matriz de Santa Cruz / Igreja Salvador	58
Imagem 5. 14 – Igreja São Salvador (vista da Rochinha – 2007)	58
Imagem 5. 15 – Capela de São Pedro.....	60
Imagem 5. 16 – Vista de Santa Cruz (Capela de Santo Amaro)	61

Imagem 5. 17 – Capela de Santo Amaro.....	62
Imagem 5. 18 - Capela da Visitação	63
Imagem 5. 19 - Edifício da Santa Casa da Misericórdia.....	63
Imagem 5. 20 - Capela de Nossa Senhora da Conceição.....	64
Imagem 5. 21 – Capela de Nossa Senhora da Piedade.....	65
Imagem 5. 22 – Solar do Moreno e Capela dos Remédios	66
Imagem 5. 23 - Solar do Moreno e Capela dos Remédios (Setembro 2008).....	66
Imagem 5. 24 – Pedras em cantaria provenientes do Convento.....	69
Imagem 5. 25 – Painel de azulejos (Sacristia da Igreja Matriz) provavelmente proveniente do Convento	69
Imagem 5. 26 – Ruínas da Capela de Santa Cruz e da Fábrica de Lacticínios	69
Imagem 5. 27 e Imagem 5. 28 – Rua do Bom Jesus.....	70
Imagem 5. 29 – Rua Bela de São José	71
Imagem 5. 30 – Cruzamento da antiga Rua direita com a Rua da Praia	72
Imagem 5. 31 - Rua de São Fernando (Antiga Rua da Conceição)	73
Imagem 5. 32 – Forte de São Francisco.....	74
Imagem 5. 33– Forte São Fernando / São Lazaro.....	76
Imagem 5. 34 – Solar da Calçada (fotografia Filipa Morna)	78
Imagem 5. 35 – Actual estado do Solar	79
Imagem 5. 36 – Solar do Bom Jesus	79
Imagem 5. 37 – Jardins da Quinta do Revoredo	80
Imagem 5. 38 – Quinta do Revoredo	81
Imagem 5. 39 – Quinta do Revoredo / anos 70	81
Imagem 5. 40 – Quinta do Revoredo / Casa da Cultura do Município de Santa Cruz (2007)....	82
Imagem 5. 41 – Quinta “Grant” / Antiga Escola Primária.....	83
Imagem 5. 42 – Quinta “Grant” / Escuna	84
Imagem 5. 43 – Engenho	85
Imagem 5. 44 – Moinho da Rochinha	86
Imagem 5. 45 – Moinho do Bom Jesus.....	87
Imagem 5. 46 – Jardim Municipal	89
Imagem 5. 47 - Jardim Municipal de Santa Cruz.....	90
Imagem 5. 48 – Cruzeiro, Praça Dr. João Abel de Freitas (2007).....	91
Imagem 5. 49 – Fonte Publica – Travessa da Fontinha (2008).....	91

CAPITULO VI

Imagem 6. 1 – Estrada Nacional / Ribeira e Reduto do Porto Novo (e o antigo acesso).....	96
Imagem 6. 2– Cais de Santa Cruz	97
Imagem 6. 3 – Cais de Santa Cruz	97
Imagem 6. 4 - Lanchas de transporte de passageiros.....	98
Imagem 6. 5 - Lanchas de transporte de passageiros.....	99
Imagem 6. 6 - Transporte de passageiros	99

Imagem 6. 7 – Transporte de passageiros	100
Imagem 6. 8 – Imagem do Aeroporto de Santa Catarina (anos 60)	101
Imagem 6. 9 – Santa Cruz (Finais anos 60 / inícios anos 70)	101
Imagem 6. 10 – Anos 90, Vista de Santa Cruz	102
Imagem 6. 11 – Vista de Santa Cruz, 2008	102

CAPITULO VII

Imagem 7. 1 e Imagem 7. 2– Forte de São Fernando / Rua de São Fernando	106
Imagem 7. 3 e Imagem 7. 4 – Conjunto edificado (Rua de São Fernando)	106
Imagem 7. 5 e Imagem 7. 6 – Moradia na margem esquerda da Ribeira SC e Moradia Rua Amargura	106
Imagem 7. 7 e Imagem 7. 8 – Solar Gil Eannes e Quinta Grant (escola Primária)	107
Imagem 7. 9 e Imagem 7. 10- Rua das Rosas e vista da Rua Cónego A.C. Oliveira (antiga Rua Direita)	107
Imagem 7. 11 – Travessa da Fontinha	107
Imagem 7. 12 e Imagem 7. 13 - Travessa da Rochinha e Solar do Moreno	108
Imagem 7. 14 e Imagem 7. 15 – Largo do Bom Jesus e Travessa da Fontinha	108
Imagem 7. 16 – Rua Bela de São José	108
Imagem 7. 17 - Análise do povoamento no século XIX	109

INDICE DE FIGURAS

CAPITULO III

Figura 3. 1 – Plantas das cidades de Villeneuve-sur-Lot, Montpazier e Sainte Foy-la-Grande (século XIII).	34
Figura 3. 2 – Pisa, Área da Catedral. Exemplo de agrupamento de edifícios numa área central (1.Catedral; 2.Sineira; 3. Baptistério; 4. Cemitério).	34
Figura 3. 3 – Francavilla a Mare (Itália).	35
Figura 3. 4 - Lugnignano (Itália).	35
Figura 3. 5 – Planta da Cidade ideal, Vitruvius (edição de 1511).....	36
Figura 3. 6 – Os lugares e a cabotagem na Ilha da Madeira.....	40

CAPITULO V

Figura 5. 1 – Localização “possível” do Edifício da Alfândega, segundo as descrições de Lourenço Freitas	50
Figura 5. 2- Planta do edifício (sem escala).....	53
Figura 5. 3 – Planta da Igreja Matriz de Santa Cruz.....	57
Figura 5. 4 – Fortes e defesas de Santa Cruz, Planta da Vila de Santa Cruz em 1799, da autoria de Inácio Joaquim de Freitas.....	72
Figura 5. 5 – “Parte” da Planta da Enseada de Santa Cruz e Forte de S. Francisco, António Pedro de Azevedo, escala não determinada, 1865.....	73
Figura 5. 6 - ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 - Planta da costa e Villa de S.ta Cruz. [Escala não determinada]. 1820.	74
Figura 5. 7 – ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 - Planta do Reduto de S. Francisco [Escala não determinada]. - 1820.....	75
Figura 5. 8 - ALMEIDA, Paulo Dias de, fl. 1805-1827 - Planta do reducto de S. Fernando que se achava por completar. [Escala não determinada]. 1820.	76
Figura 5. 9 - AZEVEDO, António Pedro de – “Parte” da Planta da Villa de S.ta Cruz e dos Fortes de N. Sn.ra da Graça e de S. Fernando [na Ilha da Madeira].....	77
Figura 5. 10 – Planta do Forte de Nossa Sr. Graça, Idem.....	77
Figura 5. 11 – Solar do Bom Jesus, gravura de Susan Harcourt (1851)	78
Figura 5. 12 – Planta da costa do Caniço, Paulo Dias de Almeida, 1805-27	82
Figura 5. 13 – “Parte” da Planta da Villa de S.ta Cruz e dos Fortes de N. S.ra da Graça e de S. Fernando.....	88
Figura 5. 15 - Largo da Igreja, Santa Cruz – Gravura de James Bulwer.....	90
Figura 5. 16 – Localização “possível” do Edifício da Alfandega, segundo as descrições de Lourenço Freitas e com base na planta de 1865, de António Pedro de Azevedo (Base Geometral -1991)	124

CAPITULO VI

- Figura 6. 1 - Planta da foz da Ribeira de Porto Novo e do Forte e Reduto que a defendem, António Pedro de Azevedo, 18--, [Escala não determinada], 53 x 47 cm,..... 95
- Figura 6. 2 – Estampa IX – Cais de Santa Cruz, da autoria de Adolfo F. Loureiro, 1910 98

CAPITULO VII

- Figura 7. 1 – Levantamento da costa desde o Caniço até Santa Cruz, Paulo Dias de Almeida, 1805-27 105
- Figura 7. 2 – Levantamento fotográfico e da sua localização na malha urbana 105
- Figura 7. 3 - Planta de análise elaborada com base na cartografia de Pedro Azevedo, datado de 1865, sob a base geometral, 1991 110
- Figura 7. 4 – Planta elaborada com base no plano de urbanização de Santa Cruz (anos 60), sob a base Geometral, 1991 111
- Figura 7. 5 – Planta elaborada com base na cartografia do Instituto Português de Cartografia de Cadastro de 1969/70, sob a base de geometral de 1991 112
- Figura 7. 6 – Planta elaborada com base na Base Geometral, 1991 113
- Figura 7. 7 – Fotografia aérea da cidade de Santa Cruz / considerações finais da malha urbana 114